



Universidade Federal de Ouro Preto
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social
Escola de Serviço Social

Mariana Ribeiro Rocha

**ADOCIMENTO DO TRABALHADOR GARI COLETOR DE LIXO DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO**

Mariana, MG

2018

Mariana Ribeiro Rocha

**ADOECIMENTO DO TRABALHADOR GARI COLETOR DE LIXO DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientação: Prof.º Dr. André Luis Monteiro Mayer.

Mariana, MG

2018

R672a Rocha, Mariana Ribeiro.
Adoecimento do trabalhador gari coletor de lixo da Prefeitura Municipal de
Ouro Preto [manuscrito] / Mariana Ribeiro Rocha. - 2018.

133f.: il.: color, grafs; tabs.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Monteiro Mayer.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de
Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e
Serviço Social.

1. Trabalho. 2. Direito. 3. Doenças. 4. Estado. I. Mayer, André Luiz
Monteiro. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 364.2

Catálogo: ficha.sisbin@ufop.edu.br

ADOCIMENTO DO TRABALHADOR GARI COLETOR DE LIXO DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

MARIANA RIBEIRO TROCHA

ORIENTADOR (A): PROF. DR ANDRÉ MAYER

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Serviço Social da Universidade
Federal de Ouro Preto - UFOP, como parte dos requisitos necessários à obtenção do
título de Bacharel em Serviço Social.

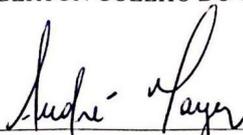
Aprovado em: _10_ / _12_ / _2018_



ASSISTENTE SOCIAL MS. CLÁUDIA MACIEL ENES



PROF. MS.ROBERTON COELHO DO CARMO



PROF. DR. ANDRÉ MAYER

Dedico esta monografia aos trabalhadores de limpeza urbana da Prefeitura Municipal de Ouro Preto aspirando a conscientização sobre a importância dessa classe em todo o ecossistema, inclusive para manutenção do ser social. A eles todo meu respeito, por toda diligência por nós cidadãos ouropretanos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida e por ter me dado força e coragem durante toda esta caminhada.

Aos meus pais Ronise e Nivaldo, pelo amor, carinho, paciência, ensinamentos, por depositarem toda a confiança em mim e por não medirem esforços para que eu pudesse ter a oportunidade de estudar, sempre com amor e zelo no decorrer dessa trajetória e por toda minha vida.

Ao meu irmão, por acreditar e incentivar meu senso crítico através das inúmeras críticas em relação às ideias marxistas, incentivando assim minha busca por maiores esclarecimento.

Ao meu esposo amado Máyron, por sempre me alimentar, me incentivar e me apoiar nos momentos mais difíceis. Agradecer por todo este período ter trabalhado por dois no nosso café, enfim por ter feito tudo para eu chegar até aqui. Amo você, meu amor!

A minha supervisora de estágio Cláudia, pela constante ajuda e orientação que contribuíram de forma fundamental para a minha formação. Aprendi muito com ela não só durante o estágio, mas com todo o convívio pessoal.

A minha amiga Neila, pelo enorme apoio e carinho na contribuição incessante neste trabalho.

Aos colegas e amigos do 13.2 que tanto contribuíram para minha formação acadêmica, pelos rocks e por todas as oportunidades de aprendizagem. Vocês foram peças fundamentais para o desenvolvimento do meu amor pelo Serviço Social. Em especial Emerson, Gaby, Pedro e Thainã que foram indispensáveis para a conclusão de minha jornada.

Enfim, para todos que contribuíram de algum modo para que eu me tornasse uma Assistente Social.

RESUMO

O presente estudo visou identificar a relação pertinente entre o adoecimento do trabalhador gari coletor de lixo da Prefeitura Municipal de Ouro Preto e o trabalho exercido, enfatizando que o mesmo se desenvolve de forma maçante, precarizada e ausente de fiscalização. Tendo como objetivos: entender a relação entre adoecimento e trabalho na era capitalista; compreender os instrumentos institucionais ou sua ausência no enfrentamento do adoecimento dos servidores e analisar os rebatimentos do trabalho contemporâneo no âmbito físico e mental. Apesar da relevância e alta incidência do adoecimento entre estes profissionais, existem pouquíssimos estudos e pesquisas acerca de suas condições de trabalho, em especial do gari coletor de lixo efetivo municipal. Para a metodologia após o embasamento teórico, foram realizadas observações diretas e entrevistas em dois momentos distintos, o primeiro durante a disciplina Pesquisa II, do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto, ministrada pela docente Estela Cunha, realizado em conjunto com a discente Gabriela Oliveira Mayer em 2015 e segundo momento, 2018, ocorreu durante a elaboração deste trabalho. Foi possível concluir que o trabalho desenvolvido pelo profissional em questão está em um quadro lamentável de violação de direitos e desrespeito por parte da instituição e da sociedade a esses servidores.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde do trabalhador, direito, adoecimento, Estado, precarização do trabalho.

ABSTRACT

The present study aimed to identify the pertinent relationship between the illness of garbage collector of the Ouro Preto City Hall and the work performed, emphasizing that the work performed is boring, precarious and absent from supervision. Having as objectives: to understand the relation between sickness and work in the capitalist era; to understand the institutional instruments or the absence of them in facing the sickness of the servants and to analyze the struggles of the contemporary work in the physical and mental scope of the worker. Despite the relevance and high incidence of illness among these professionals, there are very few studies and researches about the working conditions of these served, especially the municipal garbage collector. For the methodology after the theoretical basis, direct observations and interviews were carried out in two different moments, the first one during the Research II discipline of the Social Service course of the Federal University of Ouro Preto, taught by professor Estela Cunha, carried out jointly with the student Gabriela Oliveira Mayer in 2015 and second moment, 2018, occurred during the elaboration of this work. It was possible to conclude that the work carried out by garbage collector is in a regrettable frame of violation of rights and disrespect by the institution to this server.

KEYWORDS: Worker 's health, law, sickness, State, precariousness of work.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Lixo espalhado a 350 metros da Secretária de Obras e Urbanismo.....	62
Figura 2: Garis em atividade de varrição durante o carnaval de Ouro Preto.....	63
Figura 3: Aterro sanitário da Rancharia, janeiro de 2017.....	64
Gráfico 1: Trabalhadores da Limpeza Urbana da Prefeitura Municipal de Ouro Preto do ano de 2018 dividido entre funções e sexo.....	75
Gráfico 2: Relação adoecimento e causa, 2013.....	77
Gráfico 3: Relação adoecimento e causa, 2014.....	78
Gráfico 4: Relação adoecimento e causa, 2015.....	79
Gráfico 5: Relação adoecimento e causa, 2016.....	80
Gráfico 6: Relação adoecimento e causa, 2017.....	80
Gráfico 7: Comparação da relação entre adoecimento e causa de 2013 a 2017.....	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dia e horário do serviço de limpeza em Ouro preto.....	50
Tabela 2: Dia e horário do serviço de limpeza em Ouro preto.....	51
Tabela 3: Dia e horário do serviço de limpeza em Ouro preto.....	51
Tabela 4: Dia e horário do serviço de limpeza em Ouro preto.....	52
Tabela 5: Dia e horário do serviço de limpeza em Ouro preto.....	52
Tabela 6: Diferença entre trabalhador efetivo e trabalhador terceirizado.....	61
Tabela 7: Durabilidade do material usado pelos Garis.....	63
Tabela 8: Durabilidade EPI e EPC.....	67
Tabela 9: Programas, Projetos e Ações - Imediato - Serviço de Limpeza Urbana.....	86
Tabela 10: Programas, Projetos e Ações - Serviço de Limpeza Urbana.....	87

LISTA DE SIGLAS

CCQ – Círculos de Controle de Qualidade
CCT- Certificado de Capacitação Técnica
CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CISA – Centro de Informações de Saúde e Álcool
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
DDS – Diálogo Diário de Segurança e Saúde
DIT – Divisão Internacional do Trabalho
EPC – Equipamento de Proteção Coletivo
EPI – Equipamento de Proteção Individual
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
LTCAT – Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho
MPC – Modo de Produção Capitalista
MPMG – Ministério Público de Minas Gerais
NR – Normas de Regulamentação
OIT – Organização internacional do Trabalho
PMOP – Prefeitura Municipal de Ouro Preto
QVT – Programa de Qualidade de Vida no Trabalho
SUS – Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
TRABALHO E DESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES.....	17
1.1 O desenvolvimento trabalho na era capitalista.....	21
1.2 Capitalismo, trabalho e a “ilusão dos anos dourados”.....	23
1.3 Acumulação flexível (1970 e a reestruturação do capital).....	28
1.4 A ideologia neoliberal.....	31
TRABALHO E SAÚDE DO TRABALHADOR: UMA RELAÇÃO INTERDEPENDENTE.....	33
2.1 Construção histórica: a luta pela saúde do trabalho.....	35
2.2 Saúde do trabalhador, uma expressão da Questão Social.....	38
2.3 Saúde do trabalhador, um direito constitucional.....	40
2.4 A limpeza urbana e suas implicações no adoecimento do Gari.....	43
2.4.1 Ouro Preto e as condições de trabalho na área de Limpeza Urbana.....	45
A PROFISSÃO GARI E OS REBATIMENTOS DA PRÁTICA PROFISSIONAL NA SAÚDE DO TRABALHADOR DO TRABALHADOR.....	49
3.1 Metodologia.....	53
3.2 Apresentação e análise: características do serviço de limpeza urbana municipal.....	57
3.2.1 Equipamentos de Proteção: Uma análise da precarização.....	65
3.2.2 Segurança e Saúde Ocupacional: na prática a teoria é outra.....	70
3.3 Análise quantitativa: afastamentos e incidências.....	75
3.4 Principais consequências de um trabalho maçante e repetitivo.....	81
3.5 Uma análise da contradição.....	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	95
ANEXOS.....	104
APÊNDICE.....	124

INTRODUÇÃO

Há uma grande massa de trabalhadores que são submetidos diariamente a precárias condições de trabalho, entre elas temos os garis coletores de lixo da Prefeitura Municipal de Ouro Preto, o objeto central desta monografia. Ao fazermos uma relação do adoecimento do trabalhador e o trabalho desenvolvido, se torna possível notar que os garis coletores de lixo desenvolvem suas atividades laborativas em um contexto estatal de desvalorização do público em prol da valorização do privado.

As condições de vida e trabalho no início do período capitalista, século XIX, eram degradantes devido às condições insalubres e desumanas advindas da organização social. Essas condições começam a interferir diretamente no interesse dos grandes capitalistas que somado a uma organização sindical, resultaram na primeira lei pautada na regulamentação do trabalho, não apresentada de forma efetiva como leis trabalhistas.

As mudanças ocorridas no Modo de produção Capitalista possibilitaram uma relação capital x trabalho cada vez mais intensificada e precarizada, conseqüentemente levando à necessidade de formulação de políticas, delimitar e intervir na relação saúde – trabalho – doença. O campo saúde do trabalhador está além dos direitos trabalhistas engloba um aspecto de cidadania íntegra. É neste contexto que o estudo acerca do adoecimento do trabalhador no modo de produção capitalista é tão necessário. Muitos questionamentos surgem envolvendo o mundo do trabalho e a cena contemporânea.

O interesse por essa temática foi promovido pela aproximação a uma servidora do setor de Segurança e Saúde Ocupacional da Prefeitura Municipal de Ouro Preto, onde tivemos o primeiro contato com a precariedade do trabalho desenvolvido pelos garis. Essa mediação, por sua vez, limitou-se ao processo de escuta da relação do trabalho e do adoecimento do trabalhador. A possibilidade de estudar a temática surgiu através da disciplina Pesquisa I, na qual os alunos deveriam escolher um tema a ser abordado.

Na medida em que a graduação de Serviço Social forneceu um arcabouço para a formação crítica da sociedade burguesa, derivada da aproximação teórica metodológica da teoria social de Marx, esse norteamento somado aos conteúdos trabalhados nas disciplinas chaves: Trabalho e Sociabilidade; Processo do trabalho; Cidadania e Direito Social; e Setorial

Saúde, foram juntos o que proporcionaram condições concretas para reformular e embasar o tema já abordado.

O primeiro capítulo é um alicerce estrutural para posteriormente esclarecer a relação existente entre o trabalho e o adoecimento do trabalhador no Modo de Produção Capitalista. Este capítulo baseia-se na trajetória histórica do desenvolvimento do trabalho como totalidade da sociedade e do ser social. Impulsionado pelo desenvolvimento das forças produtivas, a divisão social do trabalho se complexifica e com ela se manifestam novas relações econômicas, sociais, culturais e políticas.

O primeiro capítulo traz o desenvolvimento do capitalismo e as diferentes facetas do processo de trabalho, tomando como base as medidas desenvolvidas pelo Estado a fim de garantir a ordem do capital. No capítulo 2 ocorre uma retomada às fases do capitalismo e os rebatimentos no desenvolvimento das forças produtivas e da saúde do trabalhador. Deste modo é apresentada a trajetória histórica da saúde do trabalhador no campo do direito, destacando que na sociabilidade capitalista a saúde do mesmo aparece como uma expressão da Questão Social a ser enfrentada por medidas estatais. Este aborda a perspectiva mundial da relação existente entre adoecimento e trabalho, para então descrever o processo no âmbito nacional e por fim compreender o objeto desta pesquisa: o adoecimento do trabalhador gari coletor de lixo da Prefeitura Municipal de Ouro Preto.

O terceiro e último capítulo é dedicado ao estudo do objeto proposto, da relação existente entre o trabalho da coleta de lixo e o adoecimento dos profissionais em questão, particularidades que refletem diretamente na qualidade do trabalho desenvolvido por esses servidores. Utilizamos como ferramenta de análise, entrevistas realizadas em Ouro Preto - MG, em dois momentos distintos: o primeiro, o qual serviu como base para o desenvolvimento da pesquisa “Adoecimento do trabalhador de Limpeza Urbana da Prefeitura Municipal de Ouro Preto”, desenvolvido em conjunto com a discente Gabriela Mayer, como pré-requisito para aprovação na disciplina Pesquisa II, sob a orientação da professora Estela Cunha, em 2015. Em um segundo momento, 2018, foram realizadas novas entrevistas a fim de obter resultados mais amplos e conclusivos acerca do tema proposto.

Os questionários aplicados foram analisados individualmente e comparados de um ano para outro. As entrevistas foram gravadas e transcritas para facilitar o manuseio desse material. As falas dos participantes são apresentadas neste trabalho, com recuo e nomeado: gari coletor de lixo, como Entrevistado 1; chefia direta dos trabalhadores de limpeza urbana,

como Entrevistado 2; supervisor do setor Segurança e Saúde Ocupacional, como Entrevistado 3; o médico do trabalho, como Entrevistado 4; o técnico de Segurança do Trabalho, como Entrevistado 5; e o auxiliar administrativo da Quantum Engenharia e Consultoria LTDA, como Entrevistado 6. Empregamos esse método como forma de diferenciação, com a finalidade de resguardar cada participante. Além disso, os(a) entrevistados(a) assinaram o Termo de Consentimento de Participação, o mesmo encontra-se em anexo.

A metodologia aplicada objetiva a análise do forte deslocamento do trabalho vivo para o trabalho morto, resultando na perda da importância do trabalho individual a partir da capacidade social do trabalho. O trabalho desenvolvido pelo trabalhador gari na fase do capitalismo moderno, fase na qual os direitos do trabalho são desregulamentados e flexibilizados e a expansão dos serviços privados afetam diretamente a integridade física e mental do trabalhador, podemos observar que o trabalho de limpeza urbana como qualquer outro está constantemente sendo influenciado pela lógica do capital.

Os trabalhadores, no modo de produção capitalista, são submetidos a precárias condições de trabalho em função direta ao bem-estar do capital, mesmo com a instauração de leis que garantem condições dignas de trabalho e saúde universal a todos os indivíduos, poucas mudanças significativas ocorreram na qualidade de vida do trabalhador. Tanto em âmbito municipal, quanto nacional e até mundial, as condições degradantes e desumanas de trabalho carecem de um enfrentamento efetivo.

Visando atender os objetivos propostos pelo trabalho fez-se necessária uma análise detalhada de toda a cadeia de serviços que envolvem diretamente e indiretamente o serviço de limpeza urbana. Levantamento bibliográfico e entrevistas semi-estruturadas foram peças fundamentais para afirmar que o adoecimento do trabalhador gari coletor de lixo é frequente e determinado pelo tipo de atribuição exercida e pela qualidade do serviço desenvolvido.

Percebemos uma grande contradição no que tange às leis trabalhistas e a efetivação direta e objetiva efetuada pela instituição, no que se refere à garantia da qualidade do trabalho e direitos trabalhistas. Diante do exposto, este trabalho apresenta os seguintes objetivos: analisar as principais doenças apresentadas; compreender a relação direta existente entre o trabalho desenvolvido e adoecimento; identificar as principais medidas propostas pela PMOP no objetivo de mudar o quadro de adoecimento do trabalhador efetivo; a fim de então compreender o adoecimento físico e mental desses trabalhadores.

A partir do desenvolvimento deste trabalho, procuramos a realidade que vai além da imediatividade das relações que envolvem o trabalho de limpeza urbana da PMOP, bem como as implicações tratadas pela instituição. Ao mesmo tempo, dialogando com elementos teóricos trabalhados nos capítulos anteriores. Sublinhamos também, as colocações dos próprios garis coletores de lixo nessa análise e a importância de reflexão acerca da efetivação das leis trabalhistas e de proteção do trabalho.

Capítulo 1

TRABALHO E O DESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES

A terra se configura como espaço de potencialidade de valores, o homem e os animais se relacionam dinamicamente para garantir sua reprodução. O trabalho como atividade particular do homem, consciente, ou seja racionalizada.

Os avanços da produção dos valores de uso, garante ao indivíduo ferramentas necessárias para se relacionar socialmente, mediada pelo trabalho coletivo, o ser social desenvolve a capacidade de criar forças produtivas gerando assim “saltos” qualitativos nas sociedades.

A necessidade de se viver em comunidade é o instinto primitivo de sobrevivência do homem, a segurança passa a tornar um meio importante para o desenvolvimento da sociedade, assim, o ser social avalia vantagens em se viver coletivamente criando os instrumentos de trabalho, que em primeira instância eram tão rudes que impossibilitava o homem de atender suas necessidades mais básicas.

As primeiras comunidades baseiam na simples colaboração entre indivíduos, as atividades como caça, pesca e colheita eram comuns a todos, havendo divisão apenas entre o sexo, não existia sociedade privada.

O desenvolvimento das forças produtivas¹ modificou a relação do trabalho no interior da sociedade. O trabalho, portanto é um processo de ação do homem sobre a natureza, onde se cria os valores de usos. O trabalho como uma atividade consciente configura-se a totalidade da sociabilidade, a partir da forma pela qual ele é empregado, modifica não só o objeto, mas a si mesmo.

Segundo Marx (2016), o trabalho possui duas dimensões dialéticas. A teológica, em que o homem possui a capacidade de projetar antecipadamente no âmbito intelectual, o resultado do trabalho objetivado, e a ação, ou seja, a execução do planejado, racionalmente.

É através de graduais domínios da natureza como: o conhecimento das estações do ano, dominação da agricultura, propriedade dos metais e a domesticação de animais, que o

¹ Forças produtivas: Forças desenvolvidas para transformar a natureza. Marx e Engels definem as forças produtivas como um somatório da força de trabalho e dos meios de trabalho. A força de trabalho é a força humana (gasto de energia humana) e os meios de trabalho são tudo aquilo que o homem vai se valer para trabalhar, instrumentos e objetos de trabalho. (NETTO; BRAZ, 2013, p. 70).

homem se estabelece em um território fixo, deixando de ser nômades. À medida que o homem se organiza e começa a aperfeiçoar as forças produtivas surge a necessidade de uma divisão mais complexa, a divisão social do trabalho. Portanto, o aperfeiçoamento dos meios de produção e a melhoria das técnicas de produção de bens possibilitaram a produção de uma quantidade maior de produtos que ultrapassassem as necessidades imediatas, surgindo assim o excedente econômico, a troca e mais tarde o comércio.

O surgimento do excedente econômico, que assinala o aumento da produtividade do trabalho, opera uma verdadeira revolução na vida das comunidades primitivas: com ele, não só a penúria que as caracterizava começa a ser reduzida, mas sobretudo, aparece na história a possibilidade de acumular os produtos do trabalho [...] a possibilidade da acumulação abre alternativa de explorar o trabalho humano; posta a exploração, a comunidade divide-se, antagonicamente, entre aqueles que produzem o conjunto de bens (os produtores diretos) e aqueles que se apropriam dos bens excedentes (os apropriadores do fruto do trabalho dos produtores diretos). (NETTO; BRAZ, 2013, p. 69).

A partir da leitura de Hobsbawawn (1985), pode-se concluir que o aumento da população foi possibilitado pela característica do homem de se estabelecer em um território fixo criando a necessidade de incrementar as relações externas. Desta forma, a possibilidade de produzir uma maior quantidade de produtos deu-se pelos novos instrumentos e técnicas de trabalho. As condições objetivas do trabalho relacionam-se com o trabalhador através da propriedade. Na sociedade em que a propriedade é comum a todos, a finalidade do trabalho não é criação de valor, embora seu excedente destine a troca. A troca aqui até então é destinada apenas à manutenção das comunidades.

O contínuo desenvolvimento das forças produtivas e a ampliação da produção abriu possibilidade de se tornar uma unidade comum a todas as pequenas comunidades. Como Marx e Engel (1985) afirmam que a troca como unidade suprema abre as portas para o agrupamento das pequenas cidades gerando núcleos centrais, trazendo com ela o surgimento da propriedade privada. Estes elementos são os que constituem a base da transição da sociedade primitiva ao regime escravista.

A terra comum — como propriedade estatal, *agerpublicus* — se separa, aqui, da propriedade privada. A propriedade do indivíduo, diversamente de nosso primeiro caso, não é mais a propriedade comunal direta, em que o indivíduo não é um proprietário, quando isolado da comunidade, mas apenas seu ocupante. Nas circunstâncias em que a propriedade individual não exige trabalho comunal para valorizar-se (como exige, por exemplo, com os sistemas de irrigação do Oriente), o caráter primitivo da tribo pode desaparecer pela própria dinâmica da história ou por migração; a tribo pode mudar-se de seu local de fixação original e ocupar solo

estrangeiro, passando a viver sob novas condições de trabalho e desenvolvendo mais as energias dos indivíduos (MARX; ENGELS, 1965, p. 66).

A sociedade escravista tem como características a consciência do homem como ser produtivo e pela possibilidade de apropriação do trabalho alheio através da exploração humana. A escravidão, como podemos concluir através da leitura de Engels (1984), converteu-se em elementos básicos do sistema social. A nova divisão social acarretou uma nova divisão da sociedade em classes, com a crescente densidade da população através do agrupamento de diferentes tribos em um único local exigiu uma maior união das forças internas e externas de organização, surgindo assim as cidades.

No escravismo há uma substituição da organização tribal para as primeiras formas de poder condensado, denominado Estado.

Apenas coletivamente os cidadãos exercem seu poder sobre os escravos que trabalham, o que então os liga à forma da propriedade comunal. Essa forma é a propriedade privada do conjunto dos cidadãos ativos, obrigados, diante dos escravos, a conservar essa forma natural de associação. É por isso que toda a estrutura social nesta forma de associação se desagrega à medida que desenvolve a propriedade privada, particularmente a imobiliária, e com ela se desagrega também o poder do povo. (MARX; ENGELS, 2001, p. 31).

Netto e Braz (2013), associam a decadência do escravismo à do Império Romano, na metade inicial do primeiro milênio onde tem início a era feudal. No feudalismo, o feudo era a base territorial de uma economia fundada no trato de terras, essa pertencia a um nobre (senhor) que em troca de tributos e prestações de serviço cedia terras para que os servos (glebas) ocupassem. O feudalismo era dividido em duas classes: a dos produtores e a classe parasitária. Ou seja, os servos produtores diretos produziam o excedente econômico apropriado pelo senhor feudal, portanto esse modo de produção também se fundamentava na propriedade privada da terra.

Os produtores eram explorados pelo dever do trabalho, pelos tributos e dízimos pagos à Igreja, considerada na época a mais alta hierarquia, detentora de um enorme poder. O camponês recebia em troca de seu trabalho parte da produção e proteção do senhor feudal, porém seu excedente econômico era extraído violentamente, vivendo uma vida miserável. Na classe parasitária, os senhores feudais considerados nobres, viviam exclusivamente do que era produzido pelos servos.

Através do surgimento do dinheiro acentua-se o contraste entre campo e cidade. De acordo com Engles (1984), a dominação das cidades em relação ao campo introduz uma nova classe, os comerciantes, que não ocupam da produção, mas sim do escambo.

O debate sobre a dissolução das sociedades é realizado por Pinto (2007), esta leitura permite uma análise das modificações na estrutura da sociedade e a possibilidade de acúmulo capital. A partir do século XVI, o feudalismo se degradou devido ao florescimento do comércio, porém não há apenas este ponto relevante, além disso, as terras revelavam-se esgotadas diminuindo assim a pecuária e exploração da prata. As mudanças acarretadas por esta transição do feudalismo para um novo modo de produção e de organização social concentrou ainda mais o poder nas mãos do senhor feudal.

Como é possível observar a partir das palavras de Netto e Braz (2013), a economia feudal foi penetrada pelas relações básicas de natureza mercantil, a terra começou a ser objeto de transação, entre os senhores e servos, houve a introdução do capital como forma de pagamento.

A expansão do comércio proporcionou a possibilidade de estabelecer uma relação de troca de mercadoria em diferentes regiões, surgindo assim, como Marx e Engels (2001) descrevem, uma ação recíproca de produção e comércio. A comunicação entre as cidades proporcionou gradualmente o surgimento de uma nova classe os burgueses. Vejamos:

Quando as cidades começaram a estabelecer associações, estas condições comuns evoluíram para condições de classe, as mesmas condições, o mesmo antagonismo, os mesmos interesses necessariamente geraram costumes semelhantes por toda a parte. A própria burguesia, com suas condições, desenvolveu-se apenas gradualmente, dividida, em consonância com a divisão do trabalho, em várias facções e, finalmente, absorveu todas as classes dantes possuidoras (enquanto desenvolvia a maioria das classes que, antes, eram não-possuidoras, e parte das anteriormente proprietárias, em uma nova classe, o proletariado) na medida em que toda a propriedade anterior era transformada em capital industrial ou comercial. (MARX; ENGELS, 2001, p. 122).

A expansão das atividades mercantis e o nascimento das manufaturas chocam com a organização social vigente, ou seja, enquanto a sociedade se tornava cada vez mais burguesa, a ordem política continuou sendo feudal, com isso as forças produtivas não podiam desenvolver no mesmo marco que as relações de produção. Conforme Marx e Engels (1998):

A sociedade burguesa moderna, que surgiu do declínio da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Limitou-se a estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das anteriores [...] Toda a

sociedade está se dividindo, cada vez mais, em dois grandes campos hostis, em duas grandes classes em confronto direto: a burguesia e o proletariado. (MARX; ENGELS, 1998, p. 5).

Com o surgimento de novas forças produtivas e uma reorganização do modo de produção no qual se exige novas relações sociais, surgem duas forças antagônicas: capitalista e burguesa. Iniciando assim uma nova etapa, o Estado Burguês.

1.1 - O desenvolvimento do trabalho na era capitalista

O modo de produção capitalista baseia-se na exploração de classe, fundamentada na produção mercantil, originada do sistema escravista. No capitalismo a produção mercantil assume um caráter dominante, universal: a troca de mercadoria.

Netto e Braz (2013) caracterizam a mercadoria como um produto do trabalho humano que satisfaz algum tipo de necessidade material ou espiritual e gera um valor de uso que se produz para a troca. Na produção de mercadoria deve haver divisão social do trabalho e da propriedade privada dos meios de produção. A mercadoria² é a célula básica do sistema capitalista.

Marx e Engels (2001) defendem que o modo de produção é a forma que as atividades em uma sociedade são desenvolvidas, o que produzem e como produzem. A produção capitalista é baseada no trabalho assalariado, ou seja, na apropriação da força de trabalho, livre, para fins de produção próprios do MPC. Marx (2013) descreve que, com o fim do sistema feudal, os homens livres, privados dos meios de produção da propriedade da terra e tudo que ela produz, se veem forçados a venderem sua força de trabalho em troca de meios para satisfazer suas necessidades mais básicas.

O capitalismo consolidou-se entre o século XVIII e XIX, através da exploração da força de trabalho e da obtenção de lucro com o objetivo de acumular capital. Conforme é defendido por Netto e Braz (2013), a produção capitalista é muito mais do que a produção e a reprodução de mercadorias e de mais-valia,³ é a produção e a reprodução das relações sociais, do antagonismo entre as classes dominantes e dominadas. A exploração do homem sobre o

² Mercadoria: Unidade de valor de uso e valor de troca.

³ Mais- valia: É o aumento do valor que o trabalhador assalariado cria acima do valor de sua força de trabalho. Este valor é apropriado pelo capitalista. A mais- valia portanto é a base da acumulação capitalista. Disponível em: <<https://conceito.de/mais-valia>> Acesso em: 01 dez. 2018.

homem aparece de forma totalmente diferenciada na história, a mercadoria torna-se reprodutora do mais-valor gerado no processo de trabalho capitalista

Neste período de consolidação do capitalismo há o que Netto e Braz (2013) denominam de “período clássico da economia política”, que possui duas características centrais: a questão relativa ao trabalho e as principais categorias e instituições econômicas.

O trabalho não deve ser confundido com as atividades naturais que atendem às necessidades de sobrevivência, pois exige instrumentos, habilidades e conhecimento, que servem para atender às novas necessidades do ser social, além da capacidade teleológica humana. Para assinalar as características fundamentais do trabalho, Marx (1983) reflete:

[...] O trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...] Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. [...] Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural, o seu objetivo. [...] Os elementos simples do processo de trabalho são a atividade a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios. [...] O processo de trabalho [...] é a atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, [...] comum a todas as suas formas sociais. (MARX, 1983, apud NETTO, 2009, p. 31-32).

A economia política clássica expressou o ideário da burguesia no período em que esta estava na vanguarda das lutas sociais, conduzindo o processo revolucionário que destruiu o antigo regime. O regime Burguês emancipou os homens das relações de dependência pessoal, vigentes no feudalismo, porém a liberdade política - a igualdade jurídica (todos iguais perante a lei) - nunca pôde se traduzir em uma igualdade econômica-social, como Marx (2010) identifica.

No decorrer desta evolução o homem cria diferentes necessidades materiais e espirituais, que vão aumentando e com elas a produção de novas mercadorias que satisfaçam as necessidades individuais e coletivas dessa sociedade. A relação social estabelecida pelo modo de produção capitalista dá origem à definição de trabalho produtivo e trabalho improdutivo.

Neste sentido Antunes (1995) resume os trabalhos produtivo e improdutivo como: o trabalho produtivo é aquele que emprega a força de trabalho, gerando diretamente valor excedente, mais-valia, é o trabalho que resulta a um produto de forma mais concreta, em mercadoria. O trabalho improdutivo é o que representa para o capitalista a geração apenas de valor de uso, advindo da supressão das necessidades de quem compra. Ele produz um valor social, mas é considerado improdutivo por não trazer riqueza imediata, ou seja, por não produzir mais-valia. Antunes (1995) ainda assinala o mesmo trabalho pode ser produtivo e improdutivo ao mesmo tempo.

O interior da sociedade capitalista caracteriza-se pela propriedade privada dos meios de produção, que expressa o duplo caráter da mercadoria. As mercadorias são produzidas para serem vendidas e não para serem consumidas imediatamente. Desse modo cada mercadoria possui um valor de troca que é representado pelo custo da mercadoria para a sociedade. Para que estas mercadorias cumpram seu real objetivo elas precisam ser distribuídas e consumidas.

A produção, distribuição e consumo são processos socialmente determinados em cada sociedade na qual o homem se encontra. Conforme Marx (2011) explica é através da produção que o homem dentro da sociedade transforma a natureza para satisfazer suas necessidades, a distribuição reparte os produtos de acordo com sua participação segundo as leis sociais, a troca é a segunda repartição que é determinada pelas necessidades singulares de cada indivíduo, o consumo aparece com o ponto final não fazendo parte do movimento social onde a singularidade se unifica.

Pode-se dizer então, a partir da leitura de Marx (2013), que as mercadorias no capitalismo são produzidas para serem vendidas ou trocadas no mercado e não para serem consumidas imediatamente como era objetivada em outro modo de produção. Na capitalista a força de trabalho se torna uma mercadoria onde o trabalhador vende sua força viva para em troca ter meios de adquirir outras mercadorias.

A possibilidade de acumular uma quantidade cada vez maior de riquezas através da exploração intensa do trabalho humano é que origina o modo de produção capitalista e com ele a contradição entre capital e trabalho.

1.2 - Capitalismo, trabalho e a ilusão dos “anos dourados”

O capitalismo nada mais é que as relações sociais transformáveis e mutáveis em cada período histórico. O capitalismo como “produto de transformações, opera ainda no seio da ordem feudal, a partir do movimento em que se impôs instaurou mecanismo e dispositivos de desenvolvimento que lhe são peculiares” (NETTO E BRAZ, 2013, p.182)

A introdução do capitalismo na história é um salto fundamental na evolução do homem. Bresser (2011) traz as características fundamentais deste novo sistema de produção em diferentes âmbitos. Vejamos:

No plano econômico, a revolução capitalista deu origem ao capital e às demais instituições econômicas fundamentais do sistema – o mercado, o trabalho assalariado, os lucros, e o desenvolvimento econômico. No plano científico e tecnológico, é o tempo da transformação de uma sociedade agrícola letrada em uma sociedade industrial. No plano social, é o momento de duas novas classes sociais: a burguesia e a classe trabalhadora. No plano político, a revolução capitalista deu origem às nações e ao Estado moderno, e, somando a esses dois fenômenos um território, ao Estado-nação (BRESSER, 2011, p. 7).

A evolução capitalista seguiu-se em duas etapas distintas, a primeira, de 1760/80 a 1870/80 e a segunda, de 1870 a 1914. Falcon e Moura (1986) assinalam as diferenças nas fases de formação capitalista, o capitalismo industrial e sua fase de maturidade: o Imperialismo. Na fase de expansão do capitalismo, o chamado industrial ou liberal, é marcado pelos avanços no setor de indústria. A crescente divisão e especialização do trabalho possibilitou a introdução da máquina no processo de produção.

As máquinas foram introduzidas com o objetivo de maximização da produtividade. Os trabalhadores passam a produzir mais recebendo a mesma parcela de capital, intensificando assim a exploração da mais-valia.

Com o início da produção capitalista, desencadeia-se a partir daí um processo de crescimento e logo a seguir de desenvolvimento econômico auto-sustentado. Configura-se então, no panorama mundial como um todo, a construção de algumas poucas áreas que tendem a funcionar como pólos de desenvolvimento [...] O subdesenvolvimento aparece assim, como algo estreitamente vinculado historicamente ao desenvolvimento de uma parte do mundo (FALCON; MOURA, 1995, p. 31).

Conforme Falcon e Moura (1986) defendem, a política de desenvolvimento capitalista foi consolidada pela burguesia sob o amparo legal do Estado, porém nem todos os países possuíam uma estrutura socioeconômica política que permitisse a implementação de grandes

máquinas. Poucos países conseguiram industrializar-se, instaurando assim uma relação de dependência entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

O estágio histórico da produção capitalista conhecido como “Anos Dourados” trouxe grande impulso para o capitalismo contemporâneo. Netto e Braz (2013) identificam que esse período foi marcado por um lado pelo desenvolvimento econômico e o aumento das taxas de lucro e, por outro, pela desigualdade acentuada. A produção capitalista prometia aos trabalhadores uma “sociedade afluyente”, através da implementação de tecnologia e do incentivo ao consumo em massa, planos que apareciam com o objetivo de superar o subdesenvolvimento.

Os capitalistas, no intuito de manterem a curva da lucratividade crescente, buscam novas possibilidades, novas necessidades e com elas novas relações econômicas e sociais. O processo de produção de mercadoria como um processo de valorização traz reflexões na vida do trabalhador. Harvey (2008) defende que a força de trabalho, como propósito de acumular capital, envolve diferentes características. São elas:

[...] familiarização, cooptação e cooperação, elementos que tem de ser organizados não somente no local de trabalho como na sociedade como um todo. A socialização do trabalhador nas condições de produção capitalistas envolve o controle social bem amplo das capacidades físicas e mentais. A educação, o treinamento, a persuasão, a mobilização de certos sentimentos sociais (ética do trabalho, a lealdade aos companheiros, o orgulho local ou nacional) e propensões psicológicas (a busca da identidade através do trabalho, a iniciativa individual ou a solidariedade social) desempenham um papel e estão claramente presentes na formação de ideologias dominantes cultivadas pelo meios de comunicação em massa, pelas instituições religiosas e educacionais, pelos vários setores do aparelho do Estado, e afirmadas pela simples articulação de sua experiência por parte dos que fazem o trabalho. Também aqui o “modo de regulamentação” se torna uma maneira útil de conceituar o tratamento dado aos problemas da organização da força de trabalho para propósitos de acumulação do capital em épocas e lugares particulares. (HARVEY, 2008, p. 119).

Um novo modelo de organização da produção foi introduzido no início do século XX, como tem sido debatido por Harvey (2008). Nos anos 1970 Frederico W. Taylor, engenheiro mecânico americano, desenvolveu novas idéias no intuito de expandir as indústrias automobilísticas da época. As ideias de Taylor se caracterizavam por implementar uma produção padronizada e repetitiva, propondo uma racionalização no processo produtivo baseadas no ideário de que o trabalhador deveria exercer suas funções em um menor tempo possível, através do aperfeiçoamento da divisão técnica do trabalho cada funcionário deveria

exercer apenas uma função dentro da fábrica. Este modo de produção defende também a organização do trabalho de forma hierarquizada e sistemática.

Em 1914, Henry Ford inovou a forma de produção, aplicou pela primeira vez o modelo proposto por Taylor Hervey (2008) assinala as características do sistema fordista:

A separação entre gerência, concepção, controle e execução (e tudo o que isso significa em termos de relações sociais hierarquizadas e de desabilitação dentro do processo de trabalho) também já estava bem avançada em muitas indústrias. O que havia em especial em Ford (e que, em última análise distingue o fordismo do taylorismo) sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista. (HARVEY, 2008, p. 121).

As mudanças ocorridas que possibilitaram a produção em larga escala, anunciava um capitalismo sem contradições. A associação deste modo de produção entre o capital e trabalho passou a ser mediado pelo Estado. Como descreve Antunes (2000), o modo de produção taylorista/ fordista selado por um sistema de compromisso e regulamentação acarreta uma falsa efetivação de uma harmonia entre Capital e Trabalho mediado pelo Estado.

Segundo Behring (2008), no que diz respeito aos trabalhadores ocorreu um resultado imediatista e cooperativista. Os trabalhadores se contentaram com os ganhos de produtividade e da expansão das políticas sociais e deixaram de lado as lutas por melhorias na condição de trabalho de modo efetivo. Neste período houve uma melhora das condições de vida dos trabalhadores fora da fábrica, com acesso ao consumo e estabilidade no emprego, diminuindo a radicalidade das lutas sociais e levando a pensar na possibilidade de combinar acumulação e diminuição da desigualdade.

Este modo de produção vigorou-se por quase todo o século XX, visto como uma extensão da máquina, o operário fordista desenvolvia um trabalho repetitivo, massificado, mal pago e intenso. O trabalhador é peça fundamental para o aumento do lucro capitalista. Antunes (2000) assinala que os padrões produtivos parcelados e fragmentados intensificaram significativamente a extração de mais-valia. Após um grande período de acumulação de capital o sistema taylorista/ fordista começa a dar indícios de seu declínio.

Neste período o Estado passa a ter legitimidade para interferir por meio de medidas econômicas e sociais, tendo em vista a ordem do capital, disponibiliza meios para que as

grandes empresas continuem a produção em massa associada ao consumo em massa. Através da leitura de Antunes (2000) pode-se dizer que em resposta à crise instaurada com o fim dos “Anos Dourados” há uma reestruturação do capital e de sua ideologia, neste período há uma combinação de medidas entre o Capital e o Estado através de uma política fiscal, creditaria e de gastos.

Depois deste avanço no desenvolvimento, as forças expansivas que se mantiveram até o fim da Segunda Guerra Mundial, começam a perder força de atuação, as taxas de lucro começam a cair e o crescimento econômico diminui.

A ilusão do capitalismo democrático e igualitário chega ao fim quando os “Anos Dourados” terminam. O Estado, que possuía como função a mediação entre o capital e trabalho, não consegue mais manter o equilíbrio e com isso as taxas de lucro voltam a declinar.

No final dos anos 60 as ações dos trabalhadores tornam-se ativas, os trabalhadores se organizam em busca de mudanças no modo de controle no Capital, no modo repetitivo de produção e na alta da alienação dentro das fábricas. Antunes (2000) identifica que os trabalhadores se organizaram em busca de autonomia no processo de trabalho através de ferramentas como: greves parciais; operações de zelo; questionamento sobre a divisão e fiscalização dentro da fábrica; e através de formação de conselhos que atuavam em prol de benefícios dos trabalhadores.

O capital deflagrou, então, várias transformações no próprio processo produtivo, por meio da constituição das formas de acumulação flexível, do downsizing, das formas de gestão organizacional, do avanço tecnológico, dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, onde se destaca especialmente o “toyotismo” ou o modelo japonês. Essas transformações, decorrentes da própria concorrência intercapitalista (num momento de crise e disputas intensificadas entre grandes grupos transnacionais e monopolistas) e por, outro lado, da própria necessidade de controlar as lutas sociais oriundas do trabalho, acabaram de suscitar a resposta do capital à sua crise estrutural. (ANTUNES, 2000, p. 27-28).

Antunes (1995) conclui que os novos processos de trabalho são instaurados onde a flexibilização e a especialização flexível tomam o lugar dos cronômetros e da produção em série. Inicia a era do toyotismo, com uma gestão participativa em busca da qualidade do trabalho. A fim de proporcionar condições necessárias para o desenvolvimento do Capital,

nesta nova fase os direitos do trabalho são desregulamentados e flexibilizados. São nestes moldes que o padrão fordista dá lugar ao toyotismo.

1.3 Acumulação flexível (1970 e a reestruturação do capital)

Nos anos 60 e 70 o peso sindical dos trabalhadores que antes diminuiu, tem uma ascensão intensa, mudaram as direções sociopolíticas. As demandas em foco direcionaram para a melhoria de condições de trabalho, melhores salários e reformulações do modo de produção taylorista-fordista.

A partir da instauração da crise dos anos 70, desenvolve o processo de acumulação capitalista do tipo flexível. Pinto (2007) descreve que o novo processo de acumulação foi resultado do desequilíbrio na articulação entre a produção em larga escala e o Estado de bem-estar social⁴ causando no âmbito econômico uma oscilação nas contas externas, internacionalização e uma diminuição no volume de investimento em capital financeiro.

Segundo Antunes e Druck (2014), é possível dizer que o padrão de acumulação flexível articula um conjunto de elementos, que resultam em algo novo e bastante distinto do padrão taylorista/ fordista de acumulação. A articulação flexível tem como base o padrão produtivo organizacional inspirado na experiência japonesa do pós-guerra e no avanço tecnológico, resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como a introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços.

Desenvolve-se uma estrutura de produção mais flexível que Harvey (2008) sintetiza como:

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de

⁴ Estado de bem-estar social: “Basicamente, trata-se de um modelo de governo em que a iniciativa pública, por meio dos aparelhos estatais, é concebida como pilar fundamental não apenas nas áreas de saúde, educação e segurança, mas também quanto às políticas previdenciárias, de emprego e de renda da classe trabalhadora; no âmbito do mercado, o Estado assume ainda o papel de um agente essencial na condução do desenvolvimento econômico, seja através da intervenções reguladoras nas políticas comerciais, financeiras e industriais, seja constituindo empresas em posto estratégicos das cadeias produtivas. No Brasil, embora com diversas particularidades com relação às experiências dos países centrais denominou-se este estilo de política estatal como sendo “desenvolvimentista”, tendo vigorado, grosso modo, no período entre décadas de 1930 e de 1980. (PINTO, 2007, p. 37).

fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificada de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas. (HARVEY, 2008, p. 140).

O trabalho multifacetado de qualidade aliado a terceirização tem como finalidade a redução do tempo de trabalho. As metas e competências dos “colaboradores” tornam-se regra no ideário da empresa, reengenharia; eliminação de postos de trabalho; aumento da produtividade; qualidade total; envolvimento; e terceirização ampliada. Todos esses itens, segundo Antunes (1995), passam a integrar a lógica da empresa flexível. Os direitos flexibilizados de modo que o trabalhador em função direta ao bem-estar do Capital é submetido a diversas mudanças, a lógica flexível substitui o trabalho desqualificado e individualizado por um trabalho polivalente.

Se no taylorismo/fordismo tinha como ponto de partida o domínio de uma empresa pelo número de operários, na era da acumulação flexível a lógica empresarial é a minimização do desperdício. Um quadro de trabalhadores reduzidos e aumento da carga horária de trabalho, explorando cada vez mais a força de trabalho e aumentando os índices de produção.

Os resultados são trágicos em relação ao mundo do trabalho: desregulamentação dos direitos do trabalho em escala global; terceirização da força de trabalho nos mais diversos setores e ramos produtivos e de serviços; derrota do sindicalismo autônomo e sua conversão num sindicalismo de parceria; mais comercial e menos conflituoso. Antunes (1995) ainda assinala que a introdução do toyotismo é uma saída para a atual crise do capitalismo, impondo uma visão de incorporação e aceitação da classe trabalhadora, da política concorrencial e competitiva.

Conforme Antunes (2000) sintetiza, podemos dizer que o Toyotismo e a empresa flexível diferenciam-se do fordismo pelos seguintes itens:

- 1- É uma produção diretamente vinculada à demanda, diferente da produção em série e de massa do taylorismo/fordismo.
- 2- Dependem do trabalho em grupo, com várias funções, rompendo com o caráter parcelar do fordismo.

- 3- Estruturam-se num processo produtivo flexível, que possibilita ao trabalhador operar simultaneamente várias máquinas, diferentemente da relação homem/máquina na qual se baseava o taylorismo/fordismo
- 4- Têm como princípio o *just in time*, ou seja, a produção deve ser efetivada no menor tempo possível.
- 5- Desenvolvem o sistema de kanban, senhas de comando para reposição de peças e estoque, uma vez que no toyotismo os estoques são os menores possíveis, em comparação com o fordismo.
- 6- Têm uma estrutura horizontalizada, ao contrário da verticalidade fordista. Enquanto na fábrica fordista aproximadamente 75% da produção era realizada em seu interior, na fábrica toyotista essa parcela é de apenas 25% e a terceirização/subcontratação passa a ser central na estratégia patronal. Essa horizontalização estende-se às subcontratadas, firmas ‘terceirizadas’, acarretando a expansão de seus métodos e procedimentos para toda a rede de subcontratação. Essa tendência vem se intensificando cada vez mais nos dias atuais, pois a empresa flexível, defende e implementa a terceirização, não só das atividades meio, mas também das atividades fim.
- 7- Criam os círculos de controle de qualidade (CCQs), visando a melhoria da produtividade e permitindo que as empresas se apropriem do *savoir-faire*⁵ intelectual e cognitivo do trabalho que o fordismo desprezava.

Estamos diante de uma nova fase de destruição do trabalho, que amplia a precarização em toda a era contemporânea. Em resposta à luta das classes trabalhadora e proletariado, o capital monopolista formulou um conjunto de novas ideias. Tais respostas, segundo Netto e Braz (2013), configuram como uma estratégia articulada sobre um tripé: reestruturação produtiva, financeirização e ideologia neoliberal.

As estratégias estabelecidas pelo Capital mediado pelo Estado, embora tenham sido formuladas em resposta à luta de classes, tiveram como objetivo restabelecer a economia. Sintetizando este “compromisso” que tinha por pauta as melhores condições salariais, de

⁵ *Savoir-faire* - habilidade, tato, esperteza. Disponível em: <<https://www.dicionarioinformal.com.br/savoir-faire/>> Acesso em: 28 out. 2017

trabalho e seguridade social. Segundo Antunes (2000) foram medidas criadas para manter o proletariado sobre o comando do Capital.

Sempre com o objetivo de lucrar, os capitalistas lançam um movimento de descentralização industrial: promovem a mudança territorial da produção. As unidades produtivas são deslocadas para a periferia, buscando mão de obra a baixo custo e ausência de sindicatos que permitem uma abertura maior para falhas na legislação trabalhista facilitando a exploração. Intensificando o antagonismo entre as classes, de um lado a exploração intensa e maçante da classe trabalhadora, de outro a riqueza acumulada na mão de poucos burgueses.

Contudo, enquanto num sentido o mundo estava se tornando demograficamente maior e geograficamente menor e mais global - um planeta ligado cada vez mais estreitamente pelos laços dos deslocamentos de bens e pessoas, de capital e comunicações, de produtos materiais e ideias. (HOBSBAWM, 1995, p. 131).

A reestruturação produtiva só pode ser instaurada como o amparo Estatal, jurídico e institucional como descreve Pinto (2007). Estas medidas tiveram alcance nos setores produtivos, financeiros e no âmbito das políticas sociais.

As formulações feitas pelo monopólio para conseguir reverter às quedas nas taxas de lucro é o que Pinto (2007) dividem-se em duas medidas: a reestruturação produtiva e a flexibilização da ação protetora do Estado. Estas medidas dividiram a classe trabalhadora em dois grupos, permitindo uma desigualdade dentro da própria classe, poucos trabalhadores possuem condições adequadas de trabalho, estes são os qualificados, instalados nas chefias e nas gerências de grandes empresas. A outra grande parcela, são de trabalhadores que não possuem qualificação e vivem apenas com o suficiente para suas necessidades básicas, possuindo empregos de alta rotatividade, este grupo é numericamente maior, sofrendo desregulamentação do trabalho, precarização e baixos salários.

1.4 A ideologia Neoliberal

O final dos anos 60 foi marcado por uma desregulamentação do mercado de trabalho e das relações sociais. Deste modo, o Estado desenvolve reformulações no processo de acumulação do capital objetivando conter o agravamento das crises econômicas e sociais.

A ideologia Neoliberal, com reformulações estabelecidas, se sustenta na necessidade de diminuir o Estado, justificando o ataque que o grande capital vem movendo contra as dimensões democráticas da intervenção na economia. O objetivo real do capital monopolista é a diminuição das funções estatais coesivas, aquelas que respondem à satisfação de direitos sociais. Antunes (2000) conclui que a implementação do projeto neoliberal trouxe profundas mudanças no mundo trabalho, são elas: redução de empresas estatais, retração do setor industrial, expansão dos serviços privados e pela reconfiguração da divisão internacional do trabalho.

O que buscam os monopólios e seus representantes é um Estado mínimo para o trabalho e máxima para o capital. Harvey (2006) esclarece de forma precisa “O neoliberalismo não se mostrou bom para revitalizar a acumulação do capital global, mas foi muito bem sucedido em restaurar o poder de classe” (HARVEY, 2006, p. 10). De maneira geral, o neoliberalismo é um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas, que defende a não participação do estado na economia, onde deve haver total liberdade de comércio, para garantir o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país.

O neoliberalismo defende também a política de privatização de empresas estatais, a livre circulação de capitais internacionais e a ênfase na globalização; a abertura da economia para a entrada de multinacionais; a adoção de medidas contra o protecionismo econômico; a diminuição dos impostos e tributos excessivos. Harvey (2006) pontua que o neoliberalismo foi um sucesso para as classes dominantes, encorajando e inovando o crescimento empresarial.

As mudanças advindas do neoliberalismo intensificaram o desgaste na saúde do trabalhador e sua exploração enquanto força de trabalho. Conforme defendido por Lara (2011), pode-se definir que neste período o único enfoque do capital era a reestruturação e seus avanços deixando de lado as demandas trazidas pela classe trabalhadora, a seguridade social foi abandonada. As condições relacionadas à saúde do trabalhador eram ainda mais precárias, os trabalhadores encontravam-se com dificuldade para conseguirem atendimento médico através das políticas públicas.

A organização em função da luta de classes e as diversas formas de resistência, encontram barreiras em direção a uma consciência para além do capital, onde são fundamentais para a luta e efetivação de uma nova sociedade onde o direito e a saúde do trabalhador sejam igualitárias em todas as esferas.

CAPÍTULO 2

TRABALHO E SAÚDE DO TRABALHADOR: UMA RELAÇÃO INTERDEPENDENTE

Pode-se observar que em outros modos de produção, que não seja o capitalista, o homem e suas mazelas eram parte da engrenagem da produção. Com o fim do sistema escravocrata o homem deixa de ser apenas um meio de produção e torna-se parte do ciclo direto do sistema capitalista, produção e acumulação de capital.

O capitalismo acarreta mudanças na vida de todos os indivíduos que nele estão inseridos. Antunes (2000) fala da tendência contemporânea de aumento do proletariado precarizado. O proletariado desenvolveu nas três últimas décadas características que tiveram início no modo de produção taylorista/fordista e vem aumentando com a reestruturação produtiva, as formas horizontalizadas do capital, da flexibilização e desconcentração. As condições precárias, insalubres e desumanas formaram o somatório de fatores resultando em um alto índice de acidentes e doenças do trabalho.

As mudanças na esfera produtiva intensificaram a exploração da força de trabalho e o desgaste da saúde do trabalhador. Poucos esforços foram feitos no sentido de minimizar as condições de sofrimento no trabalho; e, contrapartida, muito se pensou no avanço da produtividade do capital. No âmbito das políticas sociais, o Estado, pautado no ideário neoliberal, abandonou mecanismos de seguridade social: muitos trabalhadores adoecidos e acidentados encontram dificuldades para serem atendidos pela política pública, ou mesmo para ter o simples reconhecimento de suas condições de adoecimento como doença ocupacional. Em muitos casos, a situação de acidentado ou adoecido pode levar ao desemprego.” (RICARDO LARA, 2011, p. 78-85).

Conforme defendido por Bitencout e Quelhas (2009), a ampliação do uso de máquinas na produção mudou o perfil da exploração do homem sobre o homem, como o acúmulo de capital no modo de produção capitalista não havia um limite de horas de trabalho, na busca de produzir mais e mais. As tarefas executadas se tornam repetitivas e conseqüentemente levam a um aumento do número de acidentes de trabalho.

Em 1802, a primeira lei de proteção ao trabalho foi elaborada, a “Lei de saúde e moral dos aprendizes” que em seu conteúdo estabelece um limite de 12 horas de trabalho, proibição do trabalho noturno e regulamenta algumas medidas estruturais como limpeza e ventilação no ambiente de trabalho, como é relata Bitencout e Quelhas (2009).

O início da revolução industrial na Inglaterra conjugada à ascensão dos movimentos sociais que reivindicavam qualidade de trabalho no sistema fabril, surge a chamada FactoryAct⁶. Gomes e Costa (1997) descrevem que foi neste período histórico que nasceu um conjunto de legislações e normatizações que propõem a regulamentação do trabalho pautado em pontos como: desregulamentação das jornadas de trabalho, trabalho infantil, qualidade de meios de produção, incidência de acidentes de trabalho entre outros pontos.

Apesar de aparentemente o cuidado em beneficiar o trabalhador, a intenção com a qual ele era implementado pautava-se exclusivamente na manutenção da mão-de-obra viável para realização do trabalho, ou seja, tinha o mero propósito de controlar a saúde do corpo da classe pauperizada para que estes continuassem aptos a trabalhar e oferecessem menos riscos à classe dominante (FOUCAULT, 1982, apud, SANTOS E FREITAS, 2009, p. 155).

A FactoryAct foi um marco no direito do trabalhador e seu ponto mais importante é o surgimento da primeira medicina do trabalho, o profissional era escolhido sendo de inteira confiança e subordinação ao empresariado. O papel do médico do trabalho é tratado por Santos e Freitas (2009) como um papel de prevenção, com a finalidade de prevenir e reduzir os danos à saúde decorrentes da execução do trabalho, sua dimensão era restrita sem a possibilidade de expandir os limites da fábrica. Ou seja, surge um profissional exclusivamente daquele contexto capitalista como “bálsamo” para os problemas decorrentes do modo de produção vigente, porém possuíam limites de atuação, submetiam apenas aos interesses capitalistas, nada era feito de forma efetiva para a melhoria da vida do trabalhador dentro da fábrica.

A introdução de um médico no interior fabril, submetida aos interesses do capital, apenas retarda o tratamento das doenças causadas pela execução do trabalho. Os diagnósticos eram superficiais e os sintomas em sua maioria ligados às patologias comuns, dificultando um tratamento adequado.

Assim, a Medicina do Trabalho, centrada na figura do médico, orienta-se pela teoria da uni-causalidade, ou seja, para cada âmbito do trabalho, vai refletir-se na propensão a isolar riscos específicos e, dessa forma, atuar sobre suas consequências, medicalizando em função de sintomas e sinais ou, quando muito, associando-os a uma doença legalmente reconhecida. (GOMEZ; COSTA, 1997, p. 21-32).

A partir da leitura de Vasconcelos e Barros (orgs. 2011), pode-se pontuar historicamente a diferença entre saúde ocupacional, saúde do trabalhador e medicina do

⁶ FactoryAct: Conjunto de legislações trabalhistas que possui por objetivo regular as condições de trabalho.

trabalho, a cada uma reflete os interesses do Capital em específicas políticas e práticas institucionais que interferem de forma distinta na saúde do trabalhador.

2.1 Construção histórica: a luta pela saúde do trabalhador

Os direitos trabalhistas como é descrito por Vasconcelos e Barros (2011) passam por inúmeras reformas com a entrada do século XIX no intuito de atenderem as demandas políticas da classe trabalhadora, que neste período encontravam fortemente articuladas com os sindicatos. A preocupação com integridade do trabalhador e os serviços médicos prestados no interior da fábrica começam a se tornarem temática internacional.

Em 1959, surgem as primeiras leis, que passaram a ter como referência a formação de profissionais qualificados para este trabalho, criou-se métodos, funções, instalações e meios de ação. A criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1919, significou a criação de um instrumento internacional capaz de regular e fiscalizar os direitos trabalhistas em âmbito mundial.

O processo de produção foi se modificando e novas demandas trabalhistas surgiram e a medicina do trabalho tornou-se cada vez mais impotente para atender estas demandas.

Com o surgimento dos Estados de bem-estar social, na primeira metade do século, até o advento das políticas neoliberais, especialmente após os anos 1980, havia uma tendência de maior expansão das regras do que sua retração, favorecida pelo contexto da Guerra Fria, em resposta aos movimentos de trabalhadores identificados com ideologias de esquerda. As regras protetoras da saúde no trabalho, seguindo a tendência das políticas de bem-estar social, foram aprimoradas e ampliadas, especialmente sob a chancela da OIT. (VASCONCELOS, 2011, p. 404).

Em resposta a estas demandas, que surgiram gradativamente com a introdução maquinários, amplia-se a atuação médica direcionada ao trabalhador. Introduzem uma medicina do trabalho, que Vasconcelos e Barros (org. 2011) descrevem com uma nova vertente, nova técnica, novos conhecimentos e novos métodos, a saúde ocupacional⁷, que surge em meados do século XX. As regras que protegem o modo de produção e a saúde do trabalhador passaram a ser elaborada não só pelo médico do trabalho, formou-se um conjunto de ações de diversas áreas.

⁷ Saúde Ocupacional: Ação preventiva e reparadora dos danos da saúde do trabalhador, embasada na teoria positivista a serviço do capital.

Oliveira (2003) sintetiza que para que a meta de saúde e segurança no ambiente de trabalho seja atingida, faz-se necessário associar diversas áreas como: segurança, higiene e medicina, prevenção e controle de riscos, comunicação, controle e treinamento, entre outros. Concluindo que a responsabilidade da segurança no trabalho só é possível através da união de três polos. O primeiro que é o poder público que, cria e fiscaliza as normas e leis que visam a segurança e a saúde do trabalhador. O segundo é o empregador, que tem a função de fazer cumprir as legislações, podendo ser punido caso não esteja em efetivo regulamento. E em terceiro o empregado, que cabe a exigência da efetivação de saúde e de segurança nos locais laborais.

A OIT foi fundamental para o desenvolvimento da saúde ocupacional, que se desenvolveu junto com o campo trabalhista (proteção) e previdenciário (reparação), como é debatido por Vasconcelos e Barros (org, 2011). No campo da proteção o Estado é quem regulamenta as políticas públicas do setor saúde-trabalho. No campo de reparação a previdência social assumia um caráter contributivo.

Com o surgimento da saúde ocupacional, a prevenção da saúde do trabalhador passa a ser vinculada às ferramentas estatais associadas às áreas trabalhista, previdenciária e às formulações de suas políticas públicas sob as diretrizes do Ministério do Trabalho e da Previdência Social, como descrevem Vasconcelos e Barros (org. 2011). Desconsiderando os demais grupos populacionais que necessitavam dos serviços públicos para a prevenção da saúde, ou seja, as políticas de prevenção a saúde do trabalhador não passavam em nenhuma fração pelo Ministério da Saúde.

De modo restrito o serviço de prevenção à saúde do trabalhador foi instaurado para aqueles indivíduos que exerciam um vínculo legal com o empregador, contrato entre capital e trabalho. Desse modo o serviço prestado não considerava as demandas sociais, possuía um caráter contributivo, não universalista.

Desse modo, a legislação social foi pautada na esfera do trabalho, especialmente nos direitos trabalhistas. Somente os trabalhadores urbanos vinculados ao mercado formal de trabalho participavam de políticas sociais da época. Porém, a grande maioria da população trabalhadora estava vinculada ao trabalho rural, e, portanto, encontra-se desprotegida (COUTO, 2003, apud, RODRIGUES; BRELLINI, 2010, p. 345-357).

No modo de produção capitalista o indivíduo é obrigado a vender sua força de trabalho como único meio de sua sobrevivência, tornando sua força de trabalho uma

mercadoria. Esta relação é dada por formas de trabalho tanto formais, os trabalhadores que são resguardados pelas legislações trabalhistas, quanto informais, os trabalhadores que não entram como usuários da saúde ocupacional.

Em função do caráter não universalista da saúde ocupacional, trabalhadores se organizaram e lutaram pela expansão do direito à prevenção e proteção da saúde. Esta organização derivou mudanças legislativas nas leis trabalhistas, os principais pontos de mudança nos aspectos da saúde e da segurança do trabalhador é abordado por Gomez e Costa (1997).

Historicamente a primeira mudança ocorreu em 1970 na Itália com a instauração da lei 300 que ficou conhecida como o Estatuto dos trabalhadores. Esta lei tinha caráter absolutamente novo, a saúde do trabalhador não estaria mais sob a responsabilidade exclusiva do âmbito do trabalho e da previdência tornando se responsabilidade também Estatal, passando a ser considerada problema de saúde pública. Além deste ponto a lei traz mudanças como o direito à informação sobre os riscos, as medidas de controle que estão sendo adotadas, os resultados de exames médicos, de avaliações ambientais e o poder de escolha do trabalhador em exercer funções que lhe tragam risco à sua saúde, como descrevem Gomes e Costa (1997). Este conjunto de mudanças legislativas possui como ponto principal a possibilidade do trabalhador de ter consciência da dimensão humana do trabalho, buscando a relação causa e consequência do adoecimento físico e mental decorrentes do processo de produção.

Em síntese, por Saúde do Trabalhador compreende-se um corpo e práticas teóricas interdisciplinares – técnicas, sociais, humanas – e interinstitucionais, desenvolvidas por diversos atores situados em lugares sociais distintos e informados por uma perspectiva comum. (GOMEZ; COSTA, 1997, p. 25).

No modo de produção capitalista o indivíduo é obrigado a vender sua força de trabalho como único meio de sua sobrevivência, tornando sua força de trabalho uma mercadoria. Esta relação é dada por formas de trabalho tanto formais, os trabalhadores que são resguardados pelas legislações trabalhistas, quanto informais, os trabalhadores que não entram como usuários da saúde ocupacional.

Em função do caráter não universalista da saúde ocupacional, trabalhadores se organizaram e lutaram pela expansão do direito à prevenção e proteção da saúde. Esta organização derivou mudanças legislativas nas leis trabalhistas, os principais pontos de

mudança nos aspectos da saúde e da segurança do trabalhador é abordado por Gomez e Costa (1997).

A consolidação no Brasil dessa “nova prática” ocorreu apenas através da reforma sanitária que insere a relação saúde x trabalho como um campo da saúde pública e sua organização passa a ser responsabilidade do Sistema Único de Saúde que foi criado a partir da lei orgânica de saúde 8.080 de 1990 e não mais apenas do Ministério do Trabalho e Previdência Social como reflete Gome e Costa (1997). Esta mudança substituiu o caráter restrito o transportando para um caráter universalista do campo Saúde do trabalhador.

2.2 Saúde do trabalhador, uma expressão da Questão Social

A relação saúde e trabalho no capitalismo é uma das múltiplas expressões da Questão Social⁸ e está fundamentalmente vinculada às novas orientações de trabalho da ordem do capital no século XXI, a reestruturação produtiva e a ampliação constante da globalização.

Segundo Antunes e Praun (2015) pode-se dizer que é através da reestruturação produtiva e das mudanças como sua forma de consumo e os direcionamentos dos padrões de produção que o trabalho se torna ainda mais precarizado, é neste contexto que a terceirização e as atividades informais de trabalho ganham ênfase no âmbito do trabalho no Brasil.

As diferentes mazelas no mundo do trabalho segundo Antunes (2010) é derivada de dois motivos. O primeiro é a nova organização do trabalho e da produção. A segunda é pelo diferente formato de divisão internacional do trabalho. As duas resultam em formas desiguais de contratação e nas exigências de qualificação da mão de obra.

A divisão de produção no mundo do capital em âmbito internacional é consequência do desigual desenvolvimento entre os países, os países mais desenvolvidos usufruem de significativos benefícios em relação aos menos desenvolvidos. Os pais periféricos oferecem aos desenvolvidos mão de obra barata, matéria-prima entre outros benefícios para que possam inserir indústrias em seu território, no intuito de fortalecerem a fragilidade econômica, como podemos observar através da obra de Gaze; Leão e Vasconcelos (2011).

⁸ Questão Social: Segundo José Paulo Netto, a expressão questão social toma forma a partir em meados do século XIX e esta ligada aos desdobramentos sociopolíticos onde o pauperismo toma-se uma nova forma e ganha um novo contexto o de questão social, estando vinculado ao conflito entre capital e trabalho.

É através da DIT conforme é defendido por Antunes e Praun (1997) que é direcionado funções de produção para cada tipo de país ficando a cargo dos mais desenvolvidos a fatia da produção de maior lucratividade, ou seja, explorando e intensificando a degradação do trabalho nos países periféricos e acentuando a desigualdade entre os países.

A DIT que vigorou na década de 50 significou uma especialização das atividades econômicas principalmente nas grandes indústrias. As grandes indústrias com a inserção de maquinários de alto desenvolvimento expõe os trabalhadores a uma intensificação e flexibilização do trabalho, por consequência desencadeia um leque de doenças oriundas das atividades desenvolvidas em cada setor e em cada país, Antunes e Praun (2015). Quanto maior é o subdesenvolvimento maior é a precarização das leis que regulamentam o trabalho no país e por consequência maiores são as incidências de doenças relativas ao trabalho.

As relações de trabalho e capital desenvolvidas são próprias deste contexto histórico do capitalismo. O capitalista, como Gomes e Costa (1997) descrevem, impõe suas regras visando o aumento e o acúmulo de capital baseado em alternativas desenvolvidas no intuito de diminuir encargos, proteção e garantia ao trabalhador. O objetivo é que o trabalhador se adeque às novas formas de organização de produção se tornando mais flexíveis e polivalentes.

Segundo Lara (2011), às novas formas de organização do trabalho fazem com que o trabalhador se submeta a diversas imposições do capital ocasionando uma mudança no perfil das doenças originadas do trabalho. No âmbito das políticas sociais os trabalhadores não estão assegurados, os acidentes e doenças originadas do trabalho em muitos casos enfrentam dificuldades para serem reconhecidas como doenças laborais. Estes aspectos se transformam em tensões psicológicas causando um mal-estar físico e mental a classe trabalhadora.

O capitalismo desenfreado carrega consigo uma mão que aniquila a qualidade de vida do trabalhador. As situações de abalo à saúde do trabalhador não são resolvidas apenas amenizada, para que o trabalhador consiga expandir suas habilidades de produção.

[...] as novas tecnologias e suas formas de expressões na saúde, de liberarem o trabalhador de parte da força física como o movimento de cargas pesadas, por exemplo, não proporcionam melhoria na saúde. Além dos riscos tradicionais, agregam outros elementos, que isolam o trabalhador, dificultando suas relações de classe, geram mais competitividade [...] e exploração da força de trabalho (SILVA, 2013, p. 59-60).

Estes programas respondem de forma distorcida aos problemas de saúde, atendendo às necessidades do capital e não da classe trabalhadora. Domingos e Santos (2015) definem que

o objetivo dos Programas de Qualidade de Vida no Trabalho - QVT - são de criar uma forma de controle em que as empresas capitalistas desenvolvam mecanismos para mascarar a exploração e a degradação da saúde do trabalhador, trazendo uma falsa concepção sobre a qualidade de vida do mesmo. A finalidade aqui está em manter o trabalhador saudável para desenvolver suas atividades de forma adequada e com uma maior produtividade, o que não corresponde ao enfrentamento das expressões da Questão Social trazidas pelo trabalho exploratório. Os QVT trazem a concepção de qualidade de vida vinculada ao objetivo de amenizar o estresse e o adoecimento e não sua cura ou prevenção.

2.3 Saúde do trabalhador, um direito constitucional

O Brasil em 1930 vivenciou a revolução industrial tardiamente e em menor escala, até o início do século XX a economia brasileira era fundada no modo de produção escravista e na agricultura latifundiária. Behring (2008) assinala que o movimento de independência ocorrido 1822 foi marcado pela ausência de legislação de proteção aos cidadãos por parte das elites econômicas e políticas, marcando assim a formação social brasileira regada a heteronomia e a dependência.

Na década de 30 há uma transformação no Estado Brasileiro, a ação pública veio para resolver as desigualdades, reconhecendo e controlando os interesses divergentes. Pinto e Bezerra (2017) fazem um breve resumo dos avanços nos direitos trabalhistas brasileiro. A entrada da crise mundial, causada pelo “Crack” de Nova York, trouxe consequências graves à economia brasileira, que vivia uma industrialização extremamente dependente da exportação do café. Com a entrada de Getúlio Vargas ao poder através da deposição de Washington Luiz, o Estado brasileiro tomou novos rumos em busca de um processo de industrialização.

Segundo Pinto e Silva (2000), o que ocorreu foi um esforço do governo em buscar novas relações de trabalho que fossem pautadas em papéis específicos para os trabalhadores e o Estado. Neste período, Vargas, com poucas semanas no poder, instaura a criação do Ministério do Trabalho e comércio, cria a primeira lei brasileira sindical e estabelece um leque de legislações trabalhista sempre com o objetivo de tornar as organizações sindicais e os trabalhadores brasileiros aliados ao governo.

Os direitos trabalhistas instaurados neste período histórico causaram grandes contradições, buscaram resolver grandes complexidades do país com respostas imediatas. Marigoni (2013) enfatiza que Vargas instaurou grandes mudanças em momento que as iniciativas privadas não tinham condições para realizar investimentos em estruturas para contemplar as novas leis.

Em 1934, uma nova constituição sobre a ordem econômica e social foi instaurada, Marigoni (2013) destaca que o governo Vargas de um lado enquadra a questão social em outro repreendia de forma severa qualquer contestação. As leis trabalhistas instauradas serviam para melhorar as condições de trabalho e de vida do trabalhador, porém tinham como foco principal manter o controle, usando o trabalhador como instrumento de controle econômico por parte do Estado. O legado de Vargas chega ao fim com o golpe militar em 1945. deixando como marca um governo de direitos sociais em um projeto paternalista de poder.

A instauração do regime militar brasileiro trouxe através de Atos Institucionais, o aniquilamento do Estado de direito e as instituições democráticas. Maior (2014) descreve sobre os efeitos negativos do golpe de 64, no que tange aos direitos trabalhistas apontando que o governo ditatorial, através da justificativa de recuperar a credibilidade do país junto ao capital estrangeiro procurou acender a economia adotando medidas de redução de direitos trabalhistas e uma feroz repressão aos sindicatos.

Conforme debate Oliveira (2011), o Brasil em 1970 era campeão em acidentes de trabalho, estes índices resultaram em reivindicações trabalhistas para as elaborações de normas e legislações que oferecessem ao trabalhador condições dignas para a execução de suas atividades laborais. É necessário retomar que mesmo com os avanços na legislação trabalhista no Brasil até o início do século XX, as doenças e os acidentes de trabalho ainda não eram tratados como um problema de saúde pública.

Antunes e Praun (2015) destacam que a relação da reestruturação produtiva e neoliberalismo trouxeram aos trabalhadores um medo grande do desemprego acarretando uma enorme competitividade, o trabalhador se vê obrigado a aceitar qualquer condição de trabalho para manter-se ativo no mercado, tornando a relação entre trabalhador e empregador uma relação desigual. As leis do judiciário são pontos fundamentais para a proteção da dignidade e da saúde do trabalhador, com a evolução do direito trabalhista, as lutas sindicais, a construção de ministérios específicos e a saúde do trabalhador tornam-se pontos importantes para o desenvolvimento nacional.

A saúde do trabalhador começa a ser debatida a medida que avança as legislações trabalhistas na construção de uma sociedade democrática. Sintetizando um conjunto de práticas técnicas, sociais e humanas desenvolvidas sob uma perspectiva comum. Gomes e Costa (1997) afirmam que com a instituição de uma nova constituição em 1988 os direitos em prol dos trabalhadores e o centro de saúde foram ampliados, incorporando a saúde do trabalhador ao Sistema Único de Saúde.

Deste modo a redemocracia brasileira se instaura em 1988, em um discurso relativo à prevenção. A saúde do trabalhador começa a ser enfrentada como uma expressão da Questão Social. No artigo 196, da seção II está instaurado o seguinte texto:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção e recuperação. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA, 1988).

O termo saúde do trabalhador vira debate simultaneamente ao debate da Reforma sanitária na década de 80. O problema mais evidente na instauração do campo Saúde do Trabalhador, como problema de saúde pública e coletiva, foi a incapacidade de se formular políticas, delimitar e intervir na relação saúde – trabalho – doença, afirma Vasconcelos e Barros (org. 2011).

A inclusão da área de Saúde do trabalhador como parte integrante do SUS, através da Lei Orgânica de Saúde nº 8080, não mudou o quadro epidemiológico de doenças e acidentes de trabalho, enfrenta barreiras significativas, são elas:

A incompreensão do próprio SUS como a instância do aparelho de Estado responsável por uma política nacional para a área, centrada direito à saúde, é um deles. Outro aspecto é a formação de quadros técnicos voltados para um mercado da saúde ocupacional que acaba por modelar uma visão corporativa e empresarial não alinhada com um entendimento da relação saúde-trabalho como um problema relevante de saúde pública. As estruturas do Estado, fragmentadas entre si, a baixa intersetorialidade, a arena política dominada por bolsões de hegemonia corporativa da saúde ocupacional e o próprio comportamento intra institucional desarticulado no aparelho da saúde são problemas também presentes. Da baixa percepção social da categoria trabalho como determinante de saúde, no contexto de invisibilidade social do problema, decorre um baixo nível de resposta das organizações sociais, sindicais e do próprio controle social do SUS. (VASCONCELOS; RIBEIRO, 2011, p. 446-447).

O campo da saúde do trabalhador está além dos direitos trabalhista e previdenciário, englobando um aspecto de cidadania plena. Antunes e Praun (2015) aborda que no Brasil

mesmo com a instauração de leis que garante a saúde universal a todos os indivíduos, pouco se viu de mudanças significativas na qualidade de vida do trabalhador, o Brasil ainda carece de enfrentamentos efetivos que até nos dias atuais não foram resolvidos de forma plena e satisfatória.

2.4 A limpeza Urbana e as implicações na saúde do Gari

No Brasil, no final do período colonial a limpeza urbana era feita a princípio por escravos e posteriormente com o fim da escravidão por mulheres e empregados braçais. A responsabilidade por tal tarefa como é descrita por Belo (2009) era delegada historicamente as classes estigmatizadas, a homens subproletariados.

O serviço sistemático de limpeza urbana foi iniciado oficialmente 1880 no estado do Rio de Janeiro, pelo Decreto nº 3024. O nome gari é uma homenagem a uma pessoa que se destacou na história da limpeza da cidade do Rio de Janeiro - o francês Aleixo Gary. O empresário Aleixo Gary assinou contrato em 11 de outubro de 1876 com o Ministério Imperial para organizar o serviço de limpeza da cidade do Rio de Janeiro. O serviço incluía remoção de lixo das casas e praias e posterior transporte para a Ilha de Sapucaia, onde hoje fica o bairro Caju. Ele permaneceu no cargo até o vencimento do contrato, em 1891. Em seu lugar, entrou o primo Luciano Gary.

A empresa foi extinta um ano depois, como é descrito por Monteiro (org. 2001), sendo criada a Superintendência de Limpeza Pública e Particular da Cidade, cujos serviços deixavam a desejar. Em 1906, a superintendência tinha 1.084 animais, número insuficiente para carregar as 560 toneladas de lixo da cidade. Assim, da tração animal passou-se à tração mecânica, e depois ao uso do caminhão.

Os trabalhadores de Limpeza Urbana fazem parte de uma invisibilidade e de uma ausência de reconhecimento no ciclo do capital desde suas origens até os dias atuais. As atribuições dos profissionais responsáveis pela limpeza urbana são distribuídas entre coleta de lixo, varrição de rua, limpeza e manutenção de bueiros.

A invisibilidade pública não é de agora, antes havia os escravos, as mulheres. Mas muitas coisas daquele tempo foram imutáveis. A invisibilidade pública é um desaparecimento psicossocial, não se trata de um fenômeno ótico, mas poderia ser considerado muito mais um problema de cegueira daqueles que não veem do que do

desaparecimento daqueles que não são vistos. Os garis são invisíveis? Claro que não. Nós burgueses, é que somos cegos. (BRAGA, 2008, p. 34).

Os trabalhadores de limpeza urbana estão expostos a inúmeros riscos: acidentes de trabalho, produtos e insumos que agridem integridade física, insalubridade e periculosidade em seu grau máximo, problemas musculares derivado do esforço físico repetitivo, entre outros.

O desgaste mental destes trabalhadores é relatado por Madrugas (2002) pela necessidade em desenvolver as atividades com uma alta carga de atenção, o trabalho é cercado por insegurança e os ruídos são constantes.

A intensificação do trabalho e a saúde do trabalhador como foi abordado no item anterior, está diretamente relacionada à forma como o trabalho é desenvolvido no MPC. Nessa classe, os trabalhadores são ainda mais expostos aos danos à saúde. Galdino e Malysy (2006) desenvolveram um estudo em que os próprios trabalhadores relatam os dez grandes problemas dessa exposição, são eles: problemas de pele; problemas auditivos; problemas no trato urinário ou de necessidades; leptospirose; tétano; Aids; problemas respiratórios ou pulmonares; problema nos músculos esqueléticos. nervosismo e preocupação e distúrbios no aparelho digestivo.

Os riscos aos quais os trabalhadores da Limpeza Urbana estão expostos são diversos, destacando os riscos químicos e biológicos que se dão pelo contato direto ao lixo. Coelho (2012) na sua dissertação descreve que os riscos à saúde destes trabalhadores são divididas em seis classificações, vejamos:

Agentes físicos- gases e odores emanados dos resíduos; materiais perfuro-cortantes, tais como vidro, lascas de madeira; objetos pontiagudos; poeira; ruídos excessivos; exposição ao frio; ao calor, à fumaça e ao monóxido de carbono; posturas forçadas e incômodas. Agentes químicos: líquido que vazam de pilhas e baterias; óleos e graxas; pesticidas/ herbicidas; solventes; tintas; produtos de limpeza; cosméticos; remédios; aerossóis; metais pesados como chumbo, cádmio e mercúrio. Agentes biológicos: seres vivos (micro ou macro- organismo patogênicos) cuja a ação possa provocar tanto lesões crônicas quanto aguda; vírus; bacilos; parasitas; bactérias; fungos; insetos transmissores de doenças (barbeiro, mosca, mosquitos, etc); ratos. Mecânicos: atropelamento, quedas, esmagamentos pelo compactador de lixo; fraturas. Ergonômicos: sobrecarga da função osteomuscular e da coluna vertebral, com conseqüente comprometimento patológico e adoção de posturas forçadas incômodas, geralmente ocasionando lesões crônicas. Sociais: caracterizado pelo desconhecimento e falta de informações acerca das condições de trabalho (falta de treinamento e de condições adequadas de trabalho. (COELHO, 2012, p. 34-35).

As tensões, problemas e doenças causadas pelo trabalho não são exclusividade dos profissionais de limpeza urbana e sim de toda a classe trabalhadora no modo de produção capitalista. Os danos à saúde e os altos índices de acidentes de trabalho podem ser minimizados através de uma legislação ampla protetora dos direitos e através de ações de prevenção e promoção à saúde do trabalhador em todas as esferas.

A profissão Gari conta com normas que regulamentam as condições de trabalho como é debatida por Campos, Rubinho e Pereira (2015) ao falar de regulamentação da profissão podemos citar a NR's que pautam sobre diversas áreas como relação entre empregador e empregado; Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA); Equipamento de Proteção Individual e coletiva (EPI E EPC); Insalubridade, Ergonomia; Trabalho a Céu aberto e as condições Sanitárias.

Apesar de existirem inúmeras leis regulamentadoras, os garis ainda sofrem diversos danos e desregulamentação no exercício da profissão. Por se tratar de uma profissão que os riscos ultrapassam o que disciplinam as normas regulamentadoras, como mostram Campos, Rubinho e Pereira (2015), a eficácia da norma torna-se deficiente, ocasionando um desamparo legal a direitos fundamentais a classe.

Observa-se em todo referencial teórico e na pesquisa de campo que a classe Gari precisa estar em constante movimento para buscar uma mínima efetivação das condições que a NR's disciplinam. Podemos citar como exemplo os coletores de lixo da Prefeitura Municipal de Ouro Preto, objeto deste trabalho, que estão inseridos em uma realidade de não cumprimento das normas em relação ao mínimo exigido pelas NR's, bem como tratamentos dignos por parte da chefia e da sociedade. Há ausência de fornecimentos de EQI e EQC entre outras irregularidades que serão abordada no próximo item deste trabalho.

Para promover e manter a saúde dos trabalhadores de Limpeza Urbana, é necessário que identifique e combata os fatores nocivos no ambiente do trabalho, com um aparato do poder público nos mais diversos aspectos, como trabalhador de direitos e garantias fundamentais.

2.4.1 Ouro Preto e as condições de trabalho na área de Limpeza Urbana

No Brasil Império as acomodações eram precárias, nas casas não havia lugar adequado para escoamento do esgoto, os lixos eram descartados nas ruas causando mau cheiro na cidade. Vila Rica, como assim chamada Ouro Preto, era um dos maiores centros urbanos das Américas, com população entre 50.000 e 60.000 habitantes em meados do século XVIII, como descreve Castro (2016).

A produção de lixo era de grande proporção devido ao grande número de pessoas que habitavam a cidade, contudo pouco se sabe da real situação da coleta e limpeza urbana. Através das pesquisas e levantamentos bibliográficos para a execução deste trabalho, pode-se constatar uma defasagem de documentos que relatam a situação da cidade nesse período histórico.

Ouro Preto é uma das mais conhecidas cidades do Brasil, devido ao papel de destaque no ciclo exploratório do ouro. A cidade com pouco mais de 62 mil habitantes atualmente, segundo a contagem populacional do IBGE, possui algumas características peculiares que interferem diretamente na execução da limpeza urbana do município.

Rezende (1999) descreve com propriedade as características físicas da cidade, Ouro Preto corresponde a uma área de 1274 km² inseridos em uma macrorregião metalúrgica em Minas Gerais, possuindo um total de 11 distritos e uma sede. A altitude máxima da cidade chega a 1891 metros, devido a sua localização serrana propicia à cidade temperaturas amenas, com ocorrências diárias bastante baixas, oscilando de 13° a 28°. Sua precipitação anual é medida em 2018 milímetros distribuídos de forma bastante irregular durante o ano.

As características peculiares da cidade traz consigo algumas deformidades na execução da limpeza urbana acarretando inúmeros prejuízos à saúde do trabalhador gari de Ouro Preto, atendendo segundo o IBGE, 95% das ruas da cidade e 93% dos domicílios.

Os serviços de Limpeza Urbana de Ouro Preto são de inteira responsabilidade da Prefeitura Municipal, distribuídos entre os trabalhadores efetivos: catador, coletor e auxiliar de serviços gerais e de uma empresa contratada especializada para o serviço que atualmente é a Quantum Engenharia e Consultoria LTDA-ME, selecionada através do processo licitatório número 003/2017. A PMOP disponibiliza um total de R\$3.758.721,24 (três milhões setecentos e cinquenta e oito mil setecentos e vinte e um reais e vinte e quatro centavos) para a limpeza urbana de forma terceirizada na cidade.

De acordo com o site da prefeitura do município de Ouro Preto a instituição têm dezesseis secretarias: Agropecuária; Casa Civil; Controladoria Geral do município; Cultura e

Patrimônio; Defesa Social; Desenvolvimento Social; Habitação e Cidadania; Educação; Esporte e Lazer; Fazenda; Governo; Meio ambiente; Obras e urbanismos; Planejamento e Gestão; Procuradoria Geral do Município; Saúde; Turismo; Indústria e Comércio. A prefeitura possui também uma autarquia, o SEMAE, responsável pelo fornecimento, manutenção e execução dos serviços de água e esgoto do município.

De forma primária, como a própria prefeitura sintetiza, a iniciativa municipal no direcionamento da saúde do trabalhador ocorreu com um técnico de segurança do trabalho e um médico especializado em medicina do trabalho, tendo suas funções exercidas no Departamento de Recursos Humanos, norteado pelo Laudo técnico de Condições Ambientais de Trabalho como - LTCAT. O médico do trabalho tinha como principal função a realização de exames adicionais e homologação de atestados. Os atendimentos eram realizados na Policlínica de Ouro Preto sem nenhum respaldo administrativo.

A supervisão de Segurança e Saúde Ocupacional da Prefeitura Municipal de Ouro Preto foi criada em 2011, de acordo com o site da PMOP, com o propósito de unificar os serviços direcionados à saúde e segurança dos servidores públicos municipais. O que motivou a criação do setor foi a promoção da saúde e bem estar do servidor, a melhoria da segurança no trabalho e o controle de absenteísmo e suas causas, consequentemente protegendo e respaldando o município.

Ainda através do site da PMOP, podemos dizer que o referido setor iniciou suas atividades com um Médico do Trabalho, um Agente Administrativo e um Assistente Social, posteriormente foi admitido mais um técnico em Segurança do Trabalho para ficar exclusivamente no setor. Atualmente, a supervisão conta com uma equipe multidisciplinar composta por dois Agentes Administrativos, um técnico em Segurança do Trabalho, um médico especializado em medicina do trabalho, um Assistente Social e um Supervisor.

A criação da Supervisão de Segurança e Saúde Ocupacional foi um avanço no sentido de ampliação e regularização dos direitos relacionados ao trabalho dos servidores públicos municipais como assinalado através da entrevista no setor de Segurança e Saúde Ocupacional municipal. A partir desta criação e de legislações referentes aos serviços prestados pelo setor, há ampliação e organização dos procedimentos de segurança e saúde ocupacional e consequentemente, uma melhoria no atendimento dos usuários do serviço.

A responsabilidade direta de supervisão dos trabalhadores inseridos na atividade de Limpeza Urbana é de competência da Secretaria Municipal de Obras, como pode-se observar

através do site da própria prefeitura. Os servidores responsáveis pela coleta de lixo hoje somam um total 22 funcionários que fazem parte do quadro de funcionários efetivos da PMOP.

É a partir de questionários e entrevistas diretas e abertas com os trabalhadores de limpeza urbana, com a chefia direta do setor e com todo serviço de rede que envolve a limpeza urbana que tornou-se possível a análise da relação adoecimento e trabalho dos garis coletores de lixos da PMOP.

CAPÍTULO 3

A PROFISSÃO GARI E OS REBATIMENTOS DA PRÁTICA PROFISSIONAL NA SAÚDE DO TRABALHADOR

Dentro da massa de trabalhadores que não possuem qualificação específica ou condições adequadas para realizar seu trabalho, destacamos a classe responsável pela Limpeza Pública da Prefeitura Municipal de Ouro Preto. Os trabalhadores dessa área, hoje denominados auxiliares de limpeza, são responsáveis pela limpeza interna da prefeitura e de toda a extensão territorial da cidade.

O município possui 26.644 domicílios e 24.858 são assegurados com a coleta de lixo, de acordo com IBGE, representando 93,3%. Nosso objeto de pesquisa são os trabalhadores efetivos da PMOP, responsáveis pelo recolhimento do lixo nas vias pública da cidade.

Tomando como base as leis de regulamentação dos resíduos sólidos, é possível afirmar que a responsabilidade em organizar e efetuar os serviços destinados à manutenção da limpeza e higienização das áreas públicas, bem como o tratamento adequado e a destinação final dos resíduos gerados no meio urbano, são de inteira responsabilidade da administração municipal.

A prefeitura municipal de Ouro Preto conta com 22 trabalhadores efetivos que desenvolvem a coleta de lixo. Os trabalhadores terceirizados da empresa *Quantum Engenharia e Consultoria LTDA-ME* somam uma média total de 80 trabalhadores para executarem as atividades na sede da cidade, entre motoristas, coletores, auxiliares, roçadores, varredores e a equipe administrativa, de acordo com o entrevistado 06, os coletores de lixo somam um total de 30 trabalhadores, sendo em sua maioria homens.

Estes trabalhadores efetivos e terceirizados trabalham em conjunto para que a coleta de lixo seja realizada de forma íntegra e satisfatória, entretanto, como será possível observar na análise de dados, o trabalho desenvolvido pelos servidores da PMOP é desigual comparado ao trabalho realizado pelos servidores terceirizados.

Em plena eclosão da mais recente crise global, a partir de 2007 - 2008, esse quadro se intensificou e assistimos a uma corrosão ainda maior do trabalho contratado e regulamentado, de matriz tayloriano - fordista, que foi dominante ao longo do século XX e vem sendo substituído pelos mais distintos e diversificados modos de terceirização, informalidade e precarização, ampliando os mecanismos de extração do sobretrabalho em tempo cada vez menor. Como o tempo e o espaço estão em

frequente mutação nessa fase de mundialização do capital, presenciamos uma explosão de novas modalidades de trabalho, tanto na indústria quanto na agricultura e nos serviços. Assim, a informalidade deixa de ser a exceção para tendencialmente tornar-se a regra e a precarização passa a ser o centro da dinâmica do capitalismo flexível, se não houver contraposição forte a esse movimento tendencial de escala global. (ANTUNES E DRUCK, 2014, p.13)

A prefeitura arrecada o dinheiro investido na limpeza urbana através de taxas juntamente ao IPTU, como é assinalado por Rezende (1999). Mesmo com o levantamento bibliográfico no site da transparência, em consultas na própria Prefeitura Municipal e em outras fontes, não foi possível obter o número exato de domicílios cadastrados pela PMOP que contribuem para arrecadação de impostos destinados à limpeza urbana.

A secretaria de obras hoje está localizada no Bairro Água Limpa, em um galpão com dois banheiros, algumas cadeiras e uma mesa grande. É notável que o local é mal estruturado e a infra estrutura limitada.

A limpeza urbana é realidade com o auxílio de 12 veículos que participam da coleta e da capina, sendo oito caminhões e quatro caminhonetes todos pertencentes à empresa terceirizada. Nenhum veículo próprio da prefeitura é utilizado na limpeza urbana.

O recolhimento dos resíduos sólidos através do departamento de Limpeza Urbana é realizado diariamente em duas rotas: a diurna, a partir das 7h00 e a noturna a partir das 18h00, com exceções a três bairros mais afastados do centro histórico, Taquaral, Pocinho e Novo Horizonte, onde a coleta é realizada três vezes na semana.

É importante destacar que os trabalhadores efetivos de limpeza urbana da PMOP atualmente executam apenas a rota diurna, o horário de trabalho delimitado é de 7h00 às 13h00, totalizando seis horas diárias, porém na prática não é o que acontece, como será descrito no próximo item deste capítulo.

Nas ruas de difícil acesso uma rota particular é disponibilizada, onde a coleta é feita com o auxílio de uma caminhonete todos os dias da semana, a fim de abranger todo o território ouropretano. Segue a tabela que orienta os trabalhadores responsáveis pela limpeza urbana:

Tabela 1 - Dia e horário do serviço de limpeza em Ouro preto

ROTAS / Centro Diurno	Horário inicial	Dia da semana
Padre Rolim, Vila São José, Febem.	A partir das 07:00	Segunda a domingo

Jardim Alvorada, Alvarenga, Irmãos Kennedy.	A partir das 07:00	Segunda a domingo
Estação, Praça Barão do Rio Branco, Paraná, Praça São Francisco de Assis, Praça Tiradentes, Rua das Flores, Rua São José, Barra.	A partir das 07:00	Segunda a domingo
Antônio Dias, Pacífico Homem, Pandiá Calógeras.	A partir das 07:00	Segunda a domingo
UFOP/Saramenha.	A partir das 07:00	Segunda a domingo

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Ouro Preto

Tabela 2 - Dia e horário do serviço de limpeza em Ouro preto

ROTAS/ Centro Noturno	Horário inicial	Dia da semana
Padre Rolim, Praça Tiradentes, Pacífico Homem, Estação, Paraná.	A partir das 18:00	Segunda a domingo
Rua da Flores, São José, Largo do Rosário, Alvarenga, Água Limpa.	A partir das 18:00	Segunda a domingo
Praia do Circo, Pilar, Alto da Cruz, Desidério de Matos.	A partir das 18:00	Segunda a domingo
Hospital, Vila dos Engenheiros, Vila Operária.	A partir das 18:00	Segunda a domingo

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Ouro Preto

Tabela 3 - Dia e horário do serviço de limpeza em Ouro preto

ROTAS/ Morro Noturno	Horário inicial	Dia da semana
Conselheiro Quintiliano, 15 de agosto, Morro Santana.	A partir das 18:00	Segunda a domingo
Caminho da Fábrica, Santa Cruz.	A partir das 18:00	Segunda a domingo
13 de Maio, Piedade, Rua da Abolição.	A partir das 18:00	Segunda a domingo
Santa Efigênia, Antônio Dias.	A partir das 18:00	Segunda a domingo

René Gianetti	A partir das 18:00	Segunda a domingo
Rota Lagoa	A partir das 18:00	Segunda a domingo
Rota Bauxita	A partir das 18:00	Segunda a domingo
Cooperouro	A partir das 18:00	Segunda a domingo
Bauxita	A partir das 18:00	Segunda a domingo

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Ouro Preto

Tabela 4 - Dia e horário do serviço de limpeza em Ouro preto

Rota Mini compactador VW	Horário inicial	Dia da semana
Taquaral	A partir das 7:00	Segunda a domingo
Padre Faria	A partir das 7:00	Segunda a domingo
Dores	A partir das 7:00	Segunda a domingo
São Cristóvão próximo upa	A partir das 7:00	Segunda a domingo
São Cristóvão parte Alta	A partir das 7:00	Segunda a domingo
Novo horizonte/ Poçinho	A partir das 7:00	Segunda a domingo
Taquaral	A partir das 7:00	Terça/ Quinta/ sábado

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Ouro Preto

Tabela 5 -Dia e horário do serviço de limpeza em Ouro preto

Rota mini compactador Agrale	Horário inicial	Dia da semana
Pinheiros altos, Santa Marta (Morro Santana)	A partir das 7:00	Segunda a domingo
Morro São Sebastião, Ladeira João de Paiva	A partir das 7:00	Segunda a domingo
Morro do Piolho, São Miguel Arcanjo	A partir das 7:00	Segunda a domingo

Rua da Chácara (Água Limpa)	A partir das 7:00	Segunda a domingo
Vila Aparecida	A partir das 7:00	Segunda a domingo
Lagoa parte baixa	A partir das 7:00	Segunda a domingo
Saramenha (Vermelhão)	A partir das 7:00	Segunda a domingo

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Ouro Preto.

A coleta de lixo torna-se um trabalho maçante, precarizado e de alta periculosidade devido aos inúmeros empecilhos encontrados pelos trabalhadores Gari de Ouro Preto. O relevo extremamente acidentado, a falta de colaboração dos próprios usuários do sistema de recolhimento de resíduos e os déficits da instituição, são as principais dificuldades enfrentadas para efetivação do serviço, pautado na qualidade de vida do trabalhador.

As mudanças na esfera produtiva intensificaram a exploração de trabalho e o desgaste na saúde do trabalhador. Poucos esforços foram feitos no sentido de minimizar as condições de sofrimento no trabalho; em contrapartida, muito se pensou no avanço da produtividade do capital. (LARA, 2011, p. 78-85).

3.1 Metodologia

Visando atender os objetivos propostos por este Trabalho de Conclusão de Curso, este estudo propõe o fornecimento de um diagnóstico acerca do adoecimento dos trabalhadores Gari coletor de Lixo da Prefeitura Municipal de Ouro Preto. A pesquisa é desenvolvida a partir de três etapas distintas:

- I. Desenvolvimento da temática de forma primária como pré-requisito de aprovação nas disciplinas Pesquisa I e II do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto, baseado em levantamento bibliográfico e entrevistas fechadas e semi-estruturadas aplicadas no ano de 2015, em conjunto com a discente Gabriela Oliveira Mayer;
- II. Levantamento bibliográfico e documental da situação atual do município de Ouro Preto em relação ao serviço de Limpeza Urbana;

III. Aplicações de questionários simples e estruturados em mais 80% da amostra proposta a análise; entrevistas fechados e semi-estruturados em diversos setores da prefeitura; entrevista aberta e completas aplicada a dois servidores garis coletores de lixo da PMOP; entrevista fechada e objetiva aplicada à empresa *Quantum Engenharia e Consultoria LTDA-ME*. Para o desenvolvimento desta etapa o questionário e as entrevistas foram elaborados e aplicados em setembro de 2018;

A pesquisa é descritiva, por permitir uma conclusão dedutiva e indutiva dos rebatimentos da execução do trabalho de gari coletor de lixo no adoecimento dos mesmos.

Robledo Lima Gil, em sua obra “Tipos de pesquisas” define pesquisa descritiva como:

Pesquisa descritiva: descrever as características de determinadas populações ou fenômenos. Uma de suas peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. Ex.: pesquisas referente à idade, sexo, procedência, eleição etc. (GIL, 2008, p. 04).

Os planejamentos aplicados ao trabalho são em geral, pesquisa bibliográfica, levantamento de dados e entrevistas em todos os setores que englobam direta e indiretamente o serviço de limpeza urbana da cidade.

A pesquisa bibliográfica foi realizada através de livros e obras; artigos acadêmicos e científicos; acervo da biblioteca pública municipal; relatórios; ofícios e regulamentos, tendo como objetivo a compreensão do desenvolvimento do trabalho no MPC e os rebatimento no adoecimento do trabalhador. O conjunto de informações resultantes estruturaram o desenvolvimento dos capítulos 1 e 2 deste trabalho, além de ser base para a compreensão da realidade na qual o objeto tratado no trabalho está inserido, partindo do pressuposto que as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa são imutáveis.

A área de Saúde do trabalhador, no Brasil, tem uma conotação própria, reflexo da trajetória que lhe deu origem e vem constituindo seu marco referencial, seu corpo conceitual e metodológico. A princípio é uma meta, um horizonte, uma vontade entrelaça trabalhadores, profissionais de serviço, técnicos e pesquisadores sob premissas nem sempre explicadas, O compromisso com a mudança do intrincado quadro de saúde da população trabalhadora é seu pilar fundamental, o que supõe desde o agir político, jurídico e técnico ao posicionamento ético, obrigando a definições diante de um longo e, presumidamente, conturbado percurso a seguir. Um percurso próprio dos movimentos sociais, marcado por resistência, conquistas e limitações na luta coletivas por melhores condições de vida e de trabalho; pelo respeito/ desrespeito das empresas a questionável legislação existente e pela omissão do Estado na definição e implementação de políticas nesse campo, bem como sua precária intervenção no espaço laboral. (GOMEZ; COSTA, 1997, p. 21-32).

A análise de dados relativos à incidência de atestados médicos apresentados pelos Garis da PMOP e suas respectivas causas foi quantitativa, tendo como finalidade estudar as características dos fenômenos, por intermédio da relação existente na persistência, incidência e causas do aparecimento de doenças oriundas do desenvolvimento das atividades de limpeza urbana. As planilhas que relacionam servidor, cargo e atestado, foram analisadas de 2013 a 2017 (Anexo de 01 a 05 respectivamente).

A escolha por questionário fechado e direto direcionados aos próprios servidores de limpeza urbana se deu pela baixa escolaridade encontrada no cargo, as perguntas foram desenvolvidas de forma simples e sistemática abrangendo desde os sentimentos em relação ao cargo, à valorização e características da saúde de cada servidor. Este questionário (apêndice 01) possuía 16 perguntas, aplicadas em 2015 e reaplicados em 2018 (apêndice 02), com um acréscimo de cinco perguntas relacionadas à relação entre os servidores efetivos e quadro de funcionários terceirizados. As entrevistas foram direcionadas aos servidores de Limpeza Urbana da Prefeitura Municipal de Ouro Preto, tendo em sua totalidade mais de 80% em ambos os anos.

O levantamento de dados mediante entrevistas abertas e semi-estruturadas tem como fim a identificação das principais medidas tomadas pela instituição no objetivo de prevenir e evitar o adoecimento dos trabalhadores da PMOP, ou a justificativa de sua ausência, partindo da necessidade de desenvolver mecanismos para minimizar o sofrimento físico e mental do trabalhador.

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas resultaram na constituição de um exército de trabalhadores mutilados, lesionados, adoecidos física e mentalmente, muitos deles incapacitados de forma definitiva para o trabalho. Em outras palavras, trata-se de um modelo de gestão que ao mesmo tempo em que se organiza visando o envolvimento da subjetividade inautêntica (Antunes 2010), o *controle da subjetividade* (Linhart, 2007) dos trabalhadores, mecanismo necessário para a obtenção de altos índices de produtividade, configura-se cada vez mais incapaz, pela própria intensidade concorrencial e instabilidade do mercado, de garantir condições de trabalho minimamente adequadas à saúde física e mental dos trabalhadores. (ANTUNES; PRAUN, 2015, p.423)

No setor de Segurança e Saúde Ocupacional, os primeiros questionários aplicados no ano de 2015 foram ao médico do trabalho (apêndice 03) e à supervisora do setor (apêndice 04), que na época acumulava duas funções: supervisão e assistência social.

Com o objetivo de explorar mais a fundo o desenvolvimento das atribuições do setor de Segurança e Saúde Ocupacional, foi elaborado na segunda etapa da pesquisa um questionário mais amplo, que além de englobar os dois cargos anteriores, médico do trabalho e supervisor do setor, foi aplicado também ao técnico de segurança do trabalho (apêndices 05, 06 e 07 respectivamente).

Ao médico do trabalho foram realizadas duas entrevistas, a primeira no ano de 2015 quando o primeiro contato foi estabelecido com o profissional, uma entrevista mais direta e superficial em relação aos programas de saúde direcionado ao setor limpeza, as principais doenças apresentadas e o posicionamento do Médico do Trabalho em relação às principais demandas. A segunda, em 2018, mais questionadora em relação às mudanças ocorridas no período de 3 anos, trazendo como referência as demandas antes já documentadas.

No setor de Segurança e Saúde Ocupacional, além do médico do trabalho foi entrevistado o supervisor geral do setor, a primeira entrevista seguiu um roteiro fixo no qual se obteve um perfil de trabalhadores que fazem parte do setor de limpeza urbana, da qualidade do trabalho desenvolvido e dos projetos voltados à saúde desse servidor. No segundo momento, em 2018, após conhecer a realidade na qual o objeto deste trabalho está inserido a entrevista foi mais conclusiva e dinâmica, em relação aos problemas operacionais imbuídos no âmbito do trabalho.

Foi necessária a entrevista ao técnico de segurança do trabalho, devido ao fato de ser o único profissional que acompanha a execução dos trabalhadores Garis da PMOP, para relatar as causalidades, demandas e sanções apresentadas pelos servidores e pela chefia.

Quantum Engenharia e Consultoria LTDA-ME é peça fundamental para o entendimento da realidade acerca da relação entre os servidores efetivos e os trabalhadores terceirizados. A entrevista (apêndice 8) realizada na segunda etapa dessa monografia documentou as diferenças existentes em relação aos equipamentos, fiscalização e condições de trabalho dos garis terceirizados.

A entrevista ampla e detalhada (apêndice 9) ocorreu apenas no segundo estágio da pesquisa, em 2018, aplicada à chefia direta dos trabalhadores de limpeza pública com o objetivo de esclarecer as questões mais básicas de supervisão, do uso dos EPI e das aplicações diretas das leis de proteção ao trabalho, procurando retratar a realidade que vai além da imediatividade da relação trabalho/ doença do servidor de limpeza urbana.

É possível observar durante a pesquisa realizada que o adoecimento dos servidores da Limpeza Pública da referida prefeitura, é frequente e determinante ao tipo de atribuições exercidas e pela qualidade do trabalho desenvolvido. O trabalho alienado, degradante, maçante e precarizado são os pontos fundamentais de degradação física e mental do trabalhador.

Estes profissionais que lidam com os resíduos sólidos gerado pela população, e são de grande importância para sociedade, no entanto, é pouco valorizado. Além do salário não ser condizente com o esforço que esses profissionais fazem todos os dias, é um trabalho de alto risco. Os riscos são diversos: risco químico (gases, névoa, neblina, poeira e substâncias químicas tóxicas), físico (ruídos, vibrações, calor, frio e umidade), biológicos (doenças patológicas, animais transmissores de doença, lixo hospitalar), ergonômicos (levantamento de peso em excesso, correr atrás de caminhão, subir no caminhão) e acidentes (cortes com materiais perfurantes, quedas, contusões, atropelamento e esmagamento). (OLIVEIRA; ZANDONADI; CASTRO; 2012, p. 2).

3.2 Apresentação e análise: características do serviço de limpeza urbana municipal

Os logradouros do município de Ouro Preto estão constantemente sujos, mesmo com o serviço de limpeza urbana diariamente, como podemos observar nas tabelas anteriores do horário e itinerário do serviço. O vetor causador do acúmulo de lixo em ruas, praças e becos, é a própria população. A população não respeita o horário de coleta, além de jogar os resíduos sólidos em locais não autorizados como córregos e barrancos. Rezende (1999) descreve que estas práticas da população estão diretamente associadas à ausência de divulgação das normas de coleta de lixo por parte da prefeitura.

Ao fazermos um levanto de documentos informativos destinados à população ouropretana em relação a armazenagem e coleta de lixo, podemos comprovar que as informações prestadas pela PMOP são incompletas e esporádicas, não possuindo uma ação efetiva de conscientização.

O mau condicionamento causa uma sensação de não valorização, prejudica a execução do trabalho e aumenta a repetição dos movimentos realizados, além de expor os trabalhadores a objetos cortantes, contaminados e infecciosos interferindo assim diretamente no adoecimento físico e mental dos trabalhadores garis do município.

Outro ponto a ser destacado em relação ao armazenamento dos resíduos sólidos que interfere diretamente na saúde do trabalhador de limpeza urbana é o recolhimento do lixo

hospitalar e unidades de saúde que são recolhidos em conjunto com o lixo domiciliar. A administração da Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto foi procurada para esclarecer algumas inquietações em relação ao armazenamento e seleção do lixo produzido, porém mesmo através de solicitação formal via e-mail a administração da referida unidade de saúde não retornou a solicitação até a data da elaboração deste trabalho acadêmico. A ausência de informação alimenta as inquietações relativas à relação entre manipulação do lixo hospitalar e saúde do trabalhador de limpeza urbana de Ouro Preto.

Todo o trabalho realizado necessita de ferramentas pontuais para sua execução. A coleta de lixo urbano depende diretamente do uso de veículos para o transporte dos resíduos sólidos recolhidos ao longo do trajeto percorrido pelo Gari. Através das pesquisas desenvolvidas pode-se observar o quanto o trabalho de limpeza urbana PMOP é dependente de uma associação entre servidores efetivos e dos serviços prestados por uma empresa terceirizada.

A rescisão do contrato firmado entre a prefeitura e a empresa terceirizada Arbor Limpeza Urbana LTDA através da dispensa 020/2016, devido à falta de pagamento, resultou na impossibilidade de realização das atividades obrigatórias do cargo de gari coletor de lixo.

*PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO torna público o processo de **Dispensa de Licitação nº. 20/2016**, Artigo 24, inciso IV, que tem por objeto a contratação da empresa especializada para prestação de serviços de capina, varrição, pintura de meio-fio, coleta de resíduos da construção civil e higienização de vias e logradouros públicos dos distritos do Município de Ouro Preto, visando atender a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, no valor total de **R\$ 705.009,44**, tendo como favorecida a Empresa **Arbor Serviços e Manutenção Eireli**. Superintendência de Compras. (DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO, 20 out. de 2016).*

*PREFEITURA MUNICIPAL OURO PRETO torna público o processo de **Dispensa de Licitação nº. 15/2016**, Artigo 24, inciso IV, que tem por objeto a contratação da empresa especializada para a realização de serviços de coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos urbanos, serviços de capina, varrição, pintura de meio fio, coleta de resíduos da construção civil, limpeza e higienização de vias e logradouros públicos da sede do município de Ouro Preto, com o valor total de **R\$ 2.922.495,36**, tendo como favorecida a empresa **Arbor Serviços e Manutenção Ltda – EPP**. Superintendência de Compras e Licitações.(DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO, 26 out. de 2016).*

A contratação da atual empresa terceirizada responsável pelo serviço de limpeza do município, Quantum Engenharia e Consultoria LTDA-ME, não mudou de forma imediata a situação dos profissionais efetivos. Não foi possível informar com precisão o período no qual os trabalhadores da coleta de lixo municipal permaneceram sem condições de trabalho.

É necessário ressaltar que os profissionais efetivos continuaram a receber os proventos do cargo mesmo não executando as atividades a eles destinadas. O telejornal local Top Cultura documentou o protesto ocorrido em abril de 2017 que possuía como principal pauta o Direito ao trabalho, Maurílio Sales juntamente com outros 21 garis coletores de lixo efetivos da PMOP explicam que a referida prefeitura não possui, desde 17 de dezembro de 2016 meios de transportes, para que os mesmos executem suas atividades.

Maurílio descreve que mesmo sem verba, como é alegado pela autoridade responsável, a prefeitura loca caminhões para que as terceirizadas desempenhem as atividades de cunho primordial para a cidade, causando assim um sentimento de extrema insatisfação e revolta a estes trabalhadores.

A matéria exibida no dia 14 abril de 2017 pelo telejornal local, destaca que a população se encontra satisfeita com os serviços, o recolhimento do lixo continua sendo executado de forma satisfatória através da empresa Quantum Engenharia e Consultoria LTDA-ME.

Em resposta ao protesto o superintendente da PMOP declarou ao referido telejornal local, que a prefeitura está tomando as devidas providências para solucionar a situação dos garis, o que ainda não havia ocorrido devido ao rombo orçamentário municipal deixado pelo último governo. Este trabalho precarizado é característica central do trabalho desenvolvido no modo de produção capitalista.

É importante ressaltar que no site da transparência encontra-se a relação da frota própria da Prefeitura Municipal de Ouro Preto. A PMOP possui um total de 94 (noventa e quatro) veículos, sendo 04 pertencentes ao departamento de Obras e Urbanismo, porém nenhum veículo possui a função de auxiliar na limpeza urbana.

Analisando o protesto e suas causas, podemos observar o quanto a administração municipal é falha e incoerente. A empresa terceiriza Quantum Engenharia e Consultoria LTDA-ME iniciou suas atividades através do processo administrativo N° 155/2017 no valor global de R\$ 3.758.721,24 (três milhões setecentos e cinqüenta e oito mil setecentos e vinte e um reais e vinte e quatro centavos). Rezende (1999) afirma que a PMOP com veículos próprios de coleta de lixo consegue economizar um valor considerável, tornando assim incoerente a ausência dos mesmos.

Recolher o lixo com os veículos próprios resultaria numa economia em torno de R\$ 7.000,00 mensais, equivalente a aproximadamente R\$ 7,80 domicilio/ano,

considerando que o município possui 10.743 domicílios Urbanos. (REZENDE, 1999, p. 39).

Data da realização desta pesquisa, em setembro de 2018, a situação na qual os garis se encontram é de extrema dependência. Os caminhões, caminhonetes e compactadores que estão disponíveis são de uso e posse da empresa terceirizada e de seus servidores, podendo os garis efetivos trabalharem em conjunto.

Perante a situação relatada observamos que o servidor efetivo da PMOP, os garis coletores, não possuem nenhuma autonomia na execução do trabalho, as chefias, as atribuições, os direitos e deveres são distintos, mas o trabalho é entrelaçado devido ao fato do município não prover instrumentos adequados para que esta classe de trabalhador possa exercer suas atividades. É neste contexto que a terceirização ganha ênfase na cena contemporânea tornando o trabalho ainda mais precarizado.

Esta situação dos Garis de impossibilidade de trabalho se tornou um tabu dentro da PMOP, ao questionar o técnico de segurança do trabalho e a chefia direta ambos declaram que está situação se resolveu logo após o protesto e que atualmente todos os trabalhadores possuem condições de executar seu trabalho.

Destaco que a relação de dependência existente entre os trabalhadores efetivos da PMOP e os terceirizados da Quantum Engenharia e Consultoria LTDA- ME, causa desaprovação e insatisfação entre os trabalhadores.

“De uns dez anos pra cá que eles coloram esse povo, a gente não pode fazer nada sem eles e isso é muito ruim por que é a gente que sabe com faz as coisas, a gente tá aqui tem muito tempo, muito antes desses caminhões chick’s” (Entrevistado 01)

A sistemática análise dos trajetos percorridos pelos garis no desempenho de suas funções é o que permite documentar as dificuldades e a qualidade do trabalho desenvolvido. A realidade dos trabalhadores efetivos da PMOP é de um trajeto dividido de forma superficial, ausentando de relatórios diários sobre as situações particulares encontradas, não existe uma sistemática análise, um controle efetivo do trajeto e muito menos da qualidade do trabalho desenvolvido.

As rotas destinadas aos trabalhadores efetivos são engessadas ocorrendo ajuste apenas em feriados e eventos religiosos, como foi possível concluir através da entrevista com o supervisor direto de Limpeza Urbana da PMOP.

É necessário destacar que o serviço de limpeza urbana, prestado à população é realizado em conjunto, como foi descrito neste item do trabalho. Porém existem dois tipos de fiscalização e de rota para o desempenho das atividades de limpeza. A tabela a seguir mostra as principais diferenças entre servidores efetivos e servidores terceirizados, em relação à execução do trabalho.

Tabela 6 - Diferença entre trabalhador efetivo e trabalhador terceirizado

	TRABALHADORES EFETIVOS	TRABALHADORES TERCEIRIZADOS
TEMPO DE TRABALHO	30 HORAS SEMANAIS	40 HORAS SEMANAIS
TIPO DE ROTA	FIXA (podendo ser alterada em feriados e festas religiosas)	CONSTANTE REAJUSTE
FISCALIZAÇÃO	ESPORÁDICA	DIÁRIA

Fonte: Elaboração pela própria autora.

Durante as entrevistas foi relatado que os garis coletores de lixo não cumprem de forma correta a carga horária obrigatória, que é de 6 horas diárias. Assim que a rota é completada os garis já finalizam o turno.

“ao chegar no aterro sanitário onde eles descarregam o lixo cada um vai para um lado, de lá mesmo ninguém volta ao setor. Muitas vezes deixam o caminhão lá e o motorista que é terceirizado tem que ligar para a empresa para saber o que fazer” (Entrevistado 05).

As particularidades da cidade como as vias estreitas e relevo acidentado leva muitos garis a um desgaste físico e mental maior que em outros municípios, porém esta realidade não é ponto de debate ou de preocupação nem parte da chefia imediata nem por qualquer outro setor da PMOP. Ouro Preto apresenta diversas ruas, becos e vias que não possuem acesso a veículos, nestes casos os lixos são depositados diretamente em cestos localizados na área plana mais próxima, pode-se observar que estes cestos não foram instaurados em todos os locais, sendo assim depositados nas próprias calçadas causando um mau armazenamento dos resíduos sólidos.

O lixo mal armazenado localizado em calçadas, fica sujeito a acesso de animais e a exposição do tempo. Em várias áreas da cidade observamos pequenos depósitos clandestinos de lixo, comprovando que existe falha no recolhimento e/ou que a população ainda não é consciente perante a situação do lixo que produz.

Figura 1 - Lixo espalhado a 350 metros da Secretária de Obras e Urbanismo



Fonte: Elaboração pela própria autora, 03 dez. de 2018, às 12:35.

A imagem 01 foi anexada com o objetivo de retratar o mal armazenamento do lixo nos logradouros da cidade de Ouro Preto pela própria população e ausência de recolhimento efetivo, já que de acordo com a tabela apresentada no item anterior, o recolhimento deveria ter sido efetuado. A foto foi tirada da Rua João XXIII, bairro São Cristóvão - Ouro Preto/ MG que se localiza a 350 metros da Secretária de Obras e Urbanismo da PMOP.

A limpeza urbana do município é efetuada através da coleta do lixo domiciliar e do serviço de varrição. Esse serviço é efetuado por 16 servidores da PMOP, em sua maioria mulheres que possuem um itinerário fixo, atendendo principalmente o centro histórico da cidade.

A varrição é diurna e os sacos plásticos são depositados assim que cheios em cestos de vergalhão ou na calçada, sendo recolhido à noite pelos veículos de coleta regular.

Figura 2 - Garis em atividade de varrição durante o carnaval de Ouro Preto



Fonte: Elaboração pela própria autora.

Assim como o da coleta de lixo os instrumentos do serviço de varrição estão em situação de precária preservação, não há respeito à durabilidade ou à efetivação da troca assim que necessário como relatados pelos próprios servidores. Os instrumentos de trabalho possuem a seguinte durabilidade:

Tabela 7 - Durabilidade do material usado pelos Garis

Atividade	Materiais e equipamentos	Consumo/ pessoa
Coleta de lixo	Luvas	3 a 5 pares/ mês
	Botas	1 par/ 3 a 4 meses
	Uniformes	-
Varrição	Vassouras	2 a 4/ mês
	Sacos plásticos	300/dia

	Pazinha	1/3 meses
	Latas (20 litros)	-
	Uniformes	-

Fonte: Prefeitura municipal de Ouro Preto

A maior parte do lixo recolhido no município de Ouro Preto é depositado no aterro sanitário da Rancharia. Este aterro hoje está regularizado, mas nem sempre foi assim. Em janeiro de 2017 o jornal local Voz Ativa publicou em seu site uma matéria escrita por João Paulo Silva descrevendo a realidade do lixão da cidade deixada pela administração anterior de José Leandro.

Figura 3 - Aterro sanitário da Rancharia, janeiro de 2017



Fonte: Jornal O Liberal. Ouro Preto, Mariana e Itabirito.

Silva (2017) descreve que antes mesmo de chegar ao lixão já é encontrado lixo espalhado impossibilitando a passagem dos veículos até o aterro para o despejo correto. Na gestão anterior de José Leandro, foram dispensadas e retiradas do sistema de limpeza urbana equipamentos pesados como carregadeiras e compactadores, causando assim irregularidades.

Não foi encontrado nas fontes pesquisadas a causa efetiva da dispensa desses equipamentos, apenas informações sobre o déficit econômico da PMOP.

O que se via nos arredores do aterro sanitário é uma quantidade enorme de lixo despejado indevida e incorretamente. Os resíduos não passam por processo de compactação e recobrimento e nem há preparação preliminar do solo, resultando em um grave problema de degradação ambiental e humana. (VOZ ATIVA, SILVA, 2017).

A situação do aterro sanitário de Ouro Preto já havia sido foco de investigação, em setembro de 2016 a justiça municipal recebeu uma liminar do Ministério Público de Minas Gerais. O MPMG decidiu que o município teria um prazo de 90 dias para encerrar as atividades no aterro irregular da Rancharia, até que fossem promovidas as adequações necessárias, é que o descreve Pedro Ferreira para o site Notícias de Minas Gerais, publicado no dia 02/08/2016.

O prazo determinado pela justiça venceria exatamente no fim do mandato de José Leandro Filho, que não regularizou a situação do lixão. A própria prefeitura declara através do site oficial municipal ter sofrido um rombo no orçamento, esse fato é a única justificativa de impossibilidade de medidas enérgicas para resolver a situação do aterro sanitário.

Como medida paliativa, até que o problema seja resolvido, uma força tarefa está sendo realizada a fim de recobrir o lixo, acomodá-lo corretamente e ameniza a situação [...] dentro do que determina as leis ambientais, é preciso com urgência realizar um projeto voltado á melhoria da coleta de lixo e também a preservação do meio ambiente (JÚLIO PIMENTA, 2017, apt. Jornal voz ativa).

O que pode observar após ingresso de Júlio Pimenta foi à ausência de mudanças significativas, o aterro sanitário da Rancharia mesmo que ativo ainda não encontra-se em forma satisfatória, no departamento Limpeza Urbana seus administradores continuam sem treinamento e os instrumentos continuam precários. As mudanças introduzidas pelo atual governo são foco de medidas imediatistas, não mudando a realidade como um todo.

Para que as mudanças realizadas cumpram um real papel, é necessário que todos os órgãos na mesma prefeitura tenham uma integração, como Rezende (1999) descreve, são eles: sociais, culturais, ambientais, políticos e operacionais.

3.2.1 Equipamentos de Proteção: Uma análise da precarização

Tomando como base Antunes e Praun (2015), pode-se dizer que campo de saúde do trabalhador está além dos direitos trabalhistas, corresponde um aspecto de cidadania íntegra. Mesmo com a instauração de leis que garantem ao trabalhador qualidade no desenvolvimento de suas atividades laborativas pode-se observar que o Brasil ainda carece de enfrentamentos efetivos para resolver o problema de degradação física e mental do trabalhador, seja ele efetivo ou terceirizado, de forma satisfatória, a título de exemplo pode citar o uso dos Equipamentos de proteção pelos garis efetivos da PMOP, que por lei assegura o uso, qualidade dos equipamento e uma fiscalização eficaz, mas na prática o que encontra é uma frequente violação de direitos, não só trabalhistas mas uma violação de Direitos Humanos.

O EPI como é definido pelo Guia Trabalhista (2017) é todo o dispositivo e/ou produtos destinado ao uso do trabalhador no intuito de proteger contra os riscos capazes de ameaçar sua integridade física e sua segurança, a fim de evitar acidentes e/ou doenças oriundas do desenvolvimento do trabalho.

A distribuição do equipamento individual de proteção é de extrema importância, pois destina-se a evitar eventuais falhas de segurança e protegem fisicamente os trabalhadores. Através da Lei complementar de N° 234/90 - Código de Limpeza Urbana, a legislação regulamentadora do setor define que durante o trabalho, fica determinado o uso de luvas, botinas, máscaras, óculos, bonés, protetores de ouvido, protetores solares e macacões em cor vibrantes com colete em forma de faixa fluorescente.

O uso dos EPI's é um ponto de extrema importância a ser debatido para relacionar adoecimento e o trabalho exercido. É necessário o uso constante dos equipamentos, de forma correta e um estado de conservação adequado. A fiscalização do uso de EPI's para os trabalhadores efetivos da Limpeza Urbana da PMOP quase não ocorre e quando efetuada as demandas não são sanadas de forma eficaz.

O setor de Segurança e Saúde Ocupacional informou em 2015, através de entrevistas abertas e semiestruturadas, que a última compra completa dos equipamentos de segurança ocorreu em 2011, posteriormente a aquisição foi apenas paliativa. De acordo com a legislação o prazo de validade deve ser respeitado e quando danificado ou extraviado há obrigatoriedade de substituição imediata. Atualmente muitos dos itens obrigatórios pela legislação são

inexistentes, alguns nunca distribuídos pela prefeitura e os existentes se encontravam em precária situação comprometendo a segurança e a saúde desses trabalhadores.

Retornando ao setor em setembro de 2018, foi informado pelo técnico de Segurança do Trabalho que a distribuição, dos EPI's e EPC's, está sendo efetuada com normalidade sempre que solicitado pelo servidor, porém a compra e distribuição destes equipamentos deixaram de ser responsabilidade do setor de Segurança e Saúde Ocupacional passando a ser atribuição da Secretaria de obras e Urbanismo.

A supervisora do setor, Segurança e Saúde Ocupacional, declarou que a transferência de atribuição ocorreu sem conhecimento dos membros da equipe do setor sendo percebido algum tempo após ter ocorrido à solicitação e negação de compra de novos equipamentos de segurança com a justificativa de falta de verba. A supervisora não soube responder por que ocorreu esta transferência e em quais pontos essa mudança influencia na qualidade do trabalho desenvolvido pelos Garis.

Tendo como objetivo conhecer a real situação da distribuição e condições dos equipamentos de segurança fez-se necessária a busca ativa por estas informações através de entrevistas com os próprios trabalhadores de limpeza urbana que declaram que a distribuição destes equipamentos não é satisfatória.

“a gente nem sabe a quem recorrer, nossas luvas estão furadas, cada um responde um trem, ninguém sabe quem pode dar estes equipamentos pra gente” (Entrevistado 01).

A durabilidade de cada material deve respeitar as normas de segurança, que podem ser observadas no quadro a seguir:

Tabela 8 - Durabilidade EPI e EPC

Atividade	Materiais e equipamentos	Consumo/ pessoa
Coleta de lixo	Luvas	3 a 5 pares/ mês
	Botas	1 par/ 3 a 4 meses
	Uniformes	-
Varrição	Vassouras	2 a 4/ mês
	Sacos plásticos	300/dia
	Pazinha	1/3 meses

	Latas (20 litros)	-
	Uniformes	-

Fonte: Prefeitura municipal de Ouro Preto

A fiscalização do uso de EPI'S deveria ser realizada pela chefia direta do próprio setor de Limpeza Urbana, mas como já foi descrito, essa fiscalização é inexistente. Através de entrevista direta e aberta com um dos garis foi destacado que os trabalhadores do setor terceirizado da limpeza urbana possuem uma qualidade melhor de trabalho, os equipamentos são novos e completos, a chefia direta preocupava-se com o uso correto e constante deste equipamento, estas atitudes não estão presentes nos servidores público.

A título de comparação faz necessário descrever que a Quantum Engenharia e Consultoria LTDA- ME declarou através de entrevista que a empresa distribui os EPI'S sob o acompanhamento, supervisão e controle da técnica de segurança do Trabalho. Os equipamentos distribuídos pela empresa são protetores auriculares; abafadores; luvas especiais para coleta; botas; capas de chuvas; bonés; protetor solar; tela de proteção; macacões; jardineira impermeável e perneiras, além de todos os outros exigidos pela CCT de cada função. A fiscalização do uso é diária, o técnico de segurança vai a campo e confere se os equipamentos estão sendo utilizados de forma adequada. Os trabalhadores possuem treinamento para utilização dos equipamentos e caso eles não o utilizem de forma adequada, são novamente orientados e treinados. Se voltar a se repetir, recebem uma advertência. Além disso, os funcionários são orientados e supervisionados pelos encarregados de cada área e pela técnica de segurança quanto ao uso de EPI'S, através do DDS (Diálogo Diário de Segurança e Saúde), todos os dias antes de iniciar a sua jornada de trabalho.

Para uma eficiência no controle, na qualidade de vida e do trabalho dos profissionais de limpeza urbana é de suma importância que a equipe passe por treinamentos sobre conceitos básicos de resíduos sólidos, treinamentos sobre a importância e o uso correto dos equipamentos de segurança, vistos que a falta de conhecimento, derivada dos problemas advindos do manejo inadequado do lixo, podem interferir gravemente na saúde destes trabalhadores.

É de extrema importância destacar que a Prefeitura Municipal de Ouro Preto não cumpre com os preceitos legais que orientam e norteiam a execução do trabalho de Limpeza Urbana. Os servidores efetivos não possuem orientação acerca do uso destes equipamentos, a

fiscalização é esporádica e os responsáveis pelo serviço possuem pouco conhecimento técnico, quando inexistentes, na área de resíduos sólidos.

Como medida preventiva, há a necessidade de treinamentos cíclicos e contínuos com os coletores de lixo, bem como orientá-los sobre a importância do uso de EPI'S para sua saúde e segurança. A população sendo sensibilizada, e armazenando seus resíduos sólidos corretamente, os coletores estando devidamente capacitados e bem assessorados, haverá uma grande contribuição para a preservação do meio ambiente, e para a saúde segurança dos coletores (OLIVEIRA; ZANDONADI; CASTRO,2012, p.14).

O setor não possui autonomia administrativa e poder de decisão nas diretrizes orçamentárias, conseqüentemente, o setor de limpeza urbana fica relegado secundariamente em nível de planejamento municipal.

É possível afirmar por meio de pesquisas realizadas e pelo levantamento bibliográfico que a PMOP possui infraestrutura básica para executar grande parte dos serviços de limpeza pública com qualidade, no entanto, nota-se a falta de profissionalismo no setor. Não existe um documento único que regulamenta a Limpeza Pública Municipal, atualmente as leis que tratam do assunto estão dispersas entre o plano diretor, código de posturas e lei orgânica municipal.

Através do desenvolvimento deste item do trabalho de conclusão de curso é possível concluir que a realidade na qual o trabalhar gari coletor de resíduo sólido está inserido baseia-se na ideologia Neoliberal sustentada na necessidade de diminuir as funções coesivas do Estado no que se refere à fiscalização e proteção dos direitos sociais.

As mudanças trazidas pelo neoliberalismo na realidade dos garis são a expansão dos serviços privados e uma imposição de novas regras baseadas em alternativas desenvolvidas no intuito de diminuir encargos, fornecer proteção e garantir apenas a valorização do capital.

Quanto mais frágil a legislação protetora do trabalho e a organização sindical na localidade, maior o grau de precarização das condições de trabalho, independentemente do grau de “modernização” das linhas de produção ou ambientes de trabalho como um todo” (Praun, 2014, p.6).

É importante que estes trabalhadores estejam conscientes das leis que regulamentam o trabalho para então desenvolver ferramentas no intuito de enfrentar a precarização imposta que resulta no adoecimento físico e mental do trabalhador gari coletor de lixo.

3.2.2 Segurança e Saúde Ocupacional: na prática a teoria é outra

A partir da introdução de um médico especializado em medicina do trabalho começasse a aparecer uma nova vertente, nova técnica, novos conhecimentos, a saúde ocupacional como pode ser observado através da obra de Vasconcelos e Gomes (org. 2011), a saúde ocupacional, as regras que protegem o modo de produção e a saúde do trabalhador passaram a se formar um conjunto de ações de diversas áreas, foi nestes moldes que o setor de Segurança e Saúde Ocupacional foi criado na PMOP.

O setor de Segurança e Saúde Ocupacional, conta com uma equipe tecnicamente treinada para atender os servidores efetivos. O controle de absenteísmo, ação de saúde, palestras, perícias com o médico do trabalho, acolhimentos, acompanhamentos e encaminhamentos com a Assistente Social, além do apoio administrativo e do trabalho realizado pela Técnica de Segurança do Trabalho – treinamento, distribuição de EPI's, são juntos as ferramentas utilizadas pelo setor na tentativa de atenuar as incidências de doenças relativas ao trabalho, que podem gerar simples ausências, por dias, no trabalho até o afastamento ao INSS, para a recuperação mais prolongada do adoecimento.

O setor hoje localizado na Rua Mecânico José Português, bairro São Cristóvão em um dos prédios da Unidade de Pronto Atendimento, conta com uma infraestrutura limitada, porém muito mais ampla que a anterior. A mudança ocorreu no final do ano passado, 2017, para reduzir os custos com locação de espaços pela prefeitura. A mudança foi apenas na estrutura física, não ampliou as medidas fundamentais do princípio básico no atendimento aos servidores da PMOP.

Através da entrevista com a técnica de segurança do trabalho da PMOP houve questionamento sobre a qualidade e a fiscalização do trabalho desenvolvido pelo servidor efetivo. É possível notar que a entrevistada 05 não declara a falha da instituição sobre a fiscalização e segurança, respondendo a temática de forma vazia e distorcida. A servidora apenas afirma que a fiscalização é realizada pela chefia imediata do setor e seu trabalho é realizado apenas quando solicitado para a correção de alguma falha pontual, que em linha geral ocorre de forma esporádica.

O que chamou a atenção foi o destaque dado pela profissional ao afirmar que a situação dos trabalhadores Garis da PMOP é muito mais confortável e segura que a dos terceirizados mesmo que os próprios trabalhadores não consigam identificar estes fatores.

Durante a entrevista foi destacada a desconfiguração das leis trabalhistas no terceiro setor, da insegurança do trabalhador ao apresentar demandas a chefia e o risco eminente destes servidores serem dispensados de suas atribuições, caso não sigam as normas impostas pela empresa.

“na prefeitura os garis possuem liberdade para vir aqui no setor pedir alguma mudança ou registrar algum acidente, os terceirizados não. Há pouco tempo uma funcionária cortou o dedo e logo após foi dispensada, esta estabilidade é o que o garis efetivos não conseguem ver.” (Entrevistado 05).

A deficiência de recursos financeiros da PMOP atualmente destinados ao setor de Limpeza Urbana é um dos empecilhos encontrados pela chefia direta para o desenvolvimento de uma fiscalização plena e satisfatória.

“não existe recurso para nada, não temos nem os materiais mais básico, tudo aqui dentro passa por uma burocracia que nem sempre é atendido. Efetuar uma fiscalização diária como? se não tem como corrigir o que está errado. Os próprios garis tem uma cultura própria não escutam ninguém, se fala uma coisa eles querem fazer exatamente o contrário.” (Entrevistado 02).

Outro ponto relatado é que os dois servidores responsáveis pela chefia direta dos garis ocupam o cargo em provimento de comissão, podendo ser exonerado a qualquer instante.

“Os garis não respeitam a chefia por se tratarem de servidores comissionados e eles servidores efetivos.” (Entrevistado 05).

Uma fiscalização íntegra e satisfatória é primordial para que todas as normas regulamentadoras do trabalho sejam efetivadas. A ausência de fiscalização do trabalho dos Garis da PMOP vai de encontro com a portaria N° 3.214/78, que diz em sua disposição geral que as normas são de obrigatoriedade de todas as empresas públicas e privadas.

O documento garante segurança e qualidade no trabalho em todas as esferas, destaca-se:

- A criação de uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes- CIPA- que possui como objetivo a prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, a fim de tornar compatível o trabalho com a preservação da saúde.
- A obrigatoriedade do uso de equipamentos de proteção individual que são destinados a proteger a saúde e a integridade física do trabalhador, devendo ser entregue sem custos aos trabalhadores devidamente registrados.

- Pagamento de adicional de insalubridade- é reconhecido como insalubre o trabalho realizado em ambiente hostil à saúde, como a manipulação direta de resíduos sólidos.
- Pagamento de adicional de periculosidade - é um adicional de 30% sobre o salário recebido pelo trabalhador que estão expostos a situações perigosas, ou seja, que possuem potencial de causar dano imediato ao trabalhador, como o transporte de servidores em traseiras de caminhões coletores de lixo.

A ausência de fiscalização resulta em um trabalho precarizado e danoso à saúde dos trabalhadores, causando insatisfação naqueles que executam o trabalho de limpeza municipal no que se refere à chefia imediata e até mesmo a instituição, como foi possível observar na entrevista fechada com os próprios trabalhadores.

A insatisfação é um ponto generalizado entre estes trabalhadores, alguns procuram o setor de Segurança e Saúde Ocupacional solicitando a transferência de função, porém a única alternativa existente dentro do cargo no qual estão inseridos é a mudança entre o setor interno (prédios da prefeitura) e externo (rua) de limpeza. Esta solução em sua maioria é negada, com a justificativa que estes trabalhadores irão perder “benefícios” caso saiam do setor externo. Os “benefícios” incluem 40% de adicional de insalubridade e o pagamento das horas extras dos fins de semana e feriado.

O adicional de insalubridade é pago para aquelas profissões cujo trabalho expõe o trabalhador a agentes nocivos à saúde acima dos limites determinados pelo Ministério do Trabalho. A porcentagem é paga de acordo com o risco que cada trabalhador está exposto, variando de 10% a 40%.

A profissão gari é considerada insalubre em seu grau máximo pela lei 6514/77 e pela portaria 3214/78, devido o contato direto com o lixo urbano. O trabalhador desta área sem exceção possui o direito de receber 40% a mais, calculado sobre o salário recebido, com reflexos em férias com $\frac{1}{3}$ e em 13ºs salários. O Ministério do Trabalho não faz distinção entre os garis responsáveis pela coleta de lixo, os que trabalham em caminhões e os garis do trabalho proveniente da varrição de rua.

É importante ressaltar que o cargo de gari, tanto coletor de lixo quanto de varrição da PMOP, sofreram alterações a partir da Lei Complementar Nº 21 de 01 de Novembro de 2006, que determina que o cargo de Gari coletor de Lixo entre extinção pela vacância e o de gari de

variação passe a se denominar Auxiliar de Serviços Gerais. A intenção da instituição de eliminar este cargo do quadro de funcionário acarreta aos servidores efetivos um sentimento ainda maior de desvalorização.

“ninguém está nem aí para gente, nem trabalhar a um tempo atrás podíamos, nem isso eles deixavam” (Entrevistado 01).

A PMOP como é possível concluir tem o objetivo de transformar o serviço de Limpeza Urbana Municipal em médio prazo, exclusivamente executados por servidores terceirizados, causando uma desconfiguração mais acentuada das relações trabalhistas. A execução do trabalho de coleta de lixo é desenvolvida de forma alienada, degradante, maçante e precarizada.

O trabalho de limpeza urbana interfere diretamente na saúde do trabalhador e a Prefeitura Municipal de Ouro Preto é negligente em relação a ao fato, não possuindo nenhum tipo de ação voltada à promoção e prevenção da saúde destes trabalhadores indo contra as atribuições do setor Segurança e Saúde ocupacional que são: prover a saúde, o bem-estar do servidor público do município, a melhoria da segurança no trabalho e o controle absenteísmo e suas causas, conseqüentemente protegendo e respaldando o município. A saúde deste trabalhador fica a cargo exclusivamente por medidas governamentais comuns, como o SUS e os programas por ele criado.

Art. 5º - B. Compete á supervisão de segurança e saúde Ocupacional:

1- Organizar, fiscalizar e planejar as atividades de segurança do trabalho; Organizar, fiscalizar e planejar as atividade da saúde ocupacional; Elaborar e executar políticas públicas de segurança e saúde do servidor;

2- Organizar, rever e atualizar a legislação sobre segurança do trabalho; (LEI COMPLEMENTAR Nº109/2011, p. 2).

A primeira e única medida de prevenção elaborada pelo setor de Segurança e Saúde ocupacional da PMOP foi em 2013, com o objetivo de melhorar a qualidade do trabalho e preservar a saúde desses servidores. A “ação saúde” determinou que todos os servidores da Limpeza Pública realizassem exames, entre eles hemograma completo, Raio X, exames clínicos (aferição de pressão, controle de peso e glicose). Vale ressaltar que, segundo a supervisora do setor de Segurança e Saúde Ocupacional da PMOP, muitos desses trabalhadores nunca tiveram acesso a exames médicos básicos, como estes.

Este tipo de “ação de saúde” para obter resultados efetivos deveria ser realizada anualmente, mas como descrito não há possibilidade de uma ação anual pelo fato da ausência de verbas e pelo quadro de funcionários restrito.

O médico do trabalho em sua entrevista realizada este ano, 2018, reafirmou que a situação é de impotência, os programas focalizados na saúde do trabalhador continua extremamente inviável e fora do alcance dos servidores do setor. Como é narrado, o setor não consegue exercer as funções para as quais são criadas, mesmo tendo legislações que fornecem como princípios básicos a prevenção e promoção da saúde, não é realizado quase nada neste sentido reduzindo o setor a mediador de conflitos entre colegas de trabalho, pequenas adaptações de funções a serem exercidas ou restrições laborais.

Os programas de prevenção à saúde são impossibilitados pela falta de articulação entre prefeitura e secretarias, justifica o médico. É acentuado que o setor de Segurança e Saúde Ocupacional da PMOP não cumpre nem 10% do seu real objetivo. O que deveria ocorrer relata o médico, são ações como: palestras, melhora no imobiliário a fim de evitar lesões, ginástica laboral e um efetivo monitoramento dos acidentes de trabalho, a fim de uma prevenção efetiva.

As ações de saúde são executadas em quatro instâncias como explica a Secretária de Vigilância em Saúde (2004) . A primeira ação imediata, são medidas tomadas para minimizar as consequências dos problemas diretos e imediatos. A segunda é ação corretiva, que são medidas tomadas para garantir que o adoecimento não se repita, esta ação deve ser tomada logo após a ação imediata. A terceira seria a ação preventiva, é a ação tomada antes que o problema de saúde aconteça garantindo que essas hipóteses nunca venham a ser concretizadas. A quarta é a promoção da saúde, se refere às ações de condicionantes e determinantes sociais da saúde, dirigidas a impactar favoravelmente a qualidade de vida. Por isso, caracterizam-se fundamentalmente por uma composição intersetorial e intrasetorialmente, pelas ações de ampliação da consciência sanitária – direitos e deveres da cidadania, educação para a saúde, estilos de vida e aspectos comportamentais.

Nenhum setor da prefeitura, como foi descrito pelo médico do trabalho, promove, previne e/ou corrige a saúde do servidor na prática, apenas efetua ações imediatas.

O setor de Segurança e Saúde Ocupacional possui por atribuição receber todos os atestados médicos e marcar perícia médica quando necessário, de acordo com o Decreto Nº 3.301 de Dezembro de 2012. Na prática não é isso que acontece, reclama o Médico do

Trabalho responsável, muitas vezes o atestado médico é passado diretamente para chefia direta do servidor dificultando a identificação das demandas de saúde.

Por não haver ações direcionadas aos problemas de saúde e o acesso à informação reais das demandas ocorrem de forma distorcida, o médico do trabalho restringe sua profissão a de um juiz, compara o profissional. Pacientes chegam para uma avaliação médica descrevendo sintomas de dor crônica, porém ao consultar sua ficha trabalhista nenhum atestado é encontrado, cabendo ao médico um julgamento do histórico de saúde daquele trabalhador, como é descrito pelo entrevistado 04 em 2015.

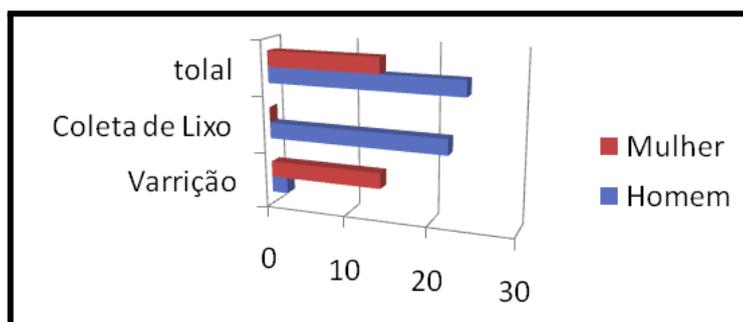
O setor encontra dificuldades em lidar com a saúde ao longo prazo dos trabalhadores. Como é descrito pelo supervisor do setor Segurança e Saúde Ocupacional, as queixas nem sempre são ligadas a doenças físicas, muitos casos estão ligadas ao emocional ou a situação social.

Além das doenças físicas o aparecimento do alcoolismo é outro fator destacado pelos entrevistados 04 e 05. Há uma frequência de desabafos em relação a precariedades e falta dos recursos humanos. O médico se sente limitado, pois o que não está no exame clínico ou na lei, nada se pode fazer para amenizar o sofrimento do prestador de serviços de Limpeza Urbana.

3.3 Análise quantitativa: afastamentos e incidência

O quadro geral dos servidores da Limpeza Urbana de Ouro Preto conta atualmente com 38 trabalhadores, onde um pouco mais de 57% trabalham na coleta de lixo. A coleta de lixo é composta por homens somando um total de 22 trabalhadores. A varrição conta 14 trabalhadoras e com dois homens, como indica o gráfico a seguir:

Gráfico 1 - Trabalhadores da Limpeza Urbana da Prefeitura Municipal de Ouro Preto do ano de 2018 dividido entre funções e sexo



Fonte: Elaborado pela própria autora

A pesquisa quantitativa foi realizada no intuito de diagnosticar as principais causas de afastamento do servidor de limpeza urbana da PMOP, através da análise de documentos específicos e exclusivos do setor de Segurança e Saúde Ocupacional. Planilhas referentes ao número de atestados (anexos 01 ao 05), causas e cargo destes trabalhadores foram adquiridas através de uma solicitação formal via documento (apêndice 12) elaborado pela própria autora desta pesquisa acadêmica comprometendo a resguardar sigilo referente a nome, matrícula e todos os dados que possam servir de identificação do servidor.

As planilhas passaram por uma análise detalhada para obter de forma precisa a porcentagem de atestados que se referem a cada tipo de doenças. Após obter a informação necessária por período de um ano foi produzido um gráfico que permite observar a mudança em relação ao número de dias de afastamento e suas causas no período de cinco anos (2013 a 2017) de exercício da profissão de gari coletor de lixo da Prefeitura Municipal de Ouro Preto.

É de suma importância ressaltar que não é possível verificar ou concluir que as lesões, fraturas e traumatismos foram obtidos através das atividades desenvolvidas pelo servidor ou que o problema de cunho muscular seja proveniente exclusivamente da atividade maçante e repetitiva, e/ou que os transtornos mentais tenham sido originados apenas pela função desempenhada de forma precarizada. Ou seja, esse item da pesquisa fica restrito a uma análise quantitativa dos dados apresentados não servindo para uma conclusão clara e objetiva acerca da relação adoecimento e o trabalho de coleta de resíduo sólido da PMOP.

O que a pesquisa e o levantamento de dados permitem concluir é que o trabalho desenvolvido pelos garis da PMOP, desenvolvido de forma degradante, repetitiva, maçante e precarizada aumentam a chance do trabalhador sofrer algum acidente de trabalho que resultam em traumas, lesões e cortes, desenvolver transtornos relativos a problemas musculares tais como aparecem de forma majoritária nos gráficos a seguir, os problemas mentais embora apareçam de forma minoritária, estão presente nos dados analisados.

No que se refere a acidentes de trabalho, mesmo com uma solicitação formal não foi possível ter acesso aos registros de número e causa, com a justificativa que: são arquivados assim que apresentados, no sistema online desenvolvido para este fim e que o acesso a estes arquivos não é permitido por terceiros mesmo para fins de pesquisa.

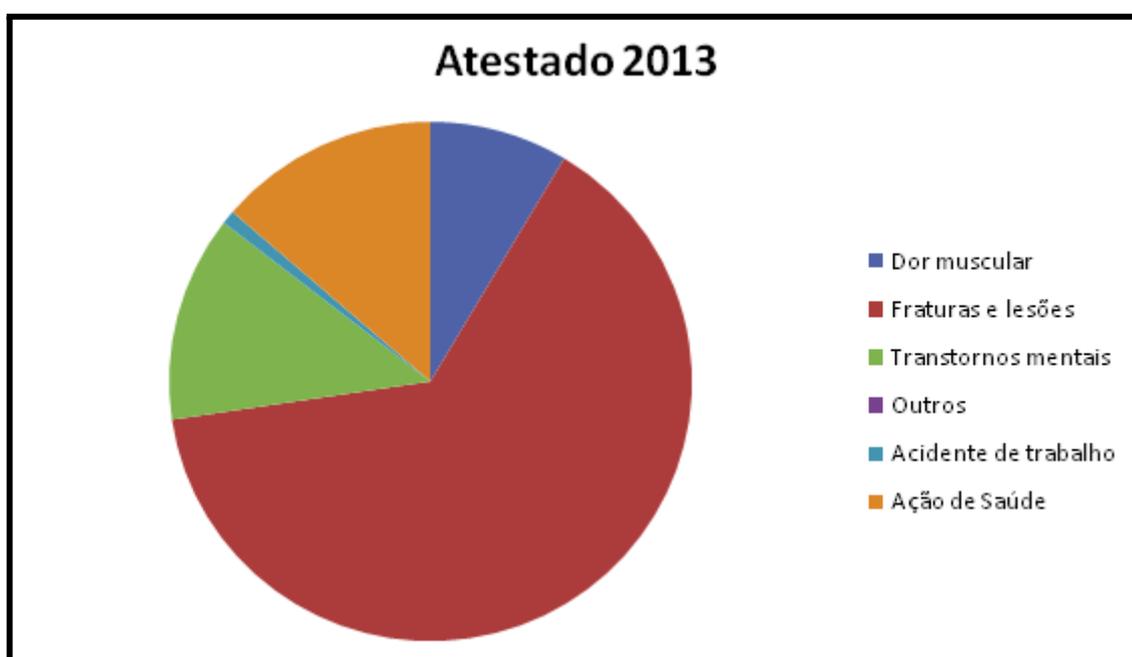
As inquietações em relação a esta temática são inúmeras e intensificar à medida que este trabalho vai se desenvolvendo. Como é possível uma profissão com alto grau de

periculosidade apresentar apenas dois dias de afastamento em um período de cinco anos? Os atestados equivalem a 0,3% do total apresentados pelo gari coletor de lixo ao setor de Saúde e Segurança do trabalho, se os registros são falhos, incoerentes e incompletos como a PMOP poderá desenvolver ferramentas de enfrentamento a incidência de acidentes de trabalho?

No ano de 2013, observa-se um total de 117 dias de afastamento referentes aos servidores da coleta de resíduos sólidos sendo todos do sexo masculino nesta função. O que se destaca neste ano foi o número de atestados referente à ação de saúde realizada pela PMOP, que representa 13,65% do número total de atestado apresentados. Neste mesmo ano ocorreu um registro de acidente de trabalho representando 0,85%.

A causa de maior incidência aparece com mais da metade dos dias de afastamento, 64,10% que se referem às lesões, traumatismo e luxações, em segundo lugar está as doença relacionadas ao transtorno mental representando 12,82% e em terceiro lugar estão as dores musculares, dorsalgia e outras doenças relacionadas 8,54%, a representação mais baixa no período de análise. Não foi apresentado nenhum atestado relacionado à dor de cabeça, conjuntivite, gripe ou outras doenças pontuais pouco representativas no que se refere à temática deste trabalho acadêmico.

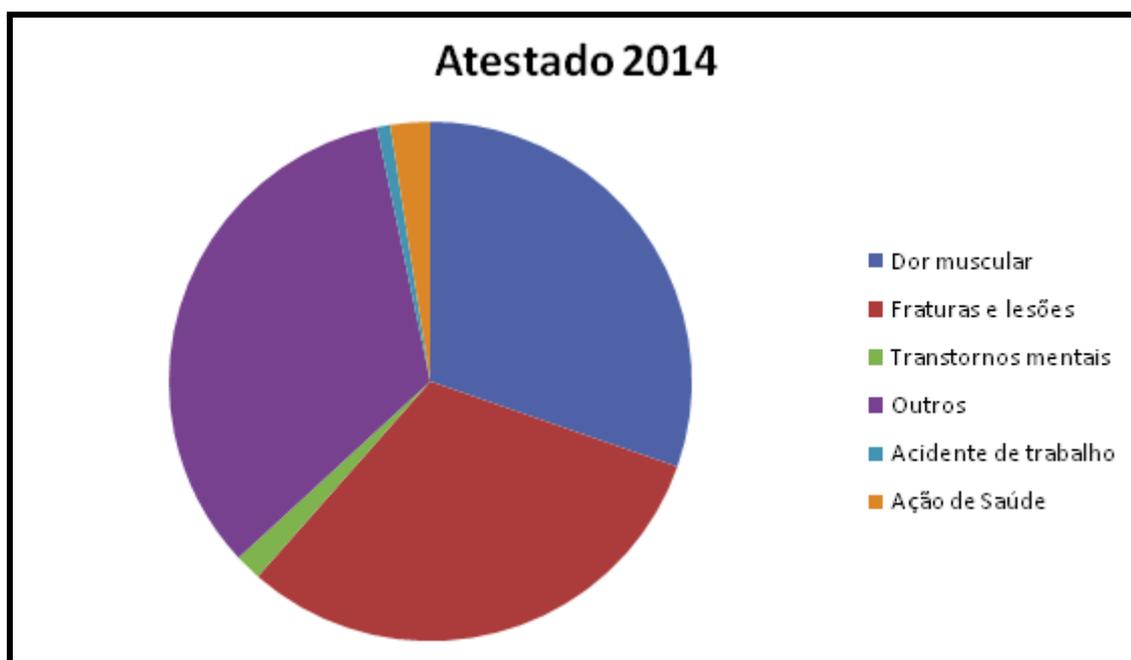
Gráfico 2 - Relação adoecimento e causa, 2013



Fonte: Elaboração pela própria autora.

No ano de 2014 observou-se um total de 122 distribuídos em diversas causas. O que se observa aqui é que ainda ocorre o afastamento justificado pela ação de saúde realizada no ano anterior, mesmo que com uma porcentagem bem inferior, uma queda de mais de 80%. As dores musculares e as fraturas neste ano se destacam como o número de afastamentos praticamente equivalentes, as dores musculares representando 30,32% e as fraturas 31,14%. O afastamento referente à saúde mental do trabalhador obteve no ano de 2014 uma queda significativa de 86,66% em relação ao ano anterior. Analisando as doenças pontuais como diabetes, conjuntivite, gripe e outros está representado por uma totalidade de 41 dias de afastamento, 33,60% o maior referencial registrado durante este período.

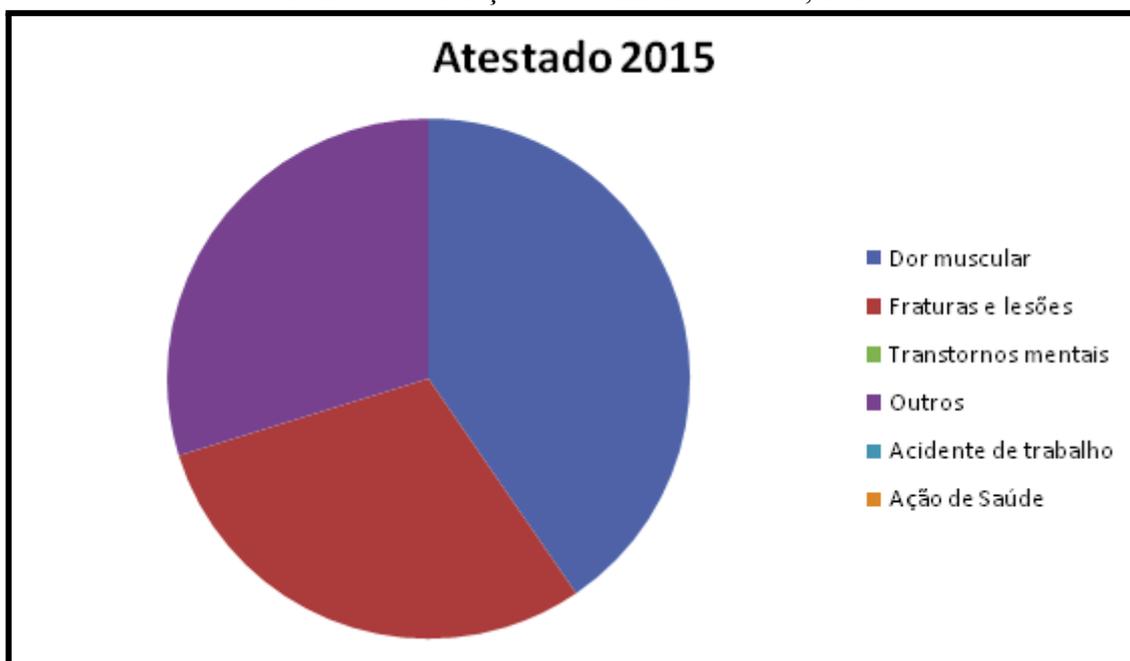
Gráfico 3 - Relação adoecimento e causa, 2014



Fonte: Elaboração pela própria autora.

No ano de 2014 a 2015 ocorreu um aumento de mais de 31% no número de atestados, porém suas causas tiveram outra representatividade. Em uma totalidade de 178 dias de afastamento, a causa mais incidente foi as dores musculares que representaram 40,44% da totalidade, as lesões e as outras doenças pontuais (gripe, conjuntivite, entre outras) obtiveram números equivalentes de 53 dias de afastamento cada uma delas. Em 2015 não ocorreu registro de afastamento por motivo de transtorno mental e nem de acidentes de trabalho.

Gráfico 4 - Relação adoecimento e causa, 2015

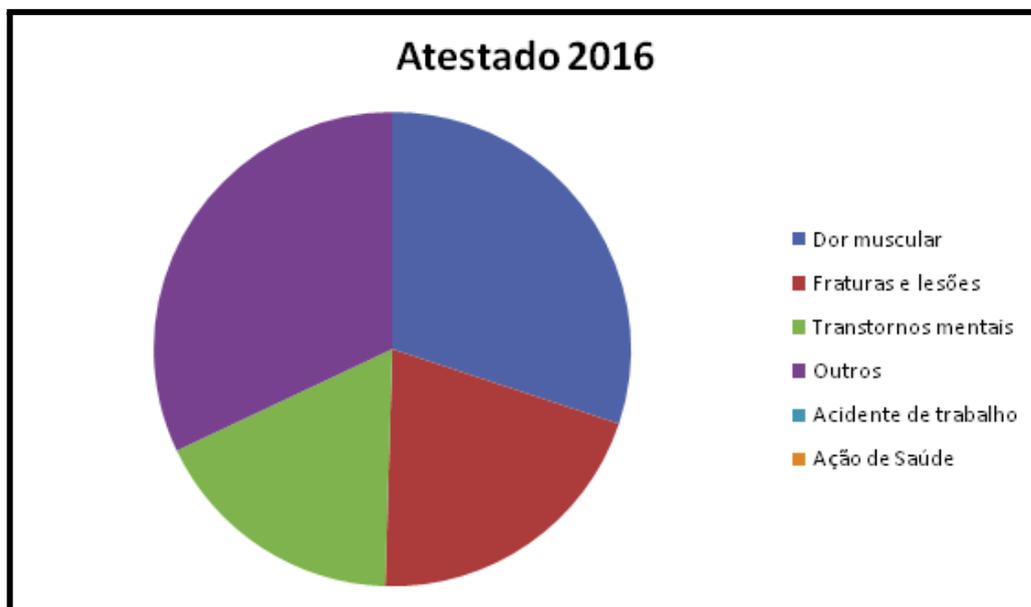


Fonte: Elaboração pela própria autora.

Nos anos seguintes 2016 e 2017 pode-se observar uma queda brutal nos registros de afastamento, o motivo dessa queda não pode ser concluído através desta pesquisa, sendo necessária uma nova vertente de pesquisa mais aprofundada para esclarecer tal ponto. Nestes dois anos não foi registrado nenhum afastamento por motivo de acidente de trabalho.

Em 2016 ocorreu uma representatividade significativa no que tange aos transtornos mentais, representando 14,47% dos dias de afastamento. Os problemas musculares representam a segunda maior causa de afastamento 30,09%. Os afastamentos oriundos de gripes, conjuntivite, pressão alta e etc representam a maior porcentagem, 32,02%. As lesões e luxações equivalem a 20,38%.

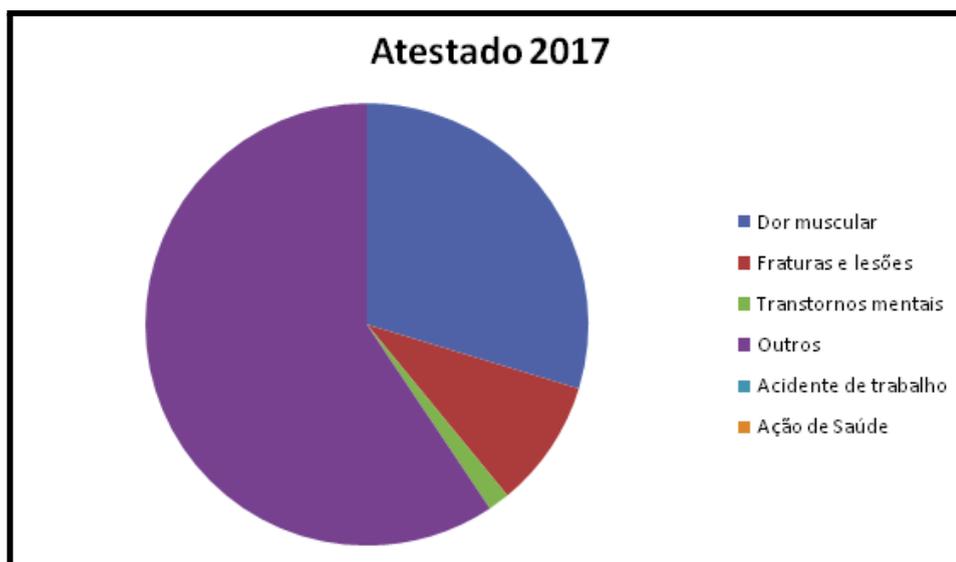
Gráfico 5 - Relação adoecimento e causa, 2016



Fonte: Elaboração pela própria autora.

Ao comparar o ano 2015, ano de maior número de afastamentos e o ano de 2017 com um menor número de afastamentos podemos observar uma diminuição de 64% nos registros. A maior causa representativa é originizada das doenças pontuais, 59,37% dos dias de afastamento. Ao que se referente ao transtorno mental foi neste ano a menor representação, apenas um dia de afastamento. A lesões e luxações também apresentaram os menores dados do período de cinco anos. A dores musculares representaram o equivalente a 29,68%.

Gráfico 6 - Relação adoecimento e causa, 2017



Fonte: Elaboração pela própria autora.

Fez se necessário para uma visualização clara a elaboração de uma tabela comparativa dos anos 2013 a 2017.

Gráfico 7 - Comparação da relação entre adoecimento e causa de 2013 a 2017

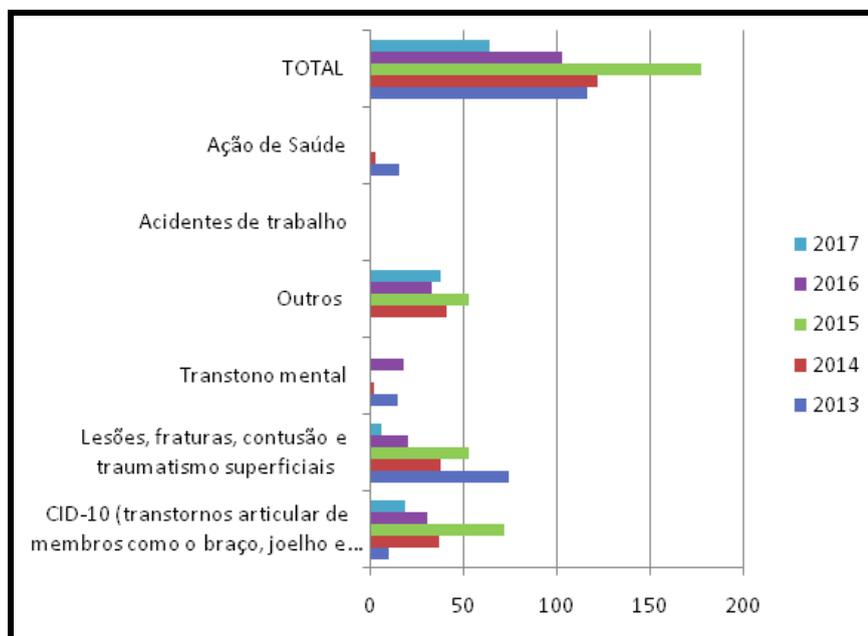


Gráfico elaborado pela própria autora (anexo 06)

Os acidentes de trabalho decorrente a execução das atividades dos Garis encontram aliados ao cansaço físico, mental e os movimentos repetitivos. O estresse, a depressão, o alcoolismo e distúrbios neurológicos são doenças constantemente apresentadas por estes trabalhadores decorrentes do cansaço físico e mental derivado da execução das atividades laborais.

Através do desenvolvimento deste item da pesquisa acadêmica foi observado que o número apresentado pelos registros do setor de Segurança e Saúde ocupacional não representam a realidade na qual o trabalhador está inserido. Não se pode associar o aumento de determinadas incidências ou a ausência de registros a causalidades reais. Comprovando que este sistema falho e incompleto da PMOP impede que a própria instituição desenvolva ferramentas a fim de evitar o afastamento dos seus servidores por motivo de doenças.

3.4 Principais consequências de um trabalho maçante e repetitivo

Como já foi abordada no item anterior, a execução da Limpeza Urbana do município de Ouro Preto é um trabalho extremamente repetitivo, maçante e traz consequências físicas e psicológicas na saúde do trabalhador. Neste item iremos destacar as duas principais causas de adoecimento destes trabalhadores, os problemas osteomusculares e o alcoolismo, suas causas, tratamentos e a relação existe entre doença/trabalho desenvolvido.

Os problemas psicológicos são pertinentes neste quadro de trabalhadores, os garis possuem uma invisibilidade marcante, trabalham sobre pressão, são desrespeitados tanto pela chefia quanto pela sociedade. Este sentimento de desrespeito é constatado nos relatos destes trabalhadores através das entrevistas aplicadas em 2015 e reaplicadas em 2018, em ambas foram obtidos os mesmos resultados.

Os problemas psicológicos apresentados pelo gari são resultantes das características da execução de suas atividades. Conhecido como lixo, os resíduos sólidos são recolhidos diariamente por estes profissionais, é uma missão árdua por diariamente se depararem com resíduos mal acondicionados, falta de consciência dos próprios usuários do serviço, o risco laboral no qual estão submetidos diariamente, contudo o que mais incomoda estes trabalhadores é o desprezo por parte da população e o desrespeito das chefias, que não conseguem reconhecer a importância do trabalho desenvolvido pelos garis.

Em Ouro Preto o uso do álcool, apresenta particularidades, como podemos observar pela análise social e cultural da cidade, através de leituras e estudos com temas relacionados. A cidade possui uma cultura de uso dessa droga alto, além de possuir temperaturas relativamente baixas que incentivam ainda mais o uso de álcool por parte dos moradores. Focando nos trabalhadores de limpeza urbana da PMOP, o alcoolismo pode ser entendido como um mecanismo de defesa, uma forma de proteção pelo descaso e desvalorização de um trabalhador que lida diretamente com o lixo.

“Muitas vezes as pessoas tampam o nariz quando a gente passa, mas esquecem que este cheio vem deles mesmo. Parece até que a gente também é um saco de lixo.” (Entrevistado 01, 2015).

O alcoolismo foi relatado com um dos principais problemas a ser lido pelo setor de Segurança e Saúde Ocupacional desde a primeira parte deste trabalho em 2015 e permanecendo com foco em 2018. Mesmo sendo um ponto de relevância nota-se a ausência

de programas específicos para este problema, os setores responsáveis utilizando apenas de medidas paliativas de enfrentamento.

É necessário descrever que o alcoolismo no Brasil é tratado como um problema de saúde pública, devido aos imensos danos causados a saúde do usuário pelo uso abusivo do álcool. Através do site do CISA (Centro de Informações de Saúde e Álcool) pode-se dizer que o uso constante de álcool ocasiona prejuízos pessoais e familiares, além de aumentar o índice de absenteísmo e aumentar probabilidade de ocorrer acidentes oriundos da execução do trabalho.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), agência das Nações Unidas de informação, análise e orientação sobre o trabalho, de 20% a 25% dos acidentes de trabalho no mundo envolvem pessoas que estavam sob o efeito do álcool ou outras drogas. Além disso, os prejuízos do uso de álcool no ambiente de trabalho acarretam custos enormes para a economia do país. [...] Outros fatores no ambiente de trabalho também podem contribuir para o uso do álcool. Por exemplo, diversos estudos mostram que o estresse tem um papel importante na relação entre álcool e trabalho, sendo que os trabalhos mais estressantes (posições com maiores responsabilidades) influenciariam mais o uso de álcool e transtornos relacionados (abuso e dependência). (CISA, informações do álcool, compilações, acesso: 23 ago. de 2017).

Para que o problema com o uso de álcool possa ser enfrentado de forma efetiva faz-se necessário um conjunto de medidas que envolvem desde ações preventivas, a tratamento médico e psicológico. A PMOP necessita de se unir a outros serviços de rede para juntos enfrentar sem mascarar este problema tão sério que é o alcoolismo.

As doenças mentais são a terceira maior causa que incapacitam os trabalhadores. Os impactos deste tipo de doença são muitos como o sentimento de desvalorização, de menos-valia e de incapacidade, informações obtidas a partir de estudos do site do INSS. As principais causas desse adoecimento é o estresse, a sobrecarga de trabalho, a organização do tempo de trabalho, salários baixos, relações interpessoais e interface trabalho/casa. De acordo com o INSS, o transtorno mental e os osteomusculares são causa mais frequentes de requerimentos de auxílio-doença, mantendo-se em terceiro e primeiro lugar respectivamente.

O trabalho em nossa sociedade é um avaliador de integração social de cada indivíduo, o tempo e ação executada no trabalho interferem diretamente no corpo e no psíquico. Os transtornos mentais podem estar ligados a situação social do trabalhador, por isso um trabalho satisfatório traz alegria, paz, prazer e gera saúde. Ao contrário se torna forte ameaça à integridade física e mental do ser humano.

Através das entrevistas e do levantamento bibliográfico é possível afirmar que os adoecimentos não são tratados de forma eficaz pela PMOP. São raros os casos em que o trabalhador retorna às atividades após certo período de afastamento apresentando alguma melhora em seu quadro clínico, permanecendo assim o sofrimento físico e psicológico do trabalhador.

O trabalho repetitivo causa lesões musculares, em termos técnicos Distúrbios Osteomusculares. Muitos trabalhadores atingidos por esta doença não percebem os primeiros sintomas procurando auxílio médico apenas quando a dor é extrema ou crônica. É grande o número de trabalhadores que desenvolvem as atividades de limpeza urbana que são atingidos por esta doença. O Médico do Trabalho e os profissionais da área de Segurança e Saúde Ocupacional enfrentam dificuldades para obter ferramentas no enfrentamento dos determinantes causais da incidência destas lesões devido à falta de documentos e de arquivos individuais e coletivos que retratam: o histórico da saúde dos trabalhadores da prefeitura municipal, histórico das atividades desenvolvidas por aquele servidor e a qualidade do desenvolvimento daquelas atividades.

O distúrbio Osteomuscular representa 80% a 90% das doenças relacionadas ao trabalho notificadas a Previdência social, trazendo gastos gigantescos ao longo do tempo. A Previdência Social a cada dia adota critérios mais rigorosos para enquadrar os casos ao invés de se preocupar com a prevenção desta doença, meio mais eficaz e adequado para garantir uma saúde plena e satisfatória do trabalhador.

A médica Maria Maelmo elaborou um caderno informativo, com o seguinte objetivo: expor a saúde do trabalhador focando nas lesões por esforços repetitivos (LER), trazendo perguntas frequentes como:

1. Quais são os sintomas? Em outras palavras, o que a pessoa sente? Os principais sintomas são dor, formigamento, dormência, sensação de peso, fadiga, fraqueza, queimação, repuxamento, choque. Esses sintomas geralmente aparecem insidiosamente, isto é, vão se instalando vagarosamente. Podem estar presentes em diferentes graus de intensidade e podem estar presentes ao mesmo tempo.
2. Quais são as atividades rotineiras mais difíceis para uma pessoa com LER? As pessoas com LER relatam que as maiores dificuldades ocorrem para realizar algumas atividades de rotina, tais como limpar azulejo, abrir latas, polir painéis, torcer, estender e passar roupas, segurar o telefone, escolher feijão, abotoar roupas, lavar cabelos longos, segurar bebês, dirigir, carregar compras, trocar lâmpada, fazer pequenos consertos caseiros
3. E o tratamento? Como raramente o diagnóstico é feito no início do quadro clínico,. Geralmente as pessoas se apercebem do problema quando já têm

incapacidade para várias atividades sejam do trabalho ou não. Durante certo tempo tendem a achar que os sintomas vão passar. Ou muitas vezes têm medo de procurar auxílio por medo das represálias da empresa e marginalização por parte dos colegas e chefias. Dessa forma, o que os serviços de saúde acabam atendendo são pacientes já em certa fase de doença, que se encontram já com dificuldade de se manter na atividade laboral. Encontrando impermeabilidade por parte das chefias em mudar de função ou não tendo outra opção, acabam se afastando do trabalho para tratamento e recuperação. O afastamento do trabalho, se por um lado propicia alívio físico, por outro, repercute negativamente na esfera psíquica. Os pacientes relatam a interrupção do cotidiano de trabalho como extremamente penoso e causa freqüente de depressão. Os sentimentos mais referidos pelos pacientes são de decepção com a empresa, tristeza, incerteza, auto-estima baixa, de dependência em relação a terceiros e principalmente de perda da identidade como trabalhador e cidadão. Assim, o tratamento deve ter como foco não só uma lesão determinada, mas a pessoa como um todo, do ponto de vista físico e psíquico. Experiências mostram que abordagens multidisciplinares e variadas têm dado resultados positivos. Entre as atividades terapêuticas encontram-se as abordagens informativas, psico-pedagógico-terapêuticas, fisioterápicas, de acupuntura, de reeducação postural, terapias corporais, terapia ocupacional. É importante ter como objetivo o resgate e a reconstrução da identidade do trabalhador adoecido como cidadão. (MAELMO, 2001, p. 7-20).

O tratamento correto destas demandas de ordem muscular devem ser estudados caso a caso, buscando uma ação de vigilância e intervenção. O acolhimento humanizado e qualificado dos serviços assistenciais, ações educativas de prevenção são juntos um leque de medidas que evitam o agravamento do adoecimento do trabalhador.

Trabalho e adoecimentos são termos indissociáveis na contemporaneidade e estão fundados no modo de produção vigente. As medidas tomadas pelo setor de Segurança e Saúde do trabalhador da PMOP são desfocalizadas e imediatistas não levando em consideração os agentes específicos, ignorando toda uma totalidade social, que é peça fundamental para uma análise correta do trabalho e a relação do adoecimento com o desenvolvimento de suas atividades.

Formular uma política de saúde do trabalhador significa, portanto, contemplar essa ampla gama de condicionantes da saúde e da doença. Especificamente para o setor público de saúde, do âmbito municipal ao federal, é premente a necessidade de consolidar ações de saúde do trabalhador que abranjam da vigilância à assistência em seu sentido amplo. Porém, a limitada intervenção da Saúde Pública num campo que nunca foi objeto central de preocupação, agudizada pelos percalços da gestão financeira e de recursos humanos na implementação do Sistema Único de Saúde, tem se refletido na tendência de tratar como questão menor a atenção integrada, mas diferenciada, aos trabalhadores. Essa ausência de respostas efetivas vem servindo de justificativa para que o setor privado se incumba gradativamente de determinadas tarefas que, em princípio, seriam um compromisso fundamental do Estado. (GOMEZ E COSTA, 1997, p.31).

3.5 Uma análise da contradição

Objetivando desenvolver estratégias para a melhoria do manejo com os resíduos sólidos a PMOP, foi desenvolvido o Plano Municipal de Saneamento Básico que possui em seu interior um item relativo às alternativas previstas. O plano municipal apresenta uma perspectiva real de um aumento de 12% no volume do lixo produzido pela cidade em um espaço de tempo de 20 anos.

Como alternativas, foram sugeridas ações com prioridade imediatas a ser executadas em Ouro Preto:* Elaboração do Plano Municipal de Coleta Seletiva;* Implementar o Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos e atualizar o Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos; * Promover programas de educação ambiental para divulgar o sistema de coleta e sensibilizar os geradores para a separação dos resíduos na fonte;* Apoio às associações de catadores instituídas no município através de convênios de auxílio;* Obtenção de uma nova área e seu respectivo licenciamento ambiental para a construção de um novo aterro sanitário para o município ou utilizar a alternativa de aterros consorciados em conjunto com o CODERI;* Contratar empresa especializada para elaboração estudo técnico de viabilidade econômico financeiro para a implantação usina de triagem e resíduos;* Projeto e encerramento da área do atual depósito de resíduos sólidos de Ouro Preto;* Construção de aterro sanitário com vida útil de 20 anos;* Ampliar e manter, sob forma de contrato ou ampliação do quadro de servidores municipais, a área atendida com os serviços de poda, capina e roçagem, de forma a atender todo o município e considerar o incremento necessário, com a expansão urbana e criação de novas áreas verdes.(PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, p. 29, 2013).

O plano aborda também as perspectivas de investimento em programas, projetos e ações que envolve, o recolhimento de resíduos sólidos no município de Ouro Preto em curto, médio e longo prazo. Vejamos:

Tabela 9 - Programas, Projetos e Ações - Imediato - Serviço de Limpeza Urbana

PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES - TOTAIS DOS VALORES ESTIMADOS				
TIPO	PRAZOS	OBJETIVOS	ESTIMATIVA (R\$)	TOTAL (R\$)
IMEDIATO	1 A 4 ANOS	Reestruturação, monitoramento e incremento da coleta seletiva	350.000,00	9.812.000,00
		Reestruturação, monitoramento e incremento	6.660.000,00	

		da coleta de resíduos domiciliares		
		Estabelecer cronogramas e ampliação da área atendida com serviços de podas, capina e roçagem	2.862.000,00	

Fonte: Plano Municipal de Saneamento Básico, 2013

Tabela 10 - Programas, Projetos e Ações - Serviço de Limpeza Urbana

PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES - TOTAIS DOS VALORES ESTIMADOS				
OBJETIVOS	CURTO PRAZO 4 A 8 ANOS	MÉDIO PRAZO 9 A 13 ANOS	LONGO PRAZO 14 A 20 ANOS	TOTAL
Ampliação da cobertura do serviço de varrição	130.000,00	30.000,00	-	1.080.000,000
Estabelecer cronograma e ampliação da área atendida com o serviço de capina, roçagem e limpeza de boca de lobos	130.000,00	50.000,00	70.000,00	
Elaboração do plano municipal de gerenciamento de resíduos da construção civil	150.000,00	150.000,00	210.000,00	
Reestruturação do sistema tarifário	60.000,00	-	-	

Fonte: Plano Municipal de Saneamento Básico, 2013

O que se observa é que o plano foi desenvolvido e aprovado no ano de 2013. Após sua aprovação, cinco anos depois, nenhuma mudança significativa ocorreu em relação ao recolhimento do lixo, ampliação de serviços e reestruturação, o que ocorreu foi o agravamento

das mazelas representadas através do adoecimento dos trabalhadores de limpeza urbana da PMOP.

“nada se fala sobre o Plano de Saneamento Básico, a gente aqui sabe o quanto é importante, mas a PMOP não tem verba para esta implementação, mas deveria estabelecer prioridade só assim as coisas iam mudar.” (Entrevistado 03).

Em toda a sociedade o serviço de recolhimento de resíduos sólidos é de extrema importância, pois evita problemas ambientais e de saúde pública. Porém o que observamos em relação à qualidade do trabalho desenvolvido é extrema precariedade, não existem ferramentas adequadas, o desgaste físico e mental do trabalhador é pertinente, há um sentimento de inferioridade causado pela desvalorização do trabalhador em relação à sociedade e à própria instituição.

A concepção do trabalho de recolhimento do lixo como uma profissão “degradante” é historicamente estabelecida pela representatividade do lixo, durante todo o desenvolvimento da sociedade, tudo que não tem valor de uso ou serventia era exposto no exterior das residências para ser recolhido. Gemmelle e Silva (2009) relatam que o lixo traz uma ideia pejorativa, de sujeira.

É através das entrevistas aplicadas aos próprios garis que conseguimos entender como a realidade na qual estão inseridos influenciam na satisfação do exercer profissional. Tanto a primeira entrevista, aplicada em 2015, quanto à segunda entrevista, realizada em setembro de 2018, foi possível perceber os rebatimentos da falta de valorização na saúde física e mental destes trabalhadores.

A entrevista engloba mais 80% dos garis coletores de lixo da PMOP, obtém-se a mesma conclusão da análise das entrevistas em ambos os anos: os Garis coletores gostam do que fazem, sentem-se realizados pela profissão que executam, mas também extremamente desvalorizados tanto pela chefia quanto pelos próprios usuários do serviço.

Os materiais de proteção estão em extrema precariedade um pouco mais de 1/3 dos entrevistados dizem que já sofreram algum tipo de fiscalização e os outros 2/3 negam a existência de fiscalização nesse setor, quando tem capa de chuva, as mesmas estão esburacadas e há anos que não são trocadas. As áreas de responsabilidade de cada profissional são extensas, o instrumento de trabalho é precarizado, um pouco mais de 70% dos entrevistados afirmam que existe prejuízo causado à saúde em decorrência da forma com que é executado o recolhimento do lixo no município.

Os problemas de saúde descritos pelos profissionais foram todos os apresentados, hipertensão, diabetes, ósseos musculares, ansiedade, insônia e outros. Podendo-se observar através da análise das entrevistas em toda a cadeia de serviços que envolve diretamente e indiretamente o serviço de Limpeza Urbana, a relação entre precariedade de ferramentas de trabalho e o adoecimento do trabalhador.

Segundo os trabalhadores, o que recebem a partir da limpeza urbana não dá para se manter de forma adequada, embasado na análise dos questionários pode-se afirmar que nenhum possui outra fonte de renda para acrescentar no custo de vida. Todos eles relatam que o trabalho exercido prejudica a saúde. O caso mais frequente é o de ósseo muscular (dor nas costas, no braço, entre outros).

A precarização cada vez mais intensificada do trabalho na cena contemporânea expõe ainda mais os trabalhadores aos riscos que são diversos, químicos, físicos, biológicos, ergonômicos e acidentais.

A entrevista aberta aplicada a um gari coletor de lixo foi esclarecedora. O gari respondeu de forma abrangente a todos os questionamentos, sem definição prévia de perguntas, o profissional teve liberdade em narrar os acontecimentos do dia a dia, com detalhes, sendo possível perceber extrema precariedade dos instrumentos de trabalho essenciais para a execução da função de coletor de lixo.

É necessário destacar que um dos garis, declarou indignação quanto à precariedade do trabalho exercido dentro da PMOP, sua posição de efetivo torna-se motivo de desconforto, em relação aos terceirizados, em termos de condições de trabalho.

“Os terceirizados possuem condições de trabalho muito melhor que os servidores dos servidores do município, como materiais novos, o povo vem olhar tudo direitinho, caminhões novos, o motorista dos caminhões não vão trabalhar bêbado” (Entrevistado 01).

A roupage como não é trocada, muitas vezes não serve adequadamente causando desconforto. As luvas de borracha fina, furadas deixam o trabalhador exposto a acidentes de trabalho. Em seu relato descreveu algumas experiências com materiais cortantes e perfurantes e enfatizou a possibilidade de contrair uma doença grave caso algum destes materiais estejam infectados.

Em consequência da ausência de fiscalização muitos trabalhadores que prestam o serviço de limpeza urbana de forma efetiva, realizam o trabalho após o uso de álcool, trazendo

desconforto, insegurança e risco para a vida dos Garis. A utilização constante do álcool na vida desses trabalhadores já havia sido descrita pela supervisora do setor de Segurança e Saúde Ocupacional e pelo médico do trabalho em ambas as entrevistas foi relatado que este problema é pertinente.

O uso de álcool por estes trabalhadores pode ser explicado através de várias vertentes, como: fatores sociais, precariedade dos instrumentos de trabalho ou do sentimento de desvalorização. O alcoolismo precisa ser tratado como uma dependência química, para então ser enfrentado com prioridade pela PMOP.

A “ação de saúde” em 2013 se configurou como a primeira e única medida de enfrentamento do alcoolismo entre os garis coletores de lixo. Palestra sobre o alcoolismo, tratando os sintomas, causas e orientando em como conseguir ajuda, foi o instrumento utilizado pela PMOP como medida de minimização do uso do álcool entre os garis. Porém para um enfrentamento efetivo é necessário um trabalho intersetorial que tem como objetivo prevenir e educar estes servidores.

Através dos relatos foi necessário o questionamento em relação à reivindicação de melhores condições de trabalho. Ao questionar instrumentos como greves e sindicatos, o trabalhador mostrou-se incrédulo. A greve é inoperante devido ao fato de que com a ausência dos trabalhadores efetivos da PMOP o serviço de recolhimento de resíduos sólidos continuará a ocorrer, pois a empresa terceirizada possui mecanismos para desenvolver todas as atividades sem o auxílio destes trabalhadores. Os sindicatos locais não passam confiança de uma luta de classes como foi definido pelo trabalhador da coleta de lixo, porém é necessário destacar a importância dos sindicatos na luta pela saúde do trabalhador.

“os sindicatos não tem ai pra gente, querem só pegar dinheiro nosso, nunca fez nada, a gente nem tenta” (entrevistado 01, 2015)

Outra questão de suma importância, ao analisar a saúde do trabalhador, é colocar o movimento sindical como protagonista, e, no contexto atual, exigir um sindicalismo que vá além do sindicalismo tradicional. Pensamos o sindicalismo como um dos principais espaços de luta social em defesa de uma sociedade emancipada sendo, portanto, necessário perquirir impenitentemente um projeto social potencializador da lógica do trabalho. Sem este pressuposto não visualizamos a menor relevância em analisar a saúde do trabalhador: Quando enunciamos lutas sociais do trabalho, remetemo-nos diretamente à desejada conquista de emancipação do trabalho e, simultaneamente, convocamos a perspectiva revolucionária que objetiva “transcender” a sociedade de classes sociais antagônicas. (LARA, 2011, p.78-85)

A terceirização é o processo pelo qual uma instituição contrata outra empresa para prestar um determinado serviço. Hoje a PMOP possui o quadro de garis coletores de resíduos sólidos composto pela maioria terceirizada. A terceirização é uma prática do sistema capitalista em sua fase financeira, esta prática atualmente está difundida amplamente no mundo inteiro e traz sérias consequências ao trabalhador. Através da terceirização, contradizendo o entrevistado, os profissionais perdem os direitos trabalhistas e investimento em qualificação, fazendo com que o piso salarial seja diminuído, além de uma alta rotatividade profissional.

Neste campo - da organização de trabalho - evidencia-se, através da terceirização, condição de trabalho e salários que definem trabalhadores de primeira e segunda categoria, como porta para o trabalho análogo ao escravo, e a discriminação se dá não apenas por parte da empresa contratante, mas também entre os próprios trabalhadores contratados diretamente e os chamados “terceirizados”, cuja a denominação já revela a distinção ou a condição a parte, de forma, externa. (ANTUNES E DRUCK, 2014, p. 17).

É preciso modificar as ações de saúde da Prefeitura Municipal de Ouro Preto para com estes trabalhadores, saindo da imediatividade e ampliando para ações de prevenção, promoção e correção. Fornecer materiais e equipamentos adequados para os trabalhadores de Limpeza Urbana é ponto primordial para a melhoria da qualidade do trabalho e de vida dos colaboradores. Além de instaurar uma fiscalização correta e constante da execução das atividades laborais. Estas são medidas que em minha análise são de extrema urgência e necessidade para a qualidade de vida do trabalhador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de conclusão de curso procurou abordar a dinâmica do capitalismo e as sequelas na vida do trabalhador. A saúde do trabalhador não é prioridade, cenário este do liberalismo em que as mudanças do Estado e o funcionamento público tornam-se juntos o instaurador da precarização do trabalho.

Ao estudar o processo de trabalho dos Garis Coletores de lixo, efetivos da Prefeitura Municipal de Ouro Preto, é possível constatar que o trabalho se desenvolve de forma maçante, precarizada e desgastante. Dentro dos fatores que influenciam diretamente este lamentável quadro, citam-se: falta de especialização no manejo com os resíduos sólidos, ausência de articulação entre Prefeitura Municipal e secretarias e uma precarização recorrentemente de instrumentos de trabalho é de perceptível.

Existe uma carência extrema de conhecimentos dos problemas ligados aos resíduos sólidos em todos os setores que envolvem diretamente e indiretamente o serviço. É possível perceber que os próprios garis e as chefias imediatas não possuem instruções acerca das leis que fundamentam o desenvolvimento do trabalho e garante aos trabalhadores meios para preservar sua saúde física e mental. Em contrapartida quando se observa o serviço terceirizado da mesma instituição depara-se com profissionais capacitados e a efetivação das leis que movem o mundo do trabalho.

Tendo como base de entendimento o modo de produção capitalista e o contexto neoliberal do mundo do trabalho e suas implicações, é possível concluir que a relação de desqualificação do público em relação ao privado traz inúmeros prejuízos aos Garis, tanto efetivos quanto terceirizados.

A terceirização é uma estratégia do capital na busca incessante de garantir minimamente os direitos sociais e valorizar ao máximo a reprodução do capital. Como consequência o Estado vai se desresponsabilizando de todo o processo de degradação física e mental do trabalhador procurando meios para executar os serviços básicos, como o de limpeza urbana, com produtividade, qualidade e custos baixos.

A prefeitura municipal de Ouro Preto busca na terceirização uma forma de exterminar o gari do quadro de funcionário, pois estes trabalhadores possuem algumas particularidades, que durante a execução deste trabalho, foi possível observar que não são resguardadas ou sequer entendidas. Esse extermínio pode ser observado duramente em diversos pontos:

vacância do cargo de gari, ausência de ferramentas primordiais para execução do trabalho e a negligência em relação à prevenção do adoecimento físico e mental destes trabalhadores.

Ao observar a organização do serviço de limpeza municipal e todo o processo que envolve o adoecimento, como também ao analisar as respostas das entrevistas percebe-se que os servidores ao longo do tempo ficam cada vez mais institucionalizados. As respostas referentes a cada etapa de pesquisa tiveram em sua maioria direcionamentos distintos. Na primeira etapa, em 2014, as respostas foram fundamentadas na culpabilização institucional, na ausência de articulação, de ferramentas e instrumentos, já em 2018 observa-se um caráter de mistificação da informação das mazelas apresentadas.

Com relação aos próprios profissionais pode-se concluir que a ausência de conhecimentos relacionados a direitos e garantias fundamentais dificulta e até anula a capacidade de exigir um redirecionamento nas normas e diretrizes, sob as quais o trabalho de limpeza urbana é fundado.

A problemática do adoecimento do servidor gari coletor de lixo da prefeitura municipal envolve diversos fatores e não somente a precarização do trabalho. A análise do adoecimento deve levar em consideração a totalidade dos fatores sociais e o posicionamento da sociedade em relação a estes trabalhadores. Com o objetivo de ilustração, o resultado das entrevistas foi o mesmo em ambos os anos 2014 e 2018 mais de 2/3 dos garis afirmam o sentimento de desvalorização em relação à sociedade.

O que se destaca na análise das entrevistas é que 100% dos entrevistados responderam que gostam do que fazem. Os trabalhadores de limpeza são em sua maioria indivíduos que trabalham cantando passando a impressão de que são muito felizes. Porém identificamos nos relatos que estes profissionais carregam um sentimento de inferioridade e desvalorização, tanto pela instituição quanto pela sociedade na qual se beneficia diretamente do trabalho executado pelos mesmos.

A análise global deste trabalho é de um quadro assombroso de violação de direitos e desrespeito por parte da instituição para com estes trabalhadores. Os profissionais extremamente institucionalizados, as informações incompletas e mascaradas, foi o que impossibilita uma conclusão clara e objetiva acerca adoecimento físico e mental desta classe que fazem tanto pela conservação do bem-estar da população ouropretana e que são tão menosprezados pela instituição e pela sociedade.

Constata-se a necessidade de realização de novas e aprofundadas pesquisas no que se refere a influência direta do trabalho exercido com a incidência de doenças oriundas da execução laborativa, pois os dados colhidos são insuficientes e refletem em dúvidas, contradições e frustrante impotência perante o quadro de degradação do indivíduo gari coletor de lixo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPRO - BITENCOURT, C. L; QUELHAS, O, L. Histórico da evolução dos conceitos de segurança. *In:* XXIX Encontro Nacional de Engenharia de Produção (Enegep). Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep1998_art369.pdf> Acesso em: 28 mai. de 2017.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** Editora Cortez: São Paulo, 1995.

_____. **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels.** Editora Expressão Popular: São Paulo, 2013.

_____. **Os sentidos do trabalho.** Editora Boitempo: São Paulo, 2000.

_____. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III.** Editora Boitempo: São Paulo, 2014.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história.** Editora Cortez: São Paulo, 2008.

BRASIL. “Artigo 196, Seção II”. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *In:* Site da Casa Civil da Presidência da República. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 13 jun. de 2017.

BRASIL. “Lei Orgânica de Saúde Número 8080”. Diário Oficial da República do Brasil. *In:* Site da Casa Civil da Presidência da República. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm> Acesso em: 13 jun. de 2017.

BRASIL. “Lesões por esforços repetitivos (LER) Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT)”. Ministério da Saúde, Brasília, 2001. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/ler_dort.pdf> Acesso em: 24 mai. de 2018.

BRASIL. “Da Segurança e da Medicina do Trabalho - Lei N°6.514”. Diário Oficial da República do Brasil. *In*: Site da Casa Civil da Presidência da República. Brasília, 1977. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6514.htm> Acesso em: 14 jul. de 2018.

BRESSER, L. C. P. **As duas fases da história do Capitalismo**. Fundação Getulio Vargas: São Paulo, 2011.

CISA. Centro de Informações sobre Saúde e Álcool - Cisa. São Paulo, 2018. Disponível em: <<http://www.cisa.org.br/>> Acessado em: 23 ago. de 2018.

CBH-Rio das Velhas. Plano Municipal de Saneamento em Ouro Preto. Disponível em: <<http://cbhvelhas.org.br/plano-municipal-de-saneamento-em-ouro-preto/>> Acesso em: 25 set. de 2018.

CPC. VIEIRA, L, C. Ouro Preto e o século XIX: o mito da decadência. *In*: Portal de Revistas da USP. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpc/article/download/119887/122086/>> Acesso em: 30 out. de 2018.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Editora Civilização Brasileira S.A.: Rio de Janeiro, 1984.

FALCON, F. J. C.; MOURA, G. **A formação do mundo contemporâneo**. Editora Campus: Rio de Janeiro, 1986.

FPL. BELO, E. F. Qualidade de vida no trabalho dos garis da área central de Belo Horizonte. *In*: Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo. Pedro Leopoldo, 2009. Disponível em:

<http://www.fpl.edu.br/2018/media/pdfs/mestrado/dissertacoes_2009/dissertacao_eliana_fati_ma_belo_2009.pdf> Acesso em: 05 mar. de 2018.

BRESSER, L, C. As duas fases da história e as fases do capitalismo. *In: Textos para Discussão da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas - Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas*. Artigo, 2011. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8081/TD%20278%20-%20Lui%20Carlos%20Bresser%20Pereira.pdf>> Acesso em: 15 mai. de 2018.

GUIA TRABALHISTA. Disponível em: <<http://www.guiatrabalhista.com.br>> Acesso em: 12 jun. de 2018.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. Editora Loyola: São Paulo, 2008.

HOBSBAWN, E. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Editora Companhia das Letras: São Paulo, 1995.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. Editora Zahar: Rio de Janeiro, 1981.

IBGE. “Panorama de Ouro Preto com dados do IBGE de 2010”. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *In: Site do IBGE*. Ouro Preto, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ouro-preto/panorama>> Acesso em: 30 out. de 2018.

INBEP. “Normas regulamentadoras (RNs) - O que são e como surgiram?”. Redação Inbep. *In: Blog do Instituto Brasileiro de Educação Profissional (Inbep)*. Florianópolis, 2017. Disponível em: <<http://blog.inbep.com.br/normas-regulamentadoras-nrs-o-que-e/>> Acesso em: 29 out. de 2018.

IPEA.MARINGONI, G. A longa jornada dos direitos trabalhistas. *In: Revista Desafios do Desenvolvimento*. São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2909:catid=28&Itemid=23> Acesso em: 12 jun. de 2017.

MARX, K. **Grundisse**. Editora Boitempo: São Paulo, 2015.

_____. **O Capital: Volume I**. Editora Boitempo: São Paulo, 2013.

_____. **A ideologia alemã**. Editora Martins Fontes: São Paulo, 2001.

_____. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Editora Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1985.

_____. **Lutas de classe na Alemanha**. Editora Boitempo: São Paulo, 2010.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. Editora Boitempo: São Paulo, 2013.

MIGALHAS. “Os 50 (e tantos) anos do(s) golpe(s) contra a classe trabalhadora”. Jorge Luiz Souto Maior. *In*: Migalhas - Portal jurídico, com doutrina, jurisprudência e legislação. São Paulo, 2014. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/arquivos/2014/5/art20140507-08.pdf>> Acesso em: 13 jun. de 2017.

MULTIPLICADORES DE VISAT. VASCONCELOS, L, C; BARROS, M, H. (Org.) Saúde, trabalho e direito: uma trajetória crítica e a crítica e uma trajetória. *In*: Multiplicadores de Visat. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<https://www.multiplicadoresdevisat.com/saude-trabalho-direito-livro>> Acesso em: 01 dez. de 2018.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução à crítica**. Editora Cortez: São Paulo, 2013.

OURO PRETO. Site institucional da Prefeitura de Ouro Preto, Licitações da SEMAE. Prefeitura de Ouro Preto. Disponível em: <<https://ouropreto.mg.gov.br/>> Acesso em: 21 mai. de 2018.

OURO PRETO. “Solicitação de Compras e Serviços”. Prefeitura de Ouro Preto. *In*: Secretaria Municipal de Ouro Preto, solicitação de dispensa justificada de serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos de saúde do município de Ouro Preto. Ouro Preto, 2013. Disponível em: <http://www.sistemasigla.org/arquivos/sismat/documento_acessorio/3168.pdf> Acesso em: 14 jul. de 2018.

OURO PRETO. “Plano de Cargos e Vencimentos da Prefeitura de Ouro Preto”. Prefeitura de Ouro Preto. *In*: Diário Oficial. Ouro Preto, 2006. Disponível em: <[http://www.sistemasigla.org/arquivos/sisnorm/NJ_img\(5072\).pdf](http://www.sistemasigla.org/arquivos/sisnorm/NJ_img(5072).pdf)> Acesso em: 15 jul. de 2018.

OURO PRETO. “Plano de Cargos e Vencimentos da Prefeitura de Ouro Preto”. Prefeitura de Ouro Preto. *In*: Diário Oficial. Ouro Preto, 2006. Disponível em: <[http://www.sistemasigla.org/arquivos/sisnorm/NJ_img\(5072\).pdf](http://www.sistemasigla.org/arquivos/sisnorm/NJ_img(5072).pdf)> Acesso em: 15 jul. de 2018.

PINTO, G. A. **A organização do trabalho no século 20**. Editora Expressão Popular: São Paulo, 2007.

PONTO FINAL. “Prefeitura de Ouro Preto tem rombo de R\$43 milhões, diz Júlio”. Da Redação. *In*: Jornal Ponto Final. Mariana, 2017. Disponível em: <<http://www.jornalpontofinalonline.com.br/noticia/5390/prefeitura-de-ouro-preto-tem-rombo-de-r-43-milhoes-diz-julio>> Acesso em: 12 jun. de 2018.

PROCEMPA. “Lei Complementar N°234/90 - Código de Limpeza Urbana”. Prefeitura de Porto Alegre. *In*: Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre. Porto Alegre, 1990. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/dmlu/usu_doc/lei_complementar_234-90.pdf> Acesso em: 24 jul. de 2018.

PUC-GO. COELHO, M, M. Condições de trabalho e saúde ocupacional dos trabalhadores da limpeza urbana. *In: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da PUC-GO. Goiânia, 2012.* Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/2940?mode=full#preview-link0> Acesso em: 06 mar. de 2018.

RESOL. “Manual Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos”. Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam). *In: Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Rio de Janeiro, 2001.* Disponível em: <http://www.resol.com.br/cartilha4/manual.pdf> Acesso em: 05 mar. de 2018.

SEADE. OLIVEIRA, J, C. Segurança e saúde no trabalho: uma questão mal compreendida. *In: São Paulo em Perspectiva. São Paulo, 2003.* Disponível em: <http://www.seade.gov.br/wp-content/uploads/2014/07/v17n2.pdf> Acesso em: 10 jun. de 2017.

HARVEY, D. “Neoliberalismo como destruição criativa”.. *In: Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente. SENAC-SP. São Paulo, 2007.* Disponível em: <http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/trad-2007.pdf> Acesso em: 29 mai. de 2017.

LARA, Ricardo. “Saúde do trabalhador: considerações a partir da crítica da economia política”. Scielo. *In: Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011.* Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v14n1/v14n1a09.pdf> Acesso em: 14 abr. de 2018.

GOMES, Carlos Minayo; COSTA, Sonia Maria de Fonseca Thedim. “A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas”. Scielo. *In: Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro, 1997.* Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X1997000600003&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 23 dez. de 2017.

ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. “A sociedade dos adoecimentos no trabalho”. Scielo. *In*: Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n123/0101-6628-sssoc-123-0407.pdf>> Acesso em: 10 jun. de 2017.

TOP CULTURA. “Garis de Ouro Preto fazem protesto na Praça Tiradentes”. TV TOP Cultura. *In*: Matéria veiculada pelo canal do YouTube. Ouro Preto, 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LYa1-iMqIdo>> Acesso em: 08 jun. de 2018.

UEM. “O riscos ocupacionais dos garis coletores de resíduos sólidos urbanos”. Silvana de Jesus Galdino e Sandra Terezinha Malisz. *In*: Revista Percurso do Portal de Periódicos da UEM. Maringá, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Percurso/article/view/31986/18173>> Acesso em: 06 mar. de 2018.

UFSC. “A relação entre a precarização das relações de trabalho e a saúde do trabalhador”. Maria José Lourenço Domingos e Charliane Silva dos Santos. *In*: Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social. Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/180583/Eixo_1_116.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acessado em: 11 jun. de 2017.

UFSC. “Direitos trabalhistas no Brasil: uma aproximação crítica”. Luana Cavalcante Pinto e Marília Sarmiento Bezerra. *In*: II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social. Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/180026/101_00256.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 11 jun. de 2017.

UFPEL. “Tipos de Pesquisa”. Robledo Lima Gil. *In*: Licenciatura em Ciências Biológicas, Disciplina de Pesquisa do Ensino de Ciências e Biologia. Pelotas, 2008. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/ecb/files/2009/09/Tipos-de-Pesquisa.pdf>> Acesso em: 02 nov. de 2018.

UNIC. “Avaliação dos riscos ocupacionais entre trabalhadores da coleta de resíduos sólidos domiciliares da cidade de Sinop (MT) - Um estudo de caso”. Ana Paula Slovinski de Oliveira, Francianne Baroni Zandonadi e Joicy Marina de Castro. *In*: Site Segurança do Trabalho. Sinop, 2012. Disponível em: <<http://www.segurancaotrabalho.eng.br/artigos/ressol.pdf>> Acesso em: 07 mar. de 2018.

UNIFACEX. “A profissão gari à luz dos direitos sociais do trabalho e das políticas públicas de proteção ao meio ambiente”. Darlene Freire Campos, Celeste Aida de Aro Garcia Rubinho e Marianna Perantoni Pereira. *In*: Revista de Direito Unifacex. Natal, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.unifacex.com.br/direito/article/view/689>> Acessado em: 08 abr. de 2018.

UNINTER. “A saúde do trabalho e trabalhador em tempos de precarização do trabalho”. Eniel do Espírito Santo e Fábila Quele Barbosa de Freitas. *In*: Revista Intersaberes. Curitiba, 2009. Disponível em: <<https://www.uninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/viewFile/186/149>> Acesso em: 14 mar. de 2018.

USP. “A revolução de 1930 e o direito do trabalho no Brasil”. Otavio Pinto e Silva. *In*: Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67462/70072>> Acessado em: 12 jun. de 2017.

USP. “Moisés e Nilce: retratos biográficos de dois garis. Um estudo de psicologia social a partir de observação participante e entrevistas”. Fernando Braga da Costa. *In*: Biblioteca Digital da USP - Teses e Dissertações. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-09012009-154159/pt-br.php>> Acesso em: 06 mar. de 2018.

VOZ ATIVA. “Prefeito de Ouro Preto (MG) vai, com vereadores, secretários e membros da comunidade ver a realidade do lixão, que a administração anterior deixou”. João Paulo Silva. *In*: Jornal Voz Ativa. Ouro Preto, 2017. Disponível em: <<https://jornalvozativa.com/politica/assista-aqui-prefeito-de-ouro-preto-mg-vai-com-vereador>>

es-secretarios-e-membros-da-comunidade-ver-a-realidade-do-lixao-que-a-administracao-anterior-deixou/> Acesso em: 09 jun. de 2018.

APÊNDICE

Apêndice 01:

Entrevista feita e direta com os trabalhadores da Limpeza Urbana da Prefeitura Municipal de Ouro Preto, aplicadas em 2015:

1) Qual é seu sexo?

feminino masculino

2) Você trabalha em qual área?

coleta de lixo

varredura

3) Qual é o tempo o seu tempo de profissão?

menos de 5 anos

de 5 anos a 7 anos

7 anos a 10 anos

mais de 10 anos

4) Você gosta do que faz?

sim não

5) Você se sente valorizado?

sim não

6) Você acha que possui equipamentos adequados para trabalhar?

sim não

7) Você se sente sobrecarregado?

sim não

8) O seu trabalho dá para se manter de forma adequada?

sim não

9) Você possui outra fonte de renda?

sim não

10) Você acha que seu trabalho prejudica sua saúde?

sim não

11) Você possui alguns destes problemas de saúde?

hipertensão

diabetes

ósseo muscular (dor nas costas, no braço entre outros)

ansiedade

insônia

outros

12) Você faz uso de algum dessas substâncias?

álcool

remédio para dormir

tabaco

outros

13) Você se sente respeitado pela chefia?

sim não

14) Você se sente respeitado pela sociedade?

sim não

15) Você já sofreu algum tipo de fiscalização do seu trabalho?

sim

não

16) Você já recebeu algum benefício do INSS?

sim

não

Apêndice 02:

Entrevista feita e direta com os trabalhadores da Limpeza Urbana da Prefeitura Municipal de Ouro Preto aplicada em 2018.

1) Qual é seu sexo?

feminino masculino

2) Você trabalha em qual área?

coleta de lixo

varredura

3) Qual é o tempo o seu tempo de profissão?

menos de 5 anos

de 5 anos a 7 anos

7 anos a 10 anos

mais de 10 anos

4) Você gosta do que faz?

sim não

5) Você se sente valorizado?

sim não

6) Você acha que possui equipamentos adequados para trabalhar?

sim não

7) Você se sente sobrecarregado?

sim não

8) O seu trabalho dá para se manter de forma adequada?

sim não

9) Você possui outra fonte de renda?

sim não

10) Você acha que seu trabalho prejudica sua saúde?

sim não

11) Você possui alguns destes problemas de saúde?

hipertensão

diabetes

ósseo muscular (dor nas costas, no braço entre outros)

ansiedade

insônia

outros

12) Você faz uso de algum dessas substâncias?

álcool

remédio para dormir

tabaco

outros

13) Você se sente respeitado pela chefia?

sim não

14) Você se sente respeitado pela sociedade?

sim não

15) Você já sofreu algum tipo de fiscalização do seu trabalho?

sim não

16) Você já recebeu algum benefício do INSS?

sim não

17) Você está próximo de se aposentar? Se sim quanto tempo falta?

sim

1 ano

menos de 3 anos

mais de 3 anos

mais de cinco anos

18) Você gosta da presença dos terceirizados?

sim não

19) Os terceirizados possuem alguma vantagem em relação aos efetivos da Prefeitura?

sim não

20) Você acha bom o trabalho em conjunto? Terceirizado e efetivo da Prefeitura

sim não nem sempre

21) Você acha que os terceirizados ajudam?

sim não nem sempre

Apêndice 03:

Entrevista dirigida ao médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Ouro Preto aplicada em 2015:

- 1) A Prefeitura Municipal de Ouro Preto possui algum programa de saúde específico para o setor de limpeza urbana?
- 2) Quais as principais doenças apresentadas pelo trabalhador deste setor?
- 3) Qual é o posicionamento da prefeitura em relação à saúde do trabalhador?
- 4) Existe outra demanda? Qual/quais?

Apêndice 04:

Entrevista dirigida com o médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Ouro Preto aplicada em 2018:

- 1) A Prefeitura Municipal de Ouro Preto possui algum programa de prevenção a saúde?
- 2) Este setor é procurado pelos trabalhadores da PMOP em quais situações?
- 3) Em sua opinião, o objetivo deste setor é alcançado através das ferramentas utilizadas?
- 4) Quais as principais doenças apresentadas pelo trabalhador de limpeza Urbana?
- 5) Em sua opinião, como médico do trabalho poderia ser feito algo para a melhoria da saúde dos trabalhadores de limpeza urbana? O que poderia ser feito?
- 6) Em linhas gerais como se pode analisar a saúde do trabalhador da PMOP?
- 7) Qual é o posicionamento da prefeitura em relação à saúde do trabalhador? Quais são as medidas desenvolvidas no intuito de documentar o estado de saúde destes trabalhadores?
- 8) A PMOP em algum momento elaborou plano que abrangesse as três esferas da saúde? Promoção, prevenção e recuperação da saúde
- 9) Existe outra demanda trazida pelos trabalhadores a este setor? Quais são elas?
- 10) Acidentes de trabalho. Há algum histórico? O que o senhor como médico pode dizer sobre a importância da prevenção e quais as medidas pode ser efetuadas?

Apêndice 05:

Entrevista dirigida com a supervisora do setor de Segurança e Saúde Ocupacional da Prefeitura Municipal de Ouro Preto aplicada em 2015:

- 1) Qual é o perfil dos trabalhadores do setor de Limpeza Urbana da Prefeitura municipal de Ouro Preto?
- 2) Como é a situação do trabalho em termos qualitativos deste setor?
- 3) Existe algum projeto social voltado para o setor em questão?
- 4) A sua profissão é Assistente Social. Qual a importância desta profissão no setor de limpeza urbana?

Apêndice 06:

Entrevista dirigida com a supervisora do setor de Segurança e Saúde Ocupacional da Prefeitura Municipal de Ouro Preto aplicada em 2018:

- 1) Qual é o perfil dos trabalhadores do setor de Limpeza Urbana da Prefeitura municipal de Ouro Preto?
- 2) Como é a situação do trabalho em termos qualitativos deste setor?
- 3) Existe algum projeto social voltado para o setor em questão?
- 4) Em relação à distribuição e a utilização de EPI's e EPC's. A prefeitura age de forma efetiva a distribuição destes equipamentos? Ocorre algum tipo de fiscalização das condições em que estes equipamentos se encontram? Quem é responsável por esta fiscalização?
- 5) A PMOP se encontra em uma situação delicada em termos econômicos, esta situação interfere de qual maneira na saúde dos trabalhadores?
- 6) O que poderia ser feito pelo setor em relação às demandas de melhoria na qualidade do trabalho?
- 7) Em sua opinião o que poderia ser realizado a fim de evitar o “mascaramento” da realidade da saúde destes trabalhadores?
- 8) Existe algum tipo de treinamento para a manipulação, armazenamento do lixo? Ou específico para a chefia deste departamento?
- 9) Existe algum arquivo sobre acidentes de trabalho? Ele funciona de forma efetiva? Já foi presenciado algum acidente de trabalho?
- 10) A sua profissão é Assistente Social. Qual a importância desta profissão no setor de limpeza urbana?

Apêndice 07:

Entrevista aplicada ao Técnico de Segurança do Trabalho da Prefeitura Municipal de Ouro Preto em 2018:

- 1) Qual a sua observação sobre as particularidades dos trabalhadores de Limpeza Urbana da PMOP?
- 2) Em relação ao uso dos EPI's e EPC's:
 - A) Existe uma distribuição plena e satisfatória?
 - B) Qual setor é responsável por esta distribuição e solicitação quando necessário?
 - C) Há uma fiscalização plena do uso destes equipamentos?
- 3) Como é realizada a fiscalização pelo técnico de Segurança do trabalho? A fiscalização do trabalho é realizada de forma satisfatória? Se não o que poderia ser modificado para que esta fiscalização ocorra de maneira correta?
- 4) Quando ocorre um registro de solicitação de mudança de cargo ou de reparo ergométrico, estas solicitações de modo geral são sanadas de forma satisfatória? Em relação aos trabalhadores de limpeza urbana da PMOP em específico quais são as principais demandas?
- 5) Em relação a acidentes de trabalho:
 - A) De que maneira ocorre o registro dos acidentes de trabalho?
 - B) O que é realizado para que estes acidentes não voltem a ocorrer?
- 6) Você como técnica de Segurança do Trabalho considera as ferramentas ofertadas pela PMOP suficiente para realização do seu trabalho de forma plena e satisfatória?
- 7) Quais as medidas utilizadas pela PMOP para prevenção e promoção da saúde dos trabalhadores efetivos da rede?

Apêndice 08:

Entrevista fecha e direta aplicada à chefia direta do setor de limpeza Urbana da PMOP aplicada em 2018:

- 1) Quais as principais dificuldades encontradas pelo trabalhador de Limpeza urbana na execução de seu trabalho?
- 2) Como é realizada a divisão de rotas e determinado os horários para execução do trabalho? O que é considerado para determinar estas divisões?
- 3) Como é feito a análise da qualidade do trabalho desenvolvido?
- 4) Onde ficam armazenados os instrumentos de trabalho após o uso? Como ocorre sua fiscalização?
- 5) Quais as principais demandas apresentadas por estes trabalhadores a chefia imediata? Elas em sua maioria são sanadas?
- 6) Existe algum tipo de treinamento para a manipulação e armazenamento dos resíduos sólidos? Ou específico para o gerenciamento deste setor?
- 7) Onde ocorre o descarte do lixo recolhido? Em sua opinião o descarte ocorre de forma correta?
- 8) Quando ocorre acidente de trabalho qual a medida utilizada pela chefia imediata? Existe um controle direto por parte deste setor aos acidentes?
- 9) A regulamentação do setor de limpeza urbana ocorre por qual via? A qual setor é subordinado diretamente?
- 10) Em sua opinião o setor possui autonomia para sanar as demandas apresentadas pelos servidores? Se não, o que poderia mudar se esta autonomia existisse?
- 11) Em relação à saúde do trabalhador:
 - A) Quais as principais demandas apresentadas?
 - B) Existe ausência no trabalho recorrente por parte destes trabalhadores por motivos de doença?
 - C) É freqüente a apresentação de atestados nos casos de ausência ao trabalho?
 - D) Quais as principais queixas apresentadas por estes trabalhadores?
 - E) Existe alguma medida para promoção da saúde destes trabalhadores pela PMOP?

- 12) Em sua opinião os trabalhadores de limpeza urbana se sentem satisfeitos na execução do trabalho desenvolvido?
- 13) Como ocorre a execução do trabalho em conjunto entre servidores efetivos e servidores terceirizados?
- 14) Em sua opinião, a introdução da terceirização trouxe benefícios? Quais?
- 15) A seu ver com chefia imediata quais as medidas poderiam ser introduzidas para que o serviço de limpeza urbana fosse realizado de forma ainda mais satisfatório?

Apêndice 09:

Entrevista a empresa Quantum Engenharia, responsável pela terceirização dos serviços de limpeza urbana de Ouro Preto aplicada em 2018:

- 1) O que se pode falar do perfil dos trabalhadores de limpeza urbana?
 - 1.1) Quantos são os servidores de limpeza urbana?
 - 1.2) Sexo
 - 1.3) Idade
 - 1.4) Escolaridade
 - 1.5) Tempo de serviço
- 2) A empresa distribui EPI's e EPC's? Quais são estes equipamentos?
- 3) Qual é a regra geral para substituição dos equipamentos de segurança?
- 4) A empresa possui uma frota de veículos utilizados para a limpeza urbana. Quantos são veículos e quais são estes veículos?
- 5) Existe um controle do serviço prestado em termos de qualidade? Como é realizado?
- 6) Como é a fiscalização do uso de EPI'S? Existe? Por que é realizado?
- 7) Em relação a acidentes de trabalho. Existe um arquivo que monitora este tipo de acidente? Quais são os mais frequentes e seus motivos?
- 8) Em relação à saúde/ adoecimentos dos trabalhadores. Existe um controle de atestado? Estes são frequentes? Quais os principais motivos?
- 9) Existe na empresa alguma política de saúde para estes trabalhadores? Se sim quais são.
- 10) Exames: É realizado apenas um exame admissional no período do ingresso do servidor ou este é realizado periodicamente?
- 11) Quais são as principais demandas apresentadas pelo servidor a chefia imediata?
- 12) Em sua opinião os trabalhadores estão satisfeitos com as atividades desempenhadas?

Apêndice 10:

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário (a), em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado (a) de forma alguma.

Informações sobre a pesquisa:

Título do Projeto: Adoecimento dos trabalhadores de limpeza urbana da Prefeitura Municipal de Ouro Preto

Pesquisador responsável: Mariana Ribeiro Rocha

Pesquisador participante: Gabriela Oliveira Mayer

Telefone para contato (inclusive ligações a cobrar): (31) 98104644

O modo de produção capitalista onde se observa um trabalho maçante e exploratório na ordem do capital, partindo do sentido da contradição capital x trabalho e a implicação do trabalho no adoecimento do trabalhador gari coletor de lixo e sua “objetividade e subjetividade da classe-que-vive-do-trabalho, e, portanto a sua forma de ser!” (ANTUNES, 1995, p. 15).

A presente pesquisa tem o objetivo de aprofundar o conhecimento das implicações do desenvolvimento do trabalho de limpeza urbana no adoecimento do trabalhador, fazendo um paralelo entre as condições precárias, desumana e árduas.

A inquietação que norteia esta pesquisa foi gerada a partir da percepção da precarização da execução do trabalho de Limpeza Urbana prestado na cidade de Ouro Preto.

A pesquisa abordará quais os tipos de doenças, entre estes trabalhadores, são mais freqüentes e seus motivos. Quais as ações interventivas estão sendo realizadas pelo setor responsável: Segurança e Saúde Ocupacional da Prefeitura Municipal de Ouro Preto.

A partir dos estudos acadêmicos na Universidade Federal de Ouro Preto e do conhecimento do método dialético de Marx que permite avaliar o movimento real que vai além da imediaticidade da sociedade regida pelo modo de produção capitalista. Ancorado

neste método, utilizarei de: levantamento bibliográfico de publicação acadêmica que problematizam a saúde do trabalhador na ordem do capital serão utilizados livros, artigos, dissertações, artigos de internet que trabalham com o tema e o objeto aqui exposto. Será realizado também levantamento de dados, no setor da PMOP responsável pela saúde do servidor; aplicações de questionários estruturados com os médicos do trabalho e com a Assistente Social supervisora do setor de Segurança e Saúde Ocupacional e com os próprios profissionais de limpeza urbana da referida prefeitura.

Neste sentido as questões levantadas poderão trazer contribuições pertinentes para a minha formação como Assistente Social, bem como um aprofundamento que envolve o mundo do trabalho na cena contemporânea.

Os dados coletados através de levantamento bibliográfico e questionários serão de uso exclusivo para a pesquisa acadêmica, garantindo o sigilo e o direito de retirar o consentimento a qualquer tempo.

Pesquisador responsável

Mariana Ribeiro Rocha

Apêndice 11:

TERMO DE CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu, _____, RG: _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo sobre o adoecimento do trabalhador de limpeza urbana da Prefeitura Municipal de Ouro Preto, como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pela pesquisadora Mariana Ribeiro Rocha sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvido, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes da minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve á qualquer penalidade ou interrupção de meu acompanhamento/assistência/tratamento.

Ouro Preto, fevereiro de 2016.

Nome: _____

Assinatura do entrevistado: _____

Apêndice 12:

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Prezado _____, o (a) Senhor (a), O (a) Sr (a) está sendo convidado a participar da pesquisa para o desenvolvimento do meu trabalho de conclusão do Curso de Serviço Social: Adoecimento do trabalhador gari coletor de lixo da Prefeitura Municipal de Ouro Preto. Esta pesquisa tem como objetivo relacionar o adoecimento do trabalhador gari coletor de lixo com o modo no qual o trabalho é desenvolvido. Partido pelo fundamento que a dinâmica do capitalismo implica diretamente na vida do trabalhador. A pesquisa justifica pela ausência de estudos sobre o tema adoecimento do gari coletor de lixo. Apesar da relevância, os riscos laborais relativos à excursão deste trabalho, é pouco estudado por pesquisadores. O trabalho será fundamentado no método dialético de Marx que permite analisar o movimento real que vai além da imediatividade e de uma intensa elaboração teórica- metodológica da sociedade regida pelo modo de produção capitalista. Para a metodologia, após o embasamento teórico faz-se necessário realizar observações diretas e entrevistas em toda a cadeia de serviços que envolvem o trabalho de limpeza urbana a fim de avaliar e diagnosticar a relação do trabalho desenvolvido dentro da PMOP pelos garis coletores e a degradação física e mental do trabalhador.

Sua participação no estudo consistirá em responder a um questionário fechado e semi-estruturado relacionadas à experiência acumulada através da função que desempenha dentro do quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Ouro Preto e relatar a forma na qual a instituição lida com o adoecimento do trabalhador.

O (a) Sr (a) tem a liberdade de não participar da pesquisa ou retirar seu consentimento a qualquer momento, mesmo após o início da coleta de dados, sem qualquer prejuízo. Está assegurada a garantia do sigilo das suas informações. O (a)Sr.(a) não terá nenhuma despesa e não há compensação financeira relacionada à sua participação na pesquisa. Caso tenha alguma dúvida sobre a pesquisa o (a) Sr.(a) poderá entrar em contato com o coordenador responsável pelo estudo: Mariana Ribeiro Rocha, que pode ser localizado no Praça Tiradentes, número 4, centro, Ouro Preto (telefone 31- 975425432) das 8 às 17h ou pelo email e-mail marynana19@hotmail.com.

Este termo será assinado em duas vias, pelo (a) senhor(a) e pelo responsável pela pesquisa, ficando uma via em seu poder. Acredito ter sido suficientemente informado a respeito do que li ou foi lido para mim, sobre a pesquisa: "Adoecimento do trabalhador gari coletor de lixo da Prefeitura Municipal de Ouro Preto". Ficaram claros para mim os propósitos do estudo, os procedimentos, garantias de sigilo, de esclarecimentos permanentes e isenção de despesas. Concordo voluntariamente em participar deste estudo.

_____ __/__/____ Assinatura do entrevistado Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido deste entrevistado para a sua participação neste estudo. _____

__/____/____ Assinatura do responsável pelo estudo.

Apêndice 13:

TERMO DE CONSENTIMENTO DA PESQUISA

Eu Mariana Ribeiro Rocha, pesquisadora responsável, vinculada a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), como aluna da disciplina Pesquisa II do curso de Serviço social e sob orientação da docente: Stela da Cunha. Estarei realizando e, conjunto com a discente Gabriela Oliveira Mayer, uma pesquisa com a temática: Adoecimento do trabalhador de Limpeza da Prefeitura Municipal de Ouro Preto. A pesquisa possui como objetivo principal, analisar e compreender a realidade do adoecimento destes servidores.

Para tal pesquisa é de fundamental importância os dados colhidos no setor Segurança e Saúde ocupacional. Ressalto que sua identidade e dos servidores, serão preservadas, assim como todos os demais dados de identificação. Os dados coletados serão unicamente usados para fins científicos, sendo resguardado o direito de sigilo à identidade pessoal.

Também é garantido o seu direito em desistir da participação totalmente voluntária.

Eu, _____, autorizo em juízo a minha participação nesta pesquisa. Sendo a mesma inteiramente voluntária, estou livre para desistir da pesquisa em qualquer momento, sem nenhum ônus.

Assinatura do participante

Pesquisador responsável

Mariana Ribeiro Rocha

ANEXOS

Tabela dias de afastamento e causas - 2013

Cargo	Setor apresentado	Ano	Mês	Dias de atestado	Data de entrada	CID
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2013	Janeiro	15	15/01/2013	M23
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2013	Fevereiro	15	19/02/2013	F19
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2013	Fevereiro	01	19/02/2013	CAT
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2013	Fevereiro	03	28/02/2013	M25.5
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2013	Março	15	21/03/2013	S32.1
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2013	Agosto	01	26/08/2013	*
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2013	Agosto	01	26/08/2013	*
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2013	Agosto	01	28/08/2013	*
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2013	Setembro	01	04/09/2013	*
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2013	Setembro	15	09/09/2013	S62
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2013	Setembro	15	16/09/2013	S68.1
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2013	Setembro	07	17/09/2013	M54.4
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2013	Outubro	01	16/10/2013	*
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2013	Outubro	01	21/10/2013	*
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2013	Outubro	01	21/10/2013	*
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2013	Outubro	15	21/10/2013	S06.9

Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2013	Outubro	01	23/10/2013	*
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2013	Outubro	01	23/10/2013	*
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2013	Outubro	01	30/10/2013	*
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2013	Outubro	01	30/10/2013	*
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2013	Outubro	01	30/10/2013	*
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2013	Novembro	01	06/11/2013	*
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2013	Novembro	01	11/11/2013	*
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2013	Dezembro	01	16/12/2013	*
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2013	Dezembro	01	16/12/2013	*

Tabela dias de afastamento e causas - 2014

Cargo	Setor apresentado	Ano	Mês	Dias de atestado	Data de entrada	CID
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2014	Janeiro	01	06/01/2014	*
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2014	Janeiro	04	13/01/2014	M54.5
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2014	Fevereiro	03	02/02/2014	M54.5
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2014	Fevereiro	03	05/02/2014	M54.5
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2014	Fevereiro	01	05/02/2014	*
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2014	Fevereiro	02	10/02/2014	M54.3

Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2014	Fevereiro	09	11/02/2014	M51.1
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2014	Fevereiro	01	19/02/2014	M23.2
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2014	Março	15	25/03/2014	S62
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2014	Abril	01	02/04/2014	M25.5
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2014	Abril	02	03/04/2014	M23.2
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2014	Abril	03	06/04/2014	T00
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2014	Abril	01	09/04/2014	M23.2
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2014	Abril	02	24/04/2014	K08.1
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2014	Abril	02	29/04/2014	J18.9
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2014	Abril	01	30/04/2014	F0.72
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2014	Maio	01	05/05/2014	I10
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2014	Maio	01	06/05/2014	N39
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2014	Maio	01	08/05/2014	R05
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2014	Junho	01	09/06/2014	I10
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2014	Junho	15	13/06/2014	S82
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2014	Julho	05	14/07/2014	H10.3
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2014	Julho	01	21/07/2014	*
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2014	Julho	01	23/07/2014	K04.7

Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2014	Julho	01	25/07/2014	K04.7
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2014	Agosto	03	28/08/2014	M25.5
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2014	Agosto	03	28/08/2014	M54.4
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2014	Agosto	03	28/08/2014	M79.1
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2014	Setembro	02	02/09/2014	W64.0
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2014	Outubro	02	02/10/2014	T14.1
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2014	Outubro	01	06/10/2014	I10
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2014	Outubro	02	08/10/2014	M25.5
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2014	Outubro	01	08/10/2014	CAT
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2014	Outubro	02	14/10/2014	T13
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2014	Novembro	15	14/11/2014	K35
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2014	Novembro	02	18/11/2014	J18
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2014	Novembro	03	20/11/2014	J15.9
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2014	Dezembro	01	04/12/2014	A64
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2014	Dezembro	01	05/12/2014	S31.2
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2014	Dezembro	01	05/12/2014	K04.0
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2014	Dezembro	02	10/12/2014	K08.1

Tabela dias de afastamento e causas - 2015

Cargo	Setor apresentado	Ano	Mês	Dias de atestado	Data de entrada	CID
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Janeiro	02	29/01/2015	M62.4
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Fevereiro	02	19/02/2015	L84
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Fevereiro	01	19/02/2015	I10
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Fevereiro	02	20/02/2015	A09
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Fevereiro	02	20/02/2015	I10
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Fevereiro	01	23/02/2015	K76
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Fevereiro	01	24/02/2015	R51
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Fevereiro	06	27/02/2015	M19
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Fevereiro	06	27/02/2015	M25.5
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Março	01	13/03/2015	M19
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Março	01	13/03/2015	M25.5
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Março	01	13/03/2015	M54.4
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Março	15	13/03/2015	S83.2
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Março	05	16/03/2015	N47
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Março	20	31/03/2015	S82
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Abril	01	02/04/2015	M25.5
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Abril	03	06/04/2015	T00

Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Abril	03	09/04/2015	T00
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Abril	08	20/04/2015	S92.0
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Abril	01	22/04/2015	M23.2
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Abril	02	28/04/2015	S92.0
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Maio	03	14/05/2015	M54.5
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Maio	01	15/05/2015	H57.9
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Maio	05	18/05/2015	M54.5
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Maio	02	18/05/2015	J00
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Maio	03	20/05/2015	H05
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Maio	03	20/05/2015	H01.0
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Maio	01	26/05/2015	Z76.3
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Junho	01	02/06/2015	Z76.3
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Junho	01	09/06/2015	Z76.3
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Junho	01	18/06/2015	M70.4
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Junho	01	19/06/2015	M21
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Junho	02	22/06/2015	S93.5
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Junho	01	24/06/2015	A09
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Junho	01	26/06/2015	M25

Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Julho	01	10/07/2015	Z76.3
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Julho	01	13/07/2015	M19
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Julho	01	14/07/2015	R51.0
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Julho	02	16/07/2015	R52
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Julho	01	16/07/2015	J00
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Agosto	02	27/08/2015	J01.9
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Setembro	01	02/09/2015	H52.4
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Setembro	02	17/09/2015	I10
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Outubro	03	07/10/2015	M19
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Outubro	02	13/10/2015	M54.5
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Outubro	02	15/10/2015	M54.5
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Novembro	15	05/11/2015	E10
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Novembro	01	09/11/2015	M54
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Novembro	11	09/11/2015	M51.1
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Novembro	01	17/11/2015	G43.5
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Novembro	03	18/11/2015	M13
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Dezembro	02	02/12/2015	M25.5
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Dezembro	04	14/12/2015	M54.4

Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Dezembro	01	17/12/2015	M25.5
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Dezembro	01	17/12/2015	F10.2
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Dezembro	01	18/12/2015	M54.4
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Dezembro	05	21/12/2015	M54.4
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2015	Dezembro	05	21/12/2015	M54.4

Tabela dias de afastamento e causas- 2016

Cargo	Setor apresentado	Ano	Mês	Dias de atestado	Data de entrada	CID
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2016	Janeiro	02	18/01/2016	K08.8
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2016	Janeiro	01	20/01/2016	K08.8
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2016	Fevereiro	02	02/02/2016	S60.0
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2016	Abril	04	12/04/2016	S79.9
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2016	Abril	02	25/04/2016	I10
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2016	Abril	01	27/04/2016	I10
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2016	Abril	03	28/04/2016	M54.5
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2016	Maio	11	03/05/2016	F10.3
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2016	Maio	01	12/05/2016	I10
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2016	Maio	04	16/05/2016	F10.3

Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2016	Junho	15	09/06/2016	S62
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2016	Junho	01	09/06/2016	R51
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2016	Junho	02	20/06/2016	M54.5
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2016	Junho	07	20/06/2016	M54.5
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2016	Julho	02	05/07/2016	F10.2
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2016	Julho	01	25/07/2016	F10.2
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2016	Julho	03	28/07/2016	K01.1
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2016	Agosto	14	01/08/2016	E11
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2016	Agosto	03	10/08/2016	K01.1
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2016	Agosto	01	16/08/2016	M54
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2016	Setembro	05	05/09/2016	H10.5
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2016	Setembro	02	21/09/2016	M21
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2016	Novembro	15	09/11/2016	M54.5
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2016	Novembro	01	21/11/2016	M79.6

Cargo	Setor apresentado	Ano	Mês	Dias de atestado	Data de entrada	CID
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2017	Janeiro	01	05/01/2017	L53.9

Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2017	Fevereiro	15	28/02/2017	I69.4
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2017	Maio	02	30/05/2017	J10.0
Gari Coletoder	Geral – Meio Ambiente	2017	Junho	01	05/06/2017	Z00
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2017	Julho	02	20/07/2017	T14.1
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2017	Agosto	05	14/08/2017	M54.4
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2017	Agosto	01	25/08/2017	M54.5
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2017	Agosto	01	28/08/2017	M54.5
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2017	Agosto	01	30/08/2017	M79.1
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2017	Setembro	02	26/09/2017	M54.5
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2017	Outubro	01	04/10/2017	M54.5
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2017	Outubro	01	06/10/2017	M54.5
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2017	Outubro	01	10/10/2017	H83.0
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2017	Outubro	05	16/10/2017	E10.7
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2017	Outubro	03	19/10/2017	K01
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2017	Outubro	10	21/10/2017	E10.5
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2017	Outubro	01	24/10/2017	L30
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2017	Novembro	02	23/11/2017	M79.1
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2017	Dezembro	01	05/12/2017	Y91.0

Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2017	Dezembro	04	05/12/2017	S20.4
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2017	Dezembro	01	13/12/2017	F10.0
Gari Coletor	Geral – Meio Ambiente	2017	Dezembro	03	13/12/2017	L60